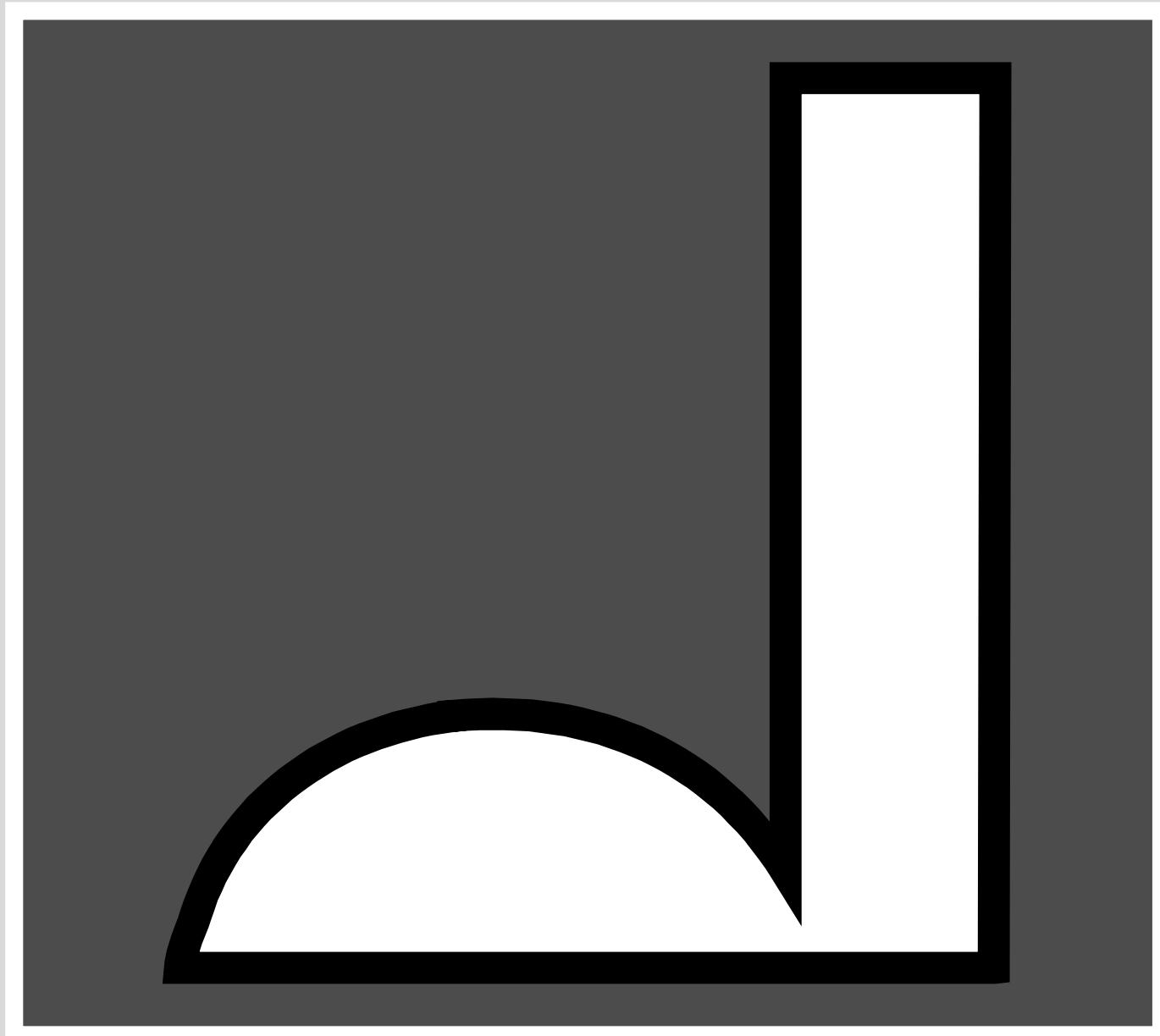




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVIII – Nº 078 – TERÇA-FEIRA, 10 DE JUNHO DE 2003 – BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente José Sarney – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS 2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO 1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP 2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI		3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI 4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS
		Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serlys Shlessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Romeu Tuma – PFL – SP Corregedores Substitutos Hélio Costa – PMDB – MG Delcídio Amaral – PT – MS Teotônio Vilela Filho – PSDB-AL		PROCURADORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 40/95) <i>Aguardando indicações pelas lideranças</i>
<i>Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003</i>		
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT, PTB, PSB, PL) Líder Tião Viana PT-AC Vice-Líderes Antônio Carlos Valadares Magno Malta Fernando Bezerra Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Ideli Salvatti Geraldo Mesquita Júnior	LIDERANÇA DO PMDB - 22 Líder Renan Calheiros PMDB-AL Vice-Líderes Juvêncio da Fonseca Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá	LIDERANÇA DO PSDB – 10 Líder Arthur Virgílio PSDB-AM Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan
LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA 28 (PFL – PSDB) Líder Efraim Morais PFL PB	LIDERANÇA DO PFL - 18 Líder José Agripino PFL-RN Vice-Líderes Leomar Quintanilha Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolfo Tourinho José Jorge	LIDERANÇA DO PDT - 5 Líder Jefferson Péres PDT-AM Vice-Líderes Almeida Lima
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Aloizio Mercadante PT-SP Vice-Líder João Capiberibe Fernando Bezerra		LIDERANÇA DO PPS – 3 Líder Mozarildo Cavalcanti PPS-RO Vice Líder Patrícia Saboya Gomes
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Sérgio Castro Diretora da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 73ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 9 DE JUNHO DE 2003

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício

Nº 0, de 2003, de 3 do corrente, do Presidente do Partido Progressista Brasileiro - PPB, comunicando que o Partido Progressista Brasileiro - PPB, passou a denominar-se Partido Progressista – PP, consoante aprovação na Convenção Nacional Ordinária em 4 de abril do corrente. À publicação.....

14839

1.2.2 – Ofícios

Nº 58, de 2003, de 4 do corrente, da Liderança do PT/Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação do Senador Aelton Freitas, para compor, como membro suplente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo. Designação do Senador Aelton Freitas para compor, como membro suplente, a referida comissão.....

14840

Nº 61, de 2003, de 4 do corrente, da Liderança do PT/Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação do Senador Geraldo Mesquita Júnior, para compor, como membro titular, a Comissão de Assuntos Sociais. Designação do Senador Geraldo Mesquita Júnior, para compor, como titular, a referida comissão.

14840

Nº 60, de 2003, de 4 do corrente, da Liderança do PT/Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação do Senador Roberto Saturnino para integrar, como membro titular, em substituição ao Senador João Capiberibe, na Comissão de Assuntos Sociais.

14841

1.2.3 – Ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 462, de 2003, de 5 do corrente, comunicando a rejeição de Emenda do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2003, (Medida Provisória nº 110, de 2003, do Poder Executivo), que cria a carreira de Agente Penitenciário Federal no Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e dá outras providências, e a remessa da matéria à sanção naquela data. À Comissão Mista.....

14841

1.2.4 – Mensagens do Presidente da República

Nº 122, de 2003 (nº 240/2003, na origem), de 5 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto

de Lei da Câmara nº 2, de 2003 (nº 7.241/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a alienação por doação de uma Corveta da Marinha do Brasil, sancionado e transformado na Lei nº 10.685, de 5 de junho de 2003.

14841

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 121, de 2003 (nº 236/2003, na origem), de 4 do corrente, pela qual o Presidente da República informa que a Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, referente ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2003, que cria cargos na Carreira Policial Federal e o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 112, de 2003, foi retificada em edição extra do Diário Oficial da União do dia 31 de maio de 2003, (anexado ao processado da Medida Provisória nº 112, de 2003). À Comissão Mista.

14841

Recebimento da Mensagem nº 123, de 2003 (nº 239/2003, na origem), de 4 do corrente, pela qual o Presidente da República encaminha o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de abril de 2003, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. (Anexado ao processado da Mensagem nº 64, de 2003). À Comissão de Assuntos Econômicos.

14845

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 427, de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Resolução nº 73, de 2002 e do Projeto de Resolução nº 21, de 2003, que regulam sobre a mesma matéria. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

14845

Nº 428, de 2003, de autoria do Senador César Borges, solicitando a tramitação conjunta da Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2003, com as Propostas de Emendas à Constituição nºs 77, de 1999; 22 e 28, de 2000, por versarem sobre a mesma matéria. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

14845

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR MÃO SANTA – Situação precária das unidades de hemodiálise no País.

14845

SENADOR PAULO PAIM – Congratulações à Universidade de Brasília pela decisão de fixar quotas de acesso a negros. Expectativas da

aprovação do Estatuto que contempla quotas para negros nas universidades, em tramitação na Câmara dos Deputados. Proposta de que o Senado viabilize convênios com diferentes entidades para busca de soluções que facilitem a vida dos deficientes visuais, como a criação de espaços para leitura em Braille.	14849	SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Preocupação com a elevação dos índices de violência em Porto Velho.	14895
SENADOR ÍRIS DE ARAÚJO – Crescimento do número de mulheres pobres contaminadas com o vírus da Aids.	14855	1.2.8 – Leitura de requerimento Nº 429, de 2003, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, as informações que menciona. À Mesa para decisão.	14897
SENADOR OSMAR DIAS – Apelo aos Líderes que revejam a decisão que culminou no sepultamento da CPI que investigaria a remessa de divisas ao exterior por meio da agência do Banestado em Nova Iorque.	14858	1.2.9 – Discursos encaminhados à publicação SENADOR VALDIR RAUPP – Considerações ao Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2003, de autoria de S. Ex ^a , que dispõe sobre os serviços postais, para o fim de tratamento especial à distribuição de material didático às escolas.	14898
SENADOR TIÃO VIANA, como Líder – Esclarecimentos ao Senador Osmar Dias sobre a CPI da evasão fiscal.	14859	1.2.10 – Comunicação da Presidência Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, dia 10 do corrente, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.	14899
SENADOR EFRAIM MORAIS – Críticas ao anúncio da concessão de linhas de crédito pelo BNDES aos países vizinhos como Argentina, Paraguai, Venezuela e Bolívia.	14860	1.3 – ENCERRAMENTO	
SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Solicita a transcrição da Carta de Palmas, decorrente do 1º Fórum em defesa do lago de Palmas, realizado em 4 e 5 de junho do corrente ano.	14866	2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, EM 9-6-2003	
SENADOR CÉSAR BORGES – Considerações sobre a crise no setor de aviação comercial no Brasil.	14873	3 – RETIFICAÇÃO Ata da 71ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 5 de junho de 2003 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente...	14900
SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Necessidade de combater os desvios dos recursos destinados à compra da merenda escolar.	14876	4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
SENADOR ROMEU TUMA – Questão da crise nas empresas aeronáuticas nacionais. Necessidade de se criar condições para licitações mais baratas, citando como exemplo as compras por pregão, modalidade a ser criada, inclusive no âmbito do Senado Federal. Saúda o Primeiro Encontro de Mulheres Parlamentares de Língua Portuguesa e o Simpósio "O Planeta Líbano".	14881	Nº 3.496, de 2003 (República)	14901
SENADOR PAULO PAIM – Comenta a eleição de Paulo Marinho para a Presidência da CUT, bem como o documento aprovado pela entidade sobre a Reforma da Previdência, destacando a mobilização que a Central pretende fazer, a partir do próximo dia onze, a fim de divulgar o referido documento.	14889	Nº 3.902, de 2003 (República)	14901
SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Como Líder – Comenta artigo do ex-relator da Previdência na Constituinte de 1946, Aluízio Alves, sobre a reforma previdenciária em andamento, atualmente, na Câmara dos Deputados.	14891	Nºs 3.938 a 3.963, de 2003	14902
SENADORA IDELI SALVATTI – Saúda o pacote de doze medidas conjuntas entre o Ministério da Justiça e o Banco Central com relação à evasão de divisas.	14893	SENADO FEDERAL	
SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Presta esclarecimentos à Senadora Ideli Salvatti.	14894	5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA	
		6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
		9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
		10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
		CONGRESSO NACIONAL	
		11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
		12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)	
		13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	

Ata da 73ª Sessão Não Deliberativa em 9 de junho de 2003

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos,
Romeu Tuma e Eurípedes Camargo*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

É lido o seguinte

Brasília, (DF), 3 de junho de 2003

Exmº Sr.
Senador José Sarney
MD Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Com os nossos cumprimentos, vimos comunicar a Exª que o Partido Progressista Brasileiro – PPB passou a denominar-se Partido Progressista – PP, consoante aprovação na Convenção Nacional Ordinária realizada em 4 de abril de 2003, alteração esta deferida pelo Tribunal Superior Eleitoral, conforme mensagem FAX nº 1.362/2003-SS-TSE, de 29-5-2003, e certidão apensas por cópia.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar-lhe os nossos votos de estima e consideração.

Cordialmente, – Deputado **Pedro Corrêa**, Presidente.



Justiça Eleitoral

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Secretaria das Sessões

PÇA. TRIBUNAIS SUPERIORES - BL. "C" - SL. 107 - CEP: 70096-900 - BRASÍLIA/DF	
TELEFONES: (61) 316-3252 - 316-3251 - FAX: (61) 322-0562 - 322-0603 - 322-0607	
MENSAGEM FAX N° 1362 /2003-SS-TSE	BRASÍLIA, 29.05.03
Nº DE PÁGINAS: 01	FAX DESTINATÁRIO: (61) 380-2147

**ILMO. SR.
DR. VALMOR GIAVARINA
DELEGADO NACIONAL DO PPB
BRASÍLIA DF**

COMUNICO A V. Sª QUE ESTE TRIBUNAL, EM SESSÃO DE 29.05.03, JULGANDO A PETIÇÃO N° 104 (PROT. N° 2716/03-TSE), RELATOR O MINISTRO CARLOS VELLOSO, DE INTERESSE DO PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO – PPB, DEFERIU O PEDIDO DE ANOTAÇÃO DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS EM SEU ESTATUTO, BEM COMO DA MUDANÇA DE SUA NOMENCLATURA PARA PARTIDO PROGRESSISTA – PP, NOS TERMOS DO VOTO DO MINISTRO RELATOR.

**CORDIAIS SAUDAÇÕES
MINISTRA SEPÚLVEDA PERTENCE
PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**

Reginaldo Alves de Sousa
Assistente de Chefia – SS

CERTIDÃO DE JULGAMENTO**PETIÇÃO N° 104****Prot. 3871/1996****ORIGEM: BRASÍLIA-DF****PAUTA: EM MESA****JULGADO EM: 29/05/2003 (Sessão nº 60)****RELATOR(A): Ministro(a) CARLOS VELLOSO****PRESIDENTE DA SESSÃO: Ministro(a) SEPÚLVEDA PERTENCE****PROCURADOR-GERAL ELEITORAL: Dr. GERALDO BRINDEIRO****SECRETÁRIO: FERNANDO MACIEL DE ALENCASTRO****AUTUAÇÃO**

REQUERENTE :PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO - PPB, por seu Delegado Nacional

DECISÃO

O Tribunal, por unanimidade, deferiu o pedido, nos termos do voto do Relator. Votaram com o Relator a Ministra Ellen Gracie e os Ministros Barros Monteiro, Peçanha Martins, Fernando Neves e Luiz Carlos Madeira.

Por ser verdade, firmo a presente.
Brasília, 29 de maio de 2003.



FERNANDO MACIEL DE ALENCASTRO
Secretário das Sessões

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O ofício lido vai à publicação

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 58/03 – GLDBAG

Brasília, 4 de junho de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Aelton Freitas como membro suplente para integrar a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Atenciosamente, – Senador **Tião Viana**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo

Ofício nº 61/2003 – GLDBAG

Brasília, 4 de junho de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, venho por meio deste indicar o Senador Geraldo Mesquita Júnior para integrar, na qualidade de titular, a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Senador **Tião Viana**, Líder do PT; Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência designa os Senadores Aelton Freitas e Geraldo Mesquita Júnior para integrarem, respectivamente, as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, nos termos dos ofícios que acabam de ser lidos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

É lido o seguinte:

Ofício nº 060/2003 – GLDBAG

Brasília, 4 de junho de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, venho por meio deste indicar o Senador Roberto Saturnino para integrar, na qualidade de titular, a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, em substituição ao Senador João Capiberibe, como representante do Bloco de Apoio ao Governo naquela Comissão.

Senador **Tião Viana**, Líder do PT – Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

É lido o seguinte:

PS-GSE/462/03

Brasília, 5 de junho de 2003

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que foi rejeitada a Emenda Única oferecida por essa Casa ao Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2003 (MPV nº 110/03, do Poder Executivo), o qual “Cria a Carreira de Agente Penitenciário Federal no Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça e dá outras providências.”

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, envidada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2003 (Medida Provisória nº 110, de 2003, na origem), objeto do ofício que acaba de ser lido, vai à Comissão Mista, na forma do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência recebeu **Mensagem do Presidente da República, nº 122, 2003** (nº 240/2003, na origem), de 5 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2003 (nº 7.241/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a alienação por doação de uma Corveta da Marinha do Brasil, sancionado e transformado na Lei nº 10.685, de 5 de junho de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 121, de 2003** (nº 236/2003, na origem), de 4 do corrente, pela qual o Presidente da República informa que a Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, referente ao Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2003, que *cria cargos na Carreira Policial Federal e o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal e dá outras providências*, proveniente da Medida Provisória nº 112, de 2003, foi retificada em edição extra do **Diário Oficial** da União do dia 31 de maio de 2003.

O expediente, anexado ao processado da Medida Provisória nº 112, de 2003, volta à Comissão Mista.

É a seguinte a mensagem recebida:

MENSAGEM N° 121, DE 2003
(Nº 236/2003, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Em atenção à Mensagem nº 39(CN), de 30 de maio de 2003, informo a Vossa Excelência que a Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, que “Cria cargos na Carreira Policial Federal e o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal e dá outras providências”, foi retificada em edição extra do **Diário Oficial** da União no dia 31 de maio de 2003.

Brasília, 4 de junho de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EDIÇÃO EXTRA

ISSN 1676-2339

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**

República Federativa do Brasil

Imprensa Nacional

1

Brasil - Diário Oficial da União - nº 103-A - 31/05/2003

Nº 103-A, sábado, 31 de maio de 2003

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1676-2339

3

**RETIFICAÇÃO****LEI N° 10.682, DE 28 DE MAIO DE 2003(*)**

Cria cargos na Carreira de Policial Federal e o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal e dá outras providências.

Na publicação feita no Diário Oficial da União nº 102, Seção 1, de 29 de maio de 2003, na página 1, onde se lê:

“Art. 65. A ANCINE poderá efetuar, nos termos do art. 37, IX, da Constituição, e observado o disposto na Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, contratação por tempo determinado, pelo prazo de doze meses, do pessoal técnico imprescindível ao exercício de suas competências institucionais.

§ 1º As contratações referidas no caput poderão ser prorrogadas, desde que sua duração total não ultrapasse o prazo de vinte e quatro meses, ficando limitada sua vigência, em qualquer caso, a 5 de setembro de 2005.” (NR)

Leia-se:

“Art. 65. A ANCINE poderá efetuar, nos termos do art. 37, IX, da Constituição, e observado o disposto na Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, contratação por tempo determinado, pelo prazo de doze meses, do pessoal técnico imprescindível ao exercício de suas competências institucionais.

§ 1º As contratações referidas no caput poderão ser prorrogadas, desde que sua duração total não ultrapasse o prazo de vinte e quatro meses, ficando limitada sua vigência, em qualquer caso, a 5 de setembro de 2005.

” (NR)

(*) Retificação solicitada pelo Senado Federal, através da Mensagem nº 39(CN), de 30.5.2003.

EDIÇÃO EXTRA

ISSN 1676-2339



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil

Imprensa Nacional



Ano CXVII - Nº 103 A

Brasília - DF, sábado, 31 de maio de 2003. R\$ 0,07

Sumário	
	PÁGINA
SECÃO 1	
Atos do Poder Legislativo	1
Atos do Poder Executivo	3
Presidência da República	7
SECÃO 2	
Atos do Poder Executivo	7
Presidência da República	8

Atos do Poder Legislativo

LEI N° 10.684, DE 30 DE MAIO DE 2003

Altera a legislação tributária, dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Fago saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os débitos junto à Secretaria da Receita Federal ou à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com vencimento até 28 de fevereiro de 2003, poderão ser parcelados em até cem e oitenta prestações mensais e sucessivas.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se aos débitos constituídos ou não, inscritos ou não como Dívida Ativa, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

§ 2º Os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados, de forma irretratável e irrevogável.

§ 3º O débito objeto do parcelamento será consolidado no mês do pedido e será dividido pelo número de prestações, sendo o montante de cada parcela mensal não poderá ser inferior a:

I - um inteiro e cinco décimos por cento da receita bruta auferida, pela pessoa jurídica, no mês imediatamente anterior ao do vencimento da parcela, exceto em relação às optantes pelo Sistema Simplificado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, instituído pela Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e às microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas no disposto no art. 2º da Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999, observado o disposto no art. 8º desta Lei, salvo na hipótese do inciso II deste parágrafo, o prazo mínimo de cento e vinte meses;

II - dois mil reais, considerado cumulativamente com o limite estabelecido no inciso I, no caso das pessoas jurídicas ali referidas;

III - cinqüenta reais, no caso de pessoas físicas.

§ 4º Relativamente às pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES e às microempresas e empresas de pequeno porte, enquadradas no disposto no art. 2º da Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999, o valor da parcela mínima mensal corresponderá a um cento e oitenta avos do total do débito ou a três décimos por cento da receita bruta auferida no mês imediatamente anterior ao do vencimento da parcela, o que for menor, não podendo ser inferior a:

I - cem reais, se enquadrada na condição de microempresa; II - duzentos reais, se enquadrada na condição de empresa de pequeno porte.

§ 5º Aplica-se o disposto no § 4º às pessoas jurídicas que foram excluídas ou impedidas de ingressar no SIMPLES exclusivamente em decorrência do disposto no inciso XV do art. 5º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, desde que a pessoa jurídica exerça a opção pelo SIMPLES até o último dia útil de 2003, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2004, nos termos e condições definidos pela Secretaria da Receita Federal.

§ 6º O valor de cada uma das parcelas, determinado na forma dos §§ 3º e 4º, será acrescido de juros correspondentes à variação mensal da Taxa de Juros de Longo Prazo - TILP, a partir do mês subsequente ao da consolidação, até o mês do pagamento.

§ 7º Para os fins da consolidação referida no § 3º, os valores correspondentes à multa, de mora ou de ofício, serão reduzidos em cinqüenta por cento.

§ 8º A redução prevista no § 7º não será cumulativa com qualquer outra redução admitida em lei, ressalvado o disposto no § 11.

§ 9º Na hipótese de anterior concessão de redução de multa em percentual diverso de cinqüenta por cento, prevalecerá o percentual referido no § 7º, determinado sobre o valor original da multa.

§ 10. A opção pelo parcelamento de que trata este artigo exclui a concessão de qualquer outro, extinguindo os parcelamentos anteriormente concedidos, admitida a transferência de seus saldos para a modalidade desta Lei.

§ 11. O sujeito passivo fará jus a redução adicional da multa, após a redução referida no § 7º, à razão de vinte e cinco centésimos por cento sobre o valor remanescente para cada ponto percentual do saldo do débito que for liquidado até a data prevista para o requerimento do parcelamento referido neste artigo, após deduzida a primeira parcela determinada nos termos do § 3º ou 4º.

Art. 2º Os débitos incluídos no Programa de Recuperação Fiscal - REFIN, de que trata a Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, ou no parcelamento a ele alternativo, poderão, a critério da pessoa jurídica, ser parcelados nas condições previstas no art. 1º, nos termos a serem estabelecidos pelo Comitê Gestor do mencionado Programa.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo:

I - a opção pelo parcelamento na forma deste artigo implica desistência compulsória e definitiva do REFIN ou do parcelamento a ele alternativo;

II - as contribuições arrecadadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS retornarão à administração daquele órgão, salientando-se a legislação específica a elas aplicável;

III - será objeto do parcelamento nos termos do art. 1º o saldo devedor dos débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal.

Art. 3º Ressalvado o disposto no art. 2º, não será concedido o parcelamento de que trata o art. 1º na hipótese de existência de parcelamentos concedidos sob outras modalidades, admitida a transferência dos saldos remanescentes para a modalidade prevista nesta Lei, mediante requerimento do sujeito passivo.

Art. 4º O parcelamento a que se refere o art. 1º:

I - deverá ser requerido, inclusive na hipótese de transferência de que tratam os arts. 2º e 3º, até o último dia útil do segundo mês subsequente à data de publicação desta Lei, perante a unidade da Secretaria da Receita Federal ou da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, responsável pela cobrança do respectivo débito;

II - somente alcançará débitos que se encontrarem com exibição suspensa por força dos incisos III a V do art. 151 da L.R. 5.172, de 25 de outubro de 1966, no caso de o sujeito passivo desistir expressamente e de forma irrevogável da impugnação ou de recurso interposto, ou da ação judicial proposta, e renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundam os referidos processos administrativos e ações judiciais, relativamente à autêntico cujo respectivo débito queria parcelar;

III - reger-se-á pelas disposições da Lei nº 10.522, de 9 de julho de 2002, restituído o disposto no seu art. 14;

IV - aplica-se, inclusive, à totalidade dos débitos agradados, segundo o SIMPLES;

V - independe de apresentação de garantias ou de arrolamento de bens, mantidas aquelas decorrentes de débitos transferidos de outras modalidades de parcelamento ou de execução fiscal;

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II, o valor a verba de sucumbência será de um por cento do valor do débito com exibição decorrente da desistência da respectiva ação judicial.

Art. 5º Os débitos junto ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, oriundos de contribuições patronais, com vencimento até 28 de fevereiro de 2003, serão objeto de acordo para automaticamente parcelado em até cento e oitenta prestações mensais, observadas as condições fixadas neste artigo, desde que requerido até o dia útil do dia 28 de fevereiro de 2003 subsequentemente à publicação desta Lei.

§ 1º Aplica-se ao parcelamento de que trata este artigo o disposto nos §§ 1º a 11 do art. 1º, observado o disposto no art. 8º.

§ 2º (VETADO)

§ 3º A concessão do parcelamento independe de apresentação de garantias ou de arrolamento de bens, mantidas aquelas decorrentes de débitos transferidos de outras modalidade de parcelamento ou de execução fiscal.

Art. 6º Os depósitos existentes, vinculados aos débitos e serem parcelados nos termos dos arts. 1º e 5º, serão automaticamente convertidos em renda da União ou da Seguridade Social ou do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, conforme o caso, concedendo-se o parcelamento sobre o saldo remanescente.

Art. 7º O sujeito passivo será excluído dos parcelamentos a que se refere esta Lei na hipótese de inadimplência, por 185 meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições referidos nos arts. 1º e 5º, inclusive os com vencimento após 28 de fevereiro de 2003.

Art. 8º Na hipótese de a pessoa jurídica manter parcelamentos de débitos com base no art. 1º e no art. 5º, simultaneamente, o percentual a que se refere o inciso I do § 3º do art. 1º será reduzido para setenta e cinco centésimos por cento.

§ 1º Caberá à pessoa jurídica requerer a redução referida no caput até o prazo fixado no inciso I do art. 4º e no caput do art. 5º.

§ 2º Occorrendo liquidação, rescisão ou extinção de um dos parcelamentos, inclusive por exclusão do sujeito passivo nos termos do art. 7º, aplica-se o percentual fixado no inciso I do § 3º do art. 1º ao parcelamento remanescente, a partir do mês subsequente ao da ocorrência do evento, bem como efetuar o recolhimento da parcela referente aquele mês observando o percentual fixado no inciso I do art. 1º.

§ 3º A pessoa jurídica deverá informar a liquidação, rescisão ou extinção do parcelamento ao órgão responsável pelo parcelamento remanescente, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência do evento, bem como efetuar o recolhimento da parcela referente aquele mês observando o percentual fixado no inciso I do art. 1º.

§ 3º

VI - não operacionais, decorrentes da venda de ativo imobilizado." (NR)

"Art. 3º

II - bens e serviços utilizados como insumo na fabricação de produtos destinados à venda ou na prestação de serviços, inclusive combustíveis e lubrificantes;

V - despesas financeiras decorrentes de empréstimos, financiamentos e contraprestações de operações de arrendamento mercantil de pessoas jurídicas, exceto o opante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES;

IX - energia elétrica consumida nos estabelecimentos de pessoas jurídicas.

§ 1º

II - dos itens mencionados nos incisos IV, V e IX do caput, incorridos no mês;

§ 10. Sem prejuízo do aproveitamento dos créditos apurados na forma deste artigo, as pessoas jurídicas que produzam mercadorias de origem animal ou vegetal, classificadas nos capítulos 2 a 4, 8 a 12 e 23, e nos códigos 01.03, 01.05, 0504.00, 0701.90.00, 0702.00.00, 0706.10.00, 0708, 0709.90, 07.10, 07.12 a 07.14, 15.07 a 15.14, 1515.2, 1516.20.00, 15.17, 1701.11.00, 1701.99.00, 1702.90.00, 18.03, 1804.00.00, 1805.00.00, 20.09, 2101.11.10 e 2209.00.00, todos da Nomenclatura Comum do Mercosul, destinados à alimentação humana ou animal poderão deduzir da contribuição para o PIS/Pasep, devida em cada período de apuração, crédito presumido, calculado sobre o valor das bens e serviços referidos no inciso II do caput deste artigo, adquiridos, no mesmo período, de pessoas físicas residentes no País.

§ 11. Relativamente ao crédito presumido referido no § 10:

I - seu montante será determinado mediante aplicação, sobre o valor das mencionadas aquisições, de aliquota correspondente a setenta por cento daquela constante do art. 2º;

II - o valor das aquisições não poderá ser superior ao que vier a ser fixado, por espécie de bem ou serviço, pela Secretaria da Receita Federal." (NR)

"Art. 5º

IV - ficam isentas da contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS as receitas decorrentes da comercialização de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, produzidas na Zona Franca de Manaus para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais ali instalados e consoante projetos aprovados pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

"(NR)

X - as sociedades cooperativas;

XI - as receitas decorrentes de prestação de serviços das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens." (NR)

"Art. 11.

§ 4º O disposto no caput aplica-se também aos estoques de produtos acabados e em elaboração." (NR)

"Art. 29. As matérias-primas, os produtos intermediários e os materiais de embalagem, destinados a estabelecimento que se dedique, preponderantemente, à elaboração de produtos classificados nos Capítulos 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23 (exceto códigos 2309.10.00 e 2309.90.30 e Ex-01 no código 2309.90.90), 28, 29, 30, 31 e 64, no código 2209.00.00 e 2501.00.00, e nas posíções 21.01 a 21.05.00, da Tabela de incidência do imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, inclusive aqueles a que corresponde a notação NT (não tributados), sairão do estabelecimento industrial com suspensão do referido imposto.

Art. 26. O art. 1º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos, numerando-se o parágrafo único no § 1º:

"Art. 1º

§ 2º O prazo das concessões e permissões de que trata o inciso VI deste artigo será de vinte e cinco anos, podendo ser prorrogado por dez anos.

§ 3º Ao término do prazo, as anuais concessões e permissões, mencionadas no § 2º, incluídas as anteriores à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, serão prorrogadas pelo prazo previsto no § 2º." (NR)

Art. 27. (VETADO)

Art. 28. Fica o Poder Executivo autorizado a emitir editais de dívida pública anualizada de acordo com as disposições do inciso I do § 4º do art. 2º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, com prazo de vencimento determinado em função do prazo médio estimado da carreira de recebimento do Programa de Recuperação Fiscal - REPF, instituído pela referida Lei, os quais terão poder liberatório perante a Secretaria da Receita Federal e o Instituto Nacional do Seguro Social quanto às dívidas inscritas no referido programa, diferenciado-se os efeitos tributários de sua utilização, em função do prazo médio da dívida do contribuinte.

Art. 29. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:

I - em relação ao art. 17, a partir de 1º de janeiro de 2003;

II - em relação ao art. 25, a partir de 1º de fevereiro de 2003;

III - em relação aos arts. 18, 19, 20 e 22, a partir do mês subsequente ao do termo final do prazo nonagestinal, a que refere o § 6º do art. 195 da Constituição Federal.

Brasília, 30 de maio de 2003; 182º da Independência e 215º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Antônio Palocci Filho
Ricardo José Ribeiro Berzoini

RETIFICAÇÃO

LEI Nº 10.682, DE 28 DE MAIO DE 2003(*)

Cria cargos na Carreira de Policial Federal e no Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal e dá outras providências.

Na publicação feita no Diário Oficial da União nº 102, Seção 1, de 29 de maio de 2003, na página 1, onde se lê:

"Art. 65. A ANCINE poderá efetuar, nos termos do art. 37, IX, da Constituição, e observado o disposto na Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, contratação por tempo determinado, pelo prazo de doze meses, do pessoal técnico imprescindível ao exercício de suas competências institucionais.

§ 1º As contratações referidas no caput poderão ser prorrogadas, desde que sua duração total não ultrapasse o prazo de vinte e quatro meses, ficando limitada sua vigência, em qualquer caso, a 5 de setembro de 2005." (NR)

Leia-se:

"Art. 65. A ANCINE poderá efetuar, nos termos do art. 37, IX, da Constituição, e observado o disposto na Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, contratação por tempo determinado, pelo prazo de doze meses, do pessoal técnico imprescindível ao exercício de suas competências institucionais.

§ 1º As contratações referidas no caput poderão ser prorrogadas, desde que sua duração total não ultrapasse o prazo de vinte e quatro meses, ficando limitada sua vigência, em qualquer caso, a 5 de setembro de 2005." (NR)

(*) Retificação solicitada pelo Senado Federal, através da Mensagem nº 39(CN), de 30.5.2003.

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 4.714, DE 30 DE MAIO DE 2003

Cria a Câmara de Política Social, do Conselho de Governo, com a finalidade de propor políticas públicas no âmbito da área social do Governo Federal, visando à articulação das políticas e o acompanhamento da implementação de programas cujo escopo ultrapasse a competência de um único Ministério.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso de atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição

DECRETA :

Art. 1º Fica criada a Câmara de Política Social, do Conselho de Governo, com a finalidade de propor políticas públicas no âmbito da área social do Governo, visando à articulação das políticas e o acompanhamento da implementação de programas cujo escopo ultrapasse a competência de um único Ministério.

Art. 2º A Câmara de Política Social será integrada pelo seguintes Ministros de Estado e Secretários Especiais:

I - Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que presidirá;

II - da Assistência Social;

III - da Previdência Social;

IV - do Trabalho e Emprego;

V - do Planejamento, Orçamento e Gestão;

VI - da Justiça;

VII - da Educação;

VIII - da Cultura;

IX - do Esporte;

X - do Desenvolvimento Agrário;

XI - Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome;

XII - do Gabinete de Segurança Institucional;

XIII - da Integração Nacional;

XIV - das Cidades;

XV - da Saúde;

XVI - do Turismo;

XVII - da Fazenda;

XVIII - da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

XIX - de Minas e Energia;

XX - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres;

XXI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos; e

XXII - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Parágrafo único. O Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República poderá convocar a participar das reuniões representantes de órgãos de administração federal, estadual e municipal, de entidades privadas, inclusive organizações não-governamentais, cuja participação, de acordo com a pauta da reunião, seja justificável.

Art. 3º Fica criado o Comitê Executivo da Câmara Civil da Presidência da República, que o coordenará, por um representante da Assessoria Especial do Presidente da República, pelos Secretários Executivos dos Ministérios e Secretários-Adjuntos das Secretarias Especiais representados, com a finalidade de acompanhar a implementação das decisões da Câmara.

Art. 4º Poderão ser criados grupos técnicos, com a finalidade de desenvolver ações específicas necessárias à implementação das decisões da Câmara.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogado o Decreto nº 1.981, de 13 de agosto de 1996.

Brasília, 30 de maio de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
José Dirceu de Oliveira e Silva

DECRETO Nº 4.715, DE 30 DE MAIO DE 2003

Dispõe sobre a execução do Trigésimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, entre os Governos da República Federativa do Brasil, da República Argentina, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai e da República do Chile, de 20 de fevereiro de 2003.

Aviso nº 547 – Supar/C. Civil.

Brasília, 4 de junho de 2003

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Retificação da Lei nº 10.682, de 28-5-2003.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República na qual informa que a Lei nº 10.682, e 28 de maio de 2003, que “Cria cargos na Carreira Policial Federal e o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal e dá outras providências”, foi retificada em edição extra do **Diário Oficial** da União do dia 31 de maio de 2003.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência recebeu **Mensagem nº 123, de 2003** (nº 239/2003, na origem), de 4 do corrente, pela qual o Presidente da República encaminha, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de abril de 2003, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

O expediente, anexado ao processado da Mensagem nº 64, de 2003, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 427, DE 2003

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Resolução do Senado nº 73, de 2002 e do Projeto de Resolução do Senado nº 21 de 2003 que regulam a mesma matéria.

Sala das Sessões, 9 de junho de 2003. – **Osmar Dias**.

REQUERIMENTO Nº 428, DE 2003

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, que a Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2003, passe a tramitar em conjunto com as Propostas de Emenda à Constitui-

ção nºs 77, de 1999; e 22 e 28, de 2000, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 9 de junho de 2003. – **César Borges**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Os requerimentos lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa por vinte minutos. Aproveito a oportunidade para garantir a inscrição de S. Exª para comunicações inadiáveis.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros que nos assistem pela **TV Senado**, o que me traz aqui é o que me preocupa há muitos anos. Sou médico há 37 anos e gostaria de ajudar o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Como ajudei a eleger S. Exª, eu gostaria de alertá-lo sobre os problemas deste País. É do conhecimento de todos que o mais grave problema deste País é o desemprego, que está nos proporcionando outras complicações. A violência é o segundo mais grave problema e o terceiro é a saúde.

Eu gostaria de ajudar o Governo com a minha experiência como médico e como político. Há uma bomba-relógio que está para explodir. Assim, entendo que o Presidente da República deve ver os problemas que já existem. Vamos acabar com o hábito de fazer crescer a máquina administrativa. Os instrumentos que tínhamos eram suficientes para fazer o País andar. Basta dizer que quando o Presidente José Sarney, o Primeiro Presidente depois da redemocratização, governou o País, tínhamos 17 Ministros. Depois, o Presidente Collor reduziu o número para 12. Posteriormente chegou a 18 e agora estamos com cerca de 40 Ministros.

Isso nos preocupa muito, Senador Eduardo Siqueira Campos, que nem precisou dos livros de Administração, porque seu pai é, certamente, um homem que nenhum político excede em inspiração, coragem e competência, decisão e resultados. Comigo, porém, ocorreu o contrário. Para ser Prefeito da minha cidade e governar meu Estado, tive que estudar Administração e Política, assim como estudei Medicina.

Os americanos, que estão querendo dominar o mundo, atingiram um patamar superior de riqueza pelo estudo. Na época de Franklin Delano Roosevelt, os Estados Unidos sofriam recessão pós-guerra e desemprego. O então Presidente daquele país criou o **New Deal**, um “novo acordo”, por meio do qual incentivava a geração de empregos e a abertura de novos

negócios, a persistência, e, caso não houvesse êxito, que se buscasse outra alternativa.

O Governo precisa estimular e propiciar o trabalho, principalmente nós, que somos cristãos, que ouvimos a voz de Deus: "Comerás o pão com o suor do teu rosto". São Paulo Apóstolo aperfeiçoa isso dizendo: "Quem não trabalha não merece ganhar para comer". Essa é a mensagem que eu entendo.

No **New Deal**, Franklin Delano Roosevelt, querendo fixar o homem no campo, dizia: "Leve luz para cada fazenda, e haverá uma galinha na panela". É dele a célebre frase: "As cidades podem ser destruídas, pois serão reconstruídas pelo campo; mas, se o campo for destruído, as cidades morrerão de fome".

Nos tempos modernos, cito Bill Clinton – Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex^a já foi Prefeito, mas, como desfrutou do privilégio de ter o pai como mestre, enfrentou poucas dificuldades. Bill Clinton, que foi Governador e Presidente, constatou o quanto é difícil governar na democracia. Em **Dom Quixote de la Mancha**, Miguel de Cervantes refere-se a uma ilha que Sancho Pança governava e que era um golfo de confusões. Não é fácil. Como se estuda para tudo, é preciso estudar também para ser governante. Pois Bill Clinton, com a sua experiência com estudo, mandou estudar-se antes. Recrutou os melhores especialistas e estudiosos em administração, Ted Gaebler e David Osborne, que fizeram um livro chamado **Reinventando o Governo**. Sintetizando, eles dizem que o Governo não pode ser grande demais. Não pode ser grande como um transatlântico, pois, assim, ele fica do tamanho do Titanic e afunda. Está aí a minha preocupação. Ele deve ser pequeno, ágil, dinâmico, versátil e deve chegar a todo lugar, assim como um Learjet. E penso que temos instrumentos.

Na Saúde, está prestes a acontecer uma explosão. Já fomos procurados por toda a classe médica e por pacientes. Já houve um grito antes. Todos se lembram do drama dos doentes de insuficiência renal em Caruaru. Foram dezenas e dezenas. E há uma bomba-relógio, que pode estourar amanhã ou depois de amanhã. Conscientemente, sei o que está para vir.

Isso tudo são depoimentos. Não vou cansá-los. Vou utilizar mesmo a minha vivência. Ontem, na minha cidade, Parnaíba, no Piauí, fui visitar uma unidade de hemodiálise do Hospital N^º Sr^a de Fátima, para acrescentar dados à minha experiência de 27 anos de médico, de Prefeito, de Governador. É uma doença de fácil diagnóstico, não precisa nem de médico para fazê-lo; qualquer enfermeiro faz. Num dos exames, a uréia está alta; noutro, a cretinina; a pessoa incha, tem história de pressão alta, diabetes e aquela dinamia e insuficiência renal, pois o rim é o filtro das impurezas do sangue. Difícil mesmo, Senador Siqueira Campos, é tratar. A doença acomete desde jovens, e o que a ciência médica dis-

põe hoje são das diályses, que foram aperfeiçoadas até se tornarem hemodiálise. Os casos mais avançados podem ser feitos em casa.

Mas quero dizer, Sr. Presidente, que, no País, atualmente, há quase 60 mil pacientes que ficam na máquina durante 4 horas, 3 vezes por semana, a fim de purificar o seu sangue. A uréia, cujo nível deve ser de 50 mg/dl, passa para 200 mg/dl, 300 mg/dl, 400 mg/dl. A creatinina, de 1,5 mg/dl, sobe dezenas e dezenas de vezes. E não há outro mecanismo! São três sessões semanais de hemodiálise. Três!

Agora, o perigo: a nossa Medicina, que avançou muito, é uma das mais modernas. Daí eu me contrapor a buscarmos o modelo de Cuba. Então, esse serviço de hemodiálise de resultados leva àquela vida difícil, mas o paciente volta a viver. Não perde a vida. É um sacrifício, mas não há outro recurso para que aqueles doentes todos cheguem ao que a Medicina propicia, que é uma cirurgia de transplante renal. Alguns poucos conseguem o transplante, já que existe a dificuldade de doação dos órgãos. E, entre os vários tipos de transplante, o renal é o de melhor resultado. Milhares e milhares de transplantados vivem normalmente. Mas nem todos estão conseguindo chegar a esse funil. Eles precisam da máquina funcionando. E a máquina está parando. Ou pior: não está funcionando como deve funcionar, podendo, a qualquer hora, estourar outro drama como aquele a que assistimos em Caruaru, Pernambuco.

Cito um artigo do jornal **O Estado de S.Paulo** sobre a hemodiálise. É necessária aquela bomba para fazer a filtragem artificial do sangue. Diz o depoimento no jornal que a diálise não pode fazer mal ao paciente. E não se pode economizar. Essas unidades pagam a luz e a água com tratamento especializado – pois é a água que contamina – os telefones, o pessoal especializado, os médicos e enfermeiras e todo o resto. Esse pessoal não pode fazer greve, porque seria uma mortalidade extraordinária. Diminuir o número de aplicações também não é possível para alguns pacientes. As unidades estão num grande desequilíbrio financeiro, não agüentam mais oferecer três sessões semanais de hemodiálise aos pacientes; por isso, alguns recebem apenas duas, mas sem ter a mesma qualidade de vida. O filtro deve ser utilizado em apenas 12 aplicações, mas usam-no em 50. O material utilizado e o medicamento são indevidos. Diminuem o número de médicos e de enfermeiras, a ponto de comprometer a qualidade e pôr em risco 60 mil brasileiros que estão sujeitos à hemodiálise.

Cito um quadro que vale por 10 mil palavras. O tratamento de hemodiálise tem alto custo. A máquina, os insumos e os filtros são americanos. O dólar sobe, o preço sobe; mas, quando o dólar desce, não há redução no preço dos insumos. Pior ainda: duas empre-

sas americanas – trata-se de um oligopólio – produzem insumos e medicamentos e são responsáveis pelo material fornecido a 25% dos que sofrem hemodiálise no Brasil e no Piauí. E faço um alerta: o tratamento é caro.

Oh, Lula, em quem votei; oh, Lula, que ajudei fazer Presidente, acorde! Muitos não têm coragem de fazer o que sugiro. Acorde, porque Deus mandou um sinal lá no seu Estado, Pernambuco, em Caruaru. Uma das páginas mais feias da Medicina lá foi escrita: centenas de irmãos nossos morreram numa clínica de hemodiálise sucateada. E estão indo no mesmo rumo todas as clínicas de hemodiálise.

Citarei alguns dados, depois de ter feito muita pesquisa. A hemodiálise tem um custo. O Brasil paga US\$34 por cada sessão de hemodiálise; o Paraguai, US\$40; o Chile, US\$46,5; o Uruguai, US\$60; os Estados Unidos pagam US\$123; o Panamá, um país pequeno, US\$200; a Colômbia, US\$140; a República Tcheca, US\$102; a Itália, US\$150. Portanto, o menor custeio é o do Brasil.

Atualmente, para manter o tratamento da hemodiálise funcionando, os médicos, verdadeiros sacerdotes, honrados, honestos, conscientes, multiplicam o pão – como Cristo fez ao multiplicar o peixe –, mas diminuem a qualidade do serviço, reduzindo o número de médicos plantonistas, de enfermeiros especializados e de medicamentos e utilizando aparelhos mais obsoletos. Essa é a situação da hemodiálise no País.

Sou cirurgião e sei que seria muito simples fazer uma operação. Poder-se-ia dispensar um desses Ministros que perderam a eleição e ganharam um emprego. O nosso compromisso é com esses 60 mil brasileiros. O tratamento é caro. Sei que o Governo passado gastou R\$770 milhões apenas para manter todos os doentes de insuficiência renal do País. Mas não há outra saída. São 60 mil que merecem viver e melhorar sua qualidade de vida.

Não se faz milagre em Governo. É preciso fechar um desses Ministérios que foram criados sem razão para cumprir o compromisso com a saúde, e os Governos passados cumpriram.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Permite-me V. Ex^a uma sugestão, Senador Mão Santa?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Concedo o aparte com toda a satisfação ao Senador Siqueira Campos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Em primeiro lugar, não posso deixar de agradecer a V. Ex^a as menções tão bondosas com relação à passagem do meu pai pelo Governo do Estado do Tocantins ao mesmo tempo em que V. Ex^a também era Governador e a essa irmandade que existe entre o Estado do Tocantins e o Estado do Piauí. Mas pretendo

cumprir o Regimento e fazer um aparte em dois minutos, Senador Mão Santa, depois de ouvir as suas palavras referentes à gravidade do assunto, abordado por V. Ex^a com tanta propriedade e com números, com esse quadro que demonstra que o Brasil é o País que paga menos pelo processo de hemodiálise. Certamente, V. Ex^a tem razão: os médicos estão fazendo o que fazem muitas vezes para continuar a manter as unidades de saúde. Eles inventam procedimentos porque no Brasil não se paga pela saúde, mas pelo número de procedimentos realizados, conforme a tabela do SUS, o que é um terror. Paga-se muito pouco pela consulta e por tudo. Então, vemos números aviltados como esses. Sugiro a V. Ex^a que, em caráter emergencial, fizéssemos uma audiência pública. Não posso pertencer a nenhuma comissão por ser membro da Mesa, mas sugiro aos membros desta Casa, já que não temos uma Comissão de Saúde, mas temos uma Comissão de Assuntos Sociais, que fizéssemos uma convocação ao Ministro da Saúde e convidássemos o Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia para essa audiência pública, para que V. Ex^a pudesse ouvi-los e para que adotássemos uma posição séria diante do assunto, pois, como V. Ex^a bem disse, a qualquer momento, teremos manchetes no **Jornal Nacional** mostrando novas mortes. Esse é um problema do Tocantins e do Brasil inteiro. V. Ex^a pode descrever o assunto e falar melhor dele, porque é médico, foi Governador e é administrador e conhece, portanto, todos os dados envolvidos na questão. Por isso, parabenizo V. Ex^a pelo pronunciamento, pedindo-lhe que o apelo não fique apenas nas palavras, que faça uma convocação, com a autoridade que tem, ao Ministro da Saúde para participar de uma audiência pública juntamente com o Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia. Assim, todos teremos, quem sabe, uma ação preventiva em vez desse anunciado desastre que V. Ex^a prenuncia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Mão Santa, se me permitir, como na segunda-feira e na sexta-feira já fazemos, com certeza, um bom debate sobre todos os temas, apenas alertamos ao Plenário que os apartes terão que se dar no tempo do orador na tribuna.

Obrigado, Senador. Pode continuar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a intervenção do Senador Eduardo Siqueira Campos e divido a preocupação referente a esse e a outros assuntos, como a falta de medicamento para os pobres.

Em boa hora, o Senador Papaléo criou uma Subcomissão de Saúde e vem fazendo audiências para possibilitar a medicação aos que não têm dinheiro, fazendo renascer ou ressuscitar uma estrutura de medicamento existente no passado, a Ceme.

Por último, está havendo uma audiência pública sobre esse assunto e que terminará amanhã. Daí a razão de estarmos trazendo esse assunto ao plenário, para que não só a Subcomissão como todo o Senado e todo o Brasil, o Presidente da República, o Ministro da Saúde recebam as nossas preocupações sobre a sua gravidade.

Basta citar o artigo do jornal **O Estado de S.Paulo**: "Em outros serviços, o filtro da máquina de diálise é usado por número maior de vezes do que a capacidade máxima do material. Segundo Neide, um filtro de ótima qualidade pode ser usado até 12 vezes. A Farbra tem registro de casos em que filtros de qualidade inferior são utilizados até 56 vezes".

Então, os médicos estão sendo obrigados a usar esses artifícios que comprometem a boa qualidade da hemodiálise e, portanto, a vida dos pacientes. Cada sessão de diálise dura quatro horas, mas a Farbra denuncia que a maioria dos centros faz o procedimento em três horas e meia. "Eu mesma passo por sessões com essa duração", conta para o jornalista uma paciente de hemodiálise. "Só que já há clínicas fazendo diálise de três horas". Esses são os artifícios encontrados para manter em funcionamento, em condições precárias, as estruturas que garantem a hemodiálise no Brasil.

Outras clínicas economizam reduzindo o número de auxiliares de enfermagem, profissional que acompanha a sessão para intervir em caso de emergência. "A lei estipula que, para cada quatro pacientes em diálise, haja um auxiliar de enfermagem, mas há centros operando com um profissional para sete pacientes".

O Presidente da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante, ABCDT, Washington Luiz Corrêa, reconhece que o paciente renal crônico arca com prejuízos no tratamento por causa das dificuldades econômicas que o setor enfrenta. "Há centros de diálise que não conseguem mais fornecedores de material porque devem para eles. Essas clínicas correm o risco de fechar".

Para sair da crise, a ABCDT reivindica reajuste emergencial dos pagamentos feitos pelo Sistema Único de Saúde, SUS. Para este ano, estão previstos R\$879 milhões para pagar sessões de hemodiálise. Em todo o País, 60 mil brasileiros dependem desse tipo de tratamento.

É lógico que o Brasil, por meio do Ministério da Saúde, tem que fazer campanhas profiláticas, enfrentando as doenças que causam a insuficiência renal, a hipertensão, o diabetes, e aos doentes deve ser assegurado o merecido tratamento.

Mais ainda, evoluir é o destino da ciência médica, que encontra no médico o grande benfeitor da humanidade. A ciência médica é a mais humana das ciências, pois dá um caminho para que esses doentes

consigam, depois de passar pelo tratamento inicial, entrar no ideal: o transplante renal. Mas, enquanto isso não ocorre, as hemodiálises têm que funcionar.

Aqui, tenho fac-símile enviado pela Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco. Trata-se de uma moção de apoio à Associação dos Pacientes Crônicos Renais e Transplantados do Estado de Pernambuco – Estado onde pacientes sofreram o desastre da hemodiálise, em Caruaru:

Os Deputados infra-assinados, Membros da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, em audiência pública, realizada no dia 27 de maio de 2003, resolveram apresentar publicamente a presente moção de apoio à Associação dos Pacientes Crônicos Renais e transplantados do Estado de Pernambuco, referente à crise no setor de hemodiálise no Brasil, em virtude da defasagem dos valores destinados ao tratamento da terapia renal substitutiva, através do SUS, uma vez que esses valores estão sem reajuste desde 1996, causando sérios prejuízos para as clínicas e hospitais conveniados, com risco de fechamento desses estabelecimentos e, sobretudo, do não-atendimento a novos pacientes.

O objetivo da presente moção de apoio é no sentido de sensibilizar as autoridades federais para a solução de tão grave situação, de modo que, urgentemente, haja remanejamento orçamentário destinado para o setor, através do Ministério da Saúde.

Deputado Raimundo Pimentel.

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Também quero ler mais uma matéria de destaque do jornal **O Estado de S.Paulo**:

"Sem remédio"

Está começando a causar preocupação o fato de nós, pacientes renais crônicos – que dependemos, a cada hemodiálise, do remédio de alto custo de nome Eprex –, estarmos tendo dificuldades, nestes últimos meses, para recebê-lo. Na semana passada, por exemplo, não havia o medicamento no SUS da Conselheiro Crispiniano. No mês passado, estive lá três vezes e só na terceira tive sucesso, após quatro horas de espera numa fila onde havia quase 200 pessoas na minha frente – o que, convenhamos, para os renais crônicos é muito penoso.

Este mês com certeza será da mesma maneira. Meu receio é que, assim sendo, logo entrarei num outro programa “fome zero”, ou seja, não vou mais precisar comer, pois estarei morto.” Manoel Marcos do Nascimento. São Paulo.

Essa é a situação. Quero lhes dizer e deixar registrado nesta Casa e para o meu País o respeito que tenho por todos esses dedicados e obstinados profissionais, os médicos. Assim, eu gostaria de terminar lendo um trabalho do meu Piauí, sobre Teresina ser referência de excelência médica no País.

Na visão do médico piauiense Rubens Nery Costa, o problema é estrutural e muito mais complexo do que simplesmente aumentar a tabela do SUS. Essa é a opinião do médico Rubens Nery Costa, que lidera o processo de funcionamento da hemodiálise no Piauí. O raciocínio do médico é o seguinte: o que determina o custo das diályses são os insumos produzidos basicamente por duas multinacionais que controlam completamente o setor formando um cartel. Assim, as soluções usadas nas sessões, além de capilares (filtros), linhas de sangue para circulação extracorpórea, vários materiais descartáveis e, principalmente, as máquinas de hemodiálise, todos são produtos submetidos a um mercado oligopolizado por dois gigantes multinacionais. Neste mercado, os preços sobem quando o dólar sobe. Mas, curiosamente, quando o dólar abaixa, eles não recuam.

Por outro lado, os medicamentos e as seringas produzidas por empresas nacionais não apresentam grande variação de preços e, portanto, não explicam a grave situação atual dos custos das clínicas. E a indústria nacional de equipamento de hemodiálise ou fechou por inadimplência, ou foi comprada por um dos dois gigantes para ser fechada. O importante é que 25% dos que necessitam de hemodiálise já estão sujeitos a esses grupos de multinacionais, que estão comprando, dos médicos nacionais, nossas verdadeiras empresas, que estão indo à falência.

O que fazer diante dessa situação? Diz o médico piauiense, com sua experiência, Rubens Nery Costa:

1. Os centros de diálise estão vivendo momentos de grande dificuldade, não há dúvida. Aparentemente, o cartel aperta o nó dos centros de diálise, no sentido de obrigá-los a uma afronta ao Governo e à sociedade.

2. O aumento de 60% da tabela do SUS – proposto pela Associação – resolve o problema dos centros, no momento, mas não ataca o cerne da questão.

3. Segundo a sugestão do Dr. Rubens Nery Costa, seria bom que fosse feita uma investigação rigorosa na formação e evolução dos preços dos materiais descartáveis e máquinas de hemodiálise.

4. Ainda segundo o Dr. Rubens, como consequência da investigação anterior, o Governo poderia propor uma cesta básica de materiais e soluções para diálise. Essa medida poderia reduzir substancialmente o custo real dos procedimentos. Dessa forma, o Governo Federal interviria no âmago da questão, garantindo sustentabilidade aos centros de diálise, controlando a ação nefasta dos oligopólios dos insumos e garantindo a vida dos doentes.

Sr. Presidente, quero dizer que consciente estou. Norberto Bobbio disse que o parlamento não é soberano, mas debate, fala e reclama, e entendo que podemos fazer muito mais.

Minhas palavras foram de advertência, quis alertar o Governo e o Ministério da Saúde. Não havendo mudança, pedirei a esta Casa a instalação de CPI para denunciar o descaso com que são tratados os nossos doentes renais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos)

– Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao 1º Vice-Presidente desta Casa, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, com muito satisfação utilizei a tribuna para comentar decisão da UnB de garantir aos negros 20% das vagas, a partir do vestibular de 2004. Também os índios serão beneficiados com cotas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Paulo Paim, a Mesa vai interrompê-lo apenas para – já que V. Ex^a estava inscrito – conceder-lhe a palavra para uma comunicação inadiável, pelo prazo de 5 minutos, nos termos do art. 14, VII, do Regimento Interno.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para um comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Era o que havia entendido, Sr. Presidente, por isso tomei a ousadia de começar a fazer o meu pronunciamento.

Diz a matéria do **Correio Braziliense**: “Vitória dos excluídos em 2003”. Em fevereiro, foi publicado que dos 1.969 candidatos negros aprovados no vestibular do Rio de Janeiro, 50% entraram por cotas; em março, que o Governo Federal, de Luiz Inácio Lula da Silva, instala a Secretaria Especial de Política de Promoção de Igualdade Racial, comandada pela assistente social Matilde Ribeiro. Em maio, foi publicado

que Itamaraty oferece bolsa mensal para afro-descendentes.

Eu poderia ainda lembrar que, no mês passado, está Casa, em sabatina, aprovou a indicação do Ministro Joaquim Barbosa para o Supremo Tribunal Federal.

O título da matéria é muito simpático: "As portas se abrem". Iniciam a matéria dizendo que a Universidade de Brasília, ontem, tomou uma decisão histórica.

Lerei parte da matéria: "A decisão da UnB terá um peso muito grande para incentivar outras federais a fazer o mesmo, afirma o antropólogo José Jorge de Carvalho, autor do projeto de cotas da UNB. Entre as federais que já discutem o tema está a Unifesp, de São Paulo."

No Rio de Janeiro e na Bahia, também já discutem o tema.

O conjunto da matéria publicada pelo **Correio Braziliense** é muito rico. Aborda o "Prazo para reflexão".

Na coluna de entrevista, a Reitora da Universidade do Rio de Janeiro, Nilcéa Freire, diz que as cotas não são um fim, mas um meio também para combater a exclusão. A matéria diz que hoje apenas 2% das vagas na UnB são ocupadas por negros; os professores não chegam a 1%.

Sr. Presidente, entendo que se trata de um momento histórico. Por isso, cumprimento a UnB pela brilhante iniciativa de garantir aqui, na capital do País, que, efetivamente, as cotas para os negros passem a ser uma realidade.

Nessa mesma linha, além de pedir que a matéria seja inserida nos Anais da Casa, que também foi publicada em todos os jornais do País, talvez não com o mesmo conteúdo, mas com a mesma intenção, digo que para nós também é importante registrar que o Senado da República, por unanimidade, já aprovou a política de cotas – diria – principalmente nas universidades. O projeto está na Câmara dos Deputados e foi incorporado ao Estatuto da Igualdade Social e Racial, de minha autoria. Ele está na pauta para ser votado na Câmara, em junho ou, no mais tardar, julho, e virá, mais uma vez, ao Senado, que – tenho certeza –, com a rapidez com que aprovou o projeto original do Presidente José Sarney, há de aprovar também o estatuto que contempla a cota para a comunidade negra.

Sr. Presidente, como um complemento, também gostaria de destacar outra iniciativa do Senado. Estou com um artigo muito bem elaborado e escrito pelo Diretor da Casa, Agaciel da Silva Maia "O Senado e os deficientes visuais", que mostra a importância de avançarmos rapidamente para que todo homem, mulher, criança, adulto ou adolescente cego tenha uma política especial. Aqui, já tivemos algumas iniciativas,

como a produção de um material em braile que foi exposto no Rio de Janeiro com absoluto sucesso.

Sou autor do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência e gostaria de dizer que a questão do deficiente mexe muito com a nossa sensibilidade e, sem sombra de dúvida, a da pessoa cega. Ninguém diga que estou legislando em causa própria, mas, infelizmente, tenho uma irmã que, depois dos 50 anos, ficou totalmente cega. Talvez, a partir desse momento, percebi o quanto é grave a situação da pessoa portadora dessa deficiência e passei a agir com muito mais clareza nesse campo.

No Rio Grande do Sul, tenho um assessor que foi o principal autor do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência. É um menino de 25 anos, que também é cego, totalmente cego, mas tem uma visão muito mais ampla do que muitos até dos meus assessores – já comentei isso com eles –, que têm a visão perfeita. É uma obrigação nossa fazer com que a pessoa portadora de deficiência tenha cada vez mais espaço na sociedade, inclusive no trabalho. Eles não querem favores; e, sim, o direito de ocupar o seu espaço, o que, na minha avaliação, podem fazer com muita competência.

Nesse sentido, Sr. Presidente, cumprimento Diretor-Geral, Sr. Agaciel da Silva Maia pelo artigo escrito no seguinte sentido: que a Comissão Diretora do Senado viabilize convênio com entidades não só do DF, mas com entidades também de outros Estados, com o objetivo de fortalecer a vida da pessoa portadora de alguma deficiência, especialmente o deficiente visual, como, por exemplo, oferecermos cursos em braile, aqui, no Senado, e também imprimindo em braile documentos que servirem a esse mundo que queremos construir para a pessoa cega.

Essa iniciativa vai possibilitar a ampliação da produção de textos em braile para aqueles que, infelizmente, não têm a visão.

Insisto, e a respeito conversava com algumas pessoas ainda hoje, que poderíamos realizar de imediato um grande seminário, permitindo que, pelo menos, uma pessoa cega de cada Estado possa participar desse grande momento da vida nacional, nesse debate em boa hora colocado pelo Diretor-Geral da Casa.

Era isso o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)



A Universidade de Brasília tomou uma decisão histórica ontem. Ela será a primeira universidade federal do país a adotar cotas para negros no vestibular. A partir de 2004, 20% das vagas estarão reservadas para estes alunos. A medida beneficiará pelo menos 597 negros por ano, até 2014. Se as cotas forem estendidas ao Programa de Avaliação Seriada (PAS), esse número será ainda maior.

A adoção das reservas de vagas mudará o perfil da UnB. Atualmente, apenas 2% dos 2.500 alunos da instituição são negros. Entre os professores, a representação cai para cerca de 1%. A situação da UnB não difere do restante do país. A universidade brasileira, historicamente, é branca. Assim como 98% de seus professores e 84% dos alunos. As cotas para negros surgiram como única solução rápida e polêmica de corrigir essa distorção. O sistema, por enquanto, é adotado somente pelas universidades estaduais do Rio de Janeiro e Bahia (UERJ e UNEB).

"A decisão da UnB terá um peso muito grande para incentivar outras federais a fazer o mesmo", afirma o antropólogo José Jorge de Carvalho, autor do projeto de cotas na UnB. Entre as federais que já discutem o tema está a Unifesp, de São Paulo. A proposta de inclusão de José Jorge circula pela instituição desde 1999. "Foi necessário o tempo de uma graduação, quatro anos, para que ela fosse aprovada", comenta o professor Nélson Inocêncio, coordenador do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UnB. O bater do martelo aconteceu ontem, du-

rante reunião do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE).

Depois de acalorado debate, a mesa votou o compromisso de democratizar o acesso à universidade as minorias. A proposta foi batizada de Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial. As cotas são apenas um dos pontos do projeto. Houve 24 votos a favor, um contra e uma abstenção. Os negros serão os principais beneficiados do programa, mas os índios também terão direito a um número ainda não definido de vagas. A universidade fará ainda um plano de apoio às escolas públicas do DF. A proposta é de auxiliar alunos carentes interessados em cursos disputadíssimos como Medicina e Direito.

Ainda faltam definir detalhes sobre o primeiro vestibular com cotas da UnB. Ele deve acontecer ainda em 2004, mas não é certo que será no primeiro semestre. Para se candidatar, o estudante terá de se autodeclarar negro. Pardos não serão aceitos. Tentaremos aprender com as experiências das universidades que já adotaram a reserva de vagas", afirma o vice-reitor Timothy Mulholland.

Uma principal polêmica sobre as cotas diz respeito à manutenção desses estudantes na universidade. Os críticos são incisivos: colocá-los na graduação é fácil. Difícil é oferecer condições para que eles se formem. Afinal, a maioria dos negros é pobre e, como tal, não tem dinheiro para comprar livros. Além disso, há a questão da falta de conhecimento. A resposta da UnB é a criação de bolsas para indígenas e negros carentes. Além disso, será oferecido apoio psicopedagógico a quem tiver dificuldade para acompanhar.

66 A DECISÃO DA UnB TERÁ UM PESO MUITO GRANDE PARA INCENTIVAR OUTRAS UNIVERSIDADES FEDERAIS A FAZER O MESMO 99

José Jorge de Carvalho, autor do projeto de cotas para negros da UnB

nhar as disciplinas. Também será montada uma ouvidoria destinada a promover a inclusão das minorias na universidade.

Atualmente, 63% dos brasileiros com renda mensal inferior a um

salário mínimo por mês são afro-descendentes. Dos 22 milhões de indígenas do país, 69% têm a pele escura. O salário dos trabalhadores negros é, em média, 48% do contracheque dos brancos.

Prazo para reflexão

Embora não seja a primeira universidade a adotar as cotas, a experiência da UnB será pioneira. Aqui, a decisão de incluir negros partiu de dentro da instituição. Professores e pesquisadores optaram por abrir as portas da universidade a essa população, depois de quatro anos de discussões e enfrentamentos. No Rio — onde aconteceu o primeiro vestibular com cotas — a medida veio de cima para baixo. A Uerj se limitou a cumprir lei estadual que obrigava a reserva de 50% das vagas para negros, pardos e alunos de escolas públicas. Re-

sultado: dezenas de pessoas recorreram à Justiça. No Distrito Federal, também devem aparecer descontentes. Mas a UnB se prepara para enfrentar o problema. Os detalhes do primeiro vestibular com cotas serão estudados com a máxima atenção. Os professores levaram a discussão para os estudantes da graduação. Na Uerj, não houve tempo para isso. Como aqui a história será diferente, mesmo quem é contra a proposta terá de admitir a legitimidade da mesma. E gostando ou não, verá à UnB ficar mais colorida e democrática. (GF)

Uma forma de inclusão social

A reitora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Nilcéa Freire, afirma que as cotas não são a solução para o problema da exclusão social dos negros no Brasil. Mas ela acredita que o sistema, associado com outras medidas, garante a uma parte da população excluída o acesso ao ensino superior. "Assim, poderemos formar uma nova élite intelectual, de composição mais plural", diz a reitora em entrevista ao Correio.

CORREIO BRAZILIENSE — Como a senhora avalia a experiência da adoção de cotas para negros na UERJ?

NILCÉA FREIRE — Apesar de toda a polêmica e das dificuldades inerentes ao pionirismo em qualquer ação, foi um processo no qual eu e

outros colegas da Universidade nos abrimos e nos propusemos a discutir o mérito da questão. A princípio, houve grande rejeição por parte da comunidade acadêmica, mas não nos furtamos a enfrentar o desafio. Debatemos com movimentos sociais, com o movimento negro e diferentes instâncias da sociedade. Percebemos que, embora a UERJ seja uma universidade com características mais populares, mesmo assim participávamos de um fenômeno de exclusão que é brutal no ensino superior brasileiro.

CORREIO — Como as cotas podem contribuir com a inclusão social?

NILCÉA — A cota não é a solução para o problema, porém, associada a um conjunto de medidas globais, mais abrangentes, poderá permitir que uma parte desta população excluída possa ter acesso à universidade. Assim, pode-

remos formar uma nova élite intelectual, de composição mais plural.

CORREIO — Como está sendo a receptividade dos alunos em relação às cotas?

NILCÉA — A representação estudantil tem participado conosco das discussões e também comprehende que, embora imposta à UERJ por força de lei, a experiência das cotas pode ser extremamente enriquecedora para todos. É preciso aprender a conviver com a diferença em todos os seus níveis. E a escola, seja o ensino fundamental ou a universidade, tem que ser o local precípito dessa convivência com a diversidade, que tanto tem a nos ensinar. A nossa responsabilidade em relação aos novos alunos é muito grande e quanto a isso não há dúvidas. Uma coisa é continuar debatendo o sistema de cotas, outra coisa é o nosso compromisso de não tornar

tal sistema perverso: pior do que negar o acesso, é permiti-lo e nada fazer para que o aluno não seja excluído mais tarde, após transpor a barreira do vestibular.

CORREIO — A senhora faria alguma recomendação às outras universidades dispostas a adotar cotas para negros?

NILCÉA — Que tenham coragem e perseverança para debater amplamente essa questão no ambiente acadêmico brasileiro. O sistema de cotas é um assunto bastante complexo que merece profundas reflexões, envolvendo diversos segmentos da sociedade. Aqui na UERJ, vemos com bastante clareza que essa discussão ainda não terminou. Continuaremos trabalhando no sentido de formular a proposta mais consistente, dentro dessa linha de inclusão e democratização do acesso ao ensino superior.

O Senado e os deficientes visuais

AGACIEL DA SILVA MAIA

Agaciol da Silva Maia, economista, é diretor-geral do Senado Federal

Vivemos em uma época muito especial da história da humanidade. Uma época que o filósofo Norberto Bobbio, apriadamente designou de Era dos Direitos. E é nessa época que se torna mais e mais imperativo que a todos os deficientes físicos sejam ensejadas as condições e os instrumentos capazes de prover o seu desenvolvimento, a despeito das deficiências de que seja portador, e pugnando por uma sociedade que não os estigmatize com a denominação preconceituosa de que são incapazes.

Nietzsche, o grande filósofo alemão, escreveu que "as grandes revoluções vêm com pés de pombos". Sem estardalhaço mas com ações efetivas. E não há revolução maior que aquela que busque incluir a todos em um ambiente de bem-estar social. É assim que se projeta e se constrói uma na-

ção saudável. Nesse contexto, o Senado Federal sente ser seu dever investir recursos numia parcela da população durante longo tempo alijada do contexto social — vale destacar que vivem no Brasil cerca de 1,2 milhão de deficientes visuais — e, entre outras medidas visando assegurar a inclusão dos deficientes visuais, tem publicado regularmente obras adequadas à leitura aos portadores dessa deficiência.

Segundo esse ideário, o Senado lançou durante a 11ª Bienal Internacional do Livro do Rio Janeiro, que se realizou naquela capital no período de 15 a 25 de maio, obras importantes para o desenvolvimento da consciência cidadã: obras que incluem as constituições federal e do estado do Rio de Janeiro, o Código de Defesa do Consumidor, a Lei de Diretrizes de Orgãos, a Lei de Diretrizes Bases da Educação, o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Entre aproximadamente mil exposidores, foi gratificante constatar que, nessa Bienal, a única instituição publicadora apresente a disponibilizar obra em braille foi o Senado Federal. Longe das formalidades protocolares, em um ambiente marcado pela emoção, o senador Romeu Tuma, representando o presidente do Senado, José Sarney, e a senadora Heloisa Helena apresentaram as novas publicações que encontraram entusiástica receptividade por parte dos representantes desse público-alvo, por todos os motivos, especial. A professora Érica Deslandes Magno Oliveira, diretora-geral do Instituto Benjamin Constant, de amparo aos cegos, afirmou que "os deficientes não podem ser vistos como incapazes, que o Senado mostra, assim, que está consciente de que to-

dos têm direito à cultura e à vida". E o presidente da Sociedade Pró-Livro em Braile, Marcus Vinícius, fez eco às suas palavras ao declarar que estava imensamente gratificado por esse trabalho do Senado.

Nessas expressões ficou patente o senso de missão compartilhado por esses cidadãos abnegados que têm dedicado parte da vidas à promoção do bem-estar dos deficientes visuais. Eles compreenderam que o Brasil é a pátria de todos, e que têm uma responsabilidade de não apenas conduzir instituições educacionais mas antes de levar avante uma empreitada cívica.

Agindo assim, a decisão estratégica encetada pelo Senado brasileiro não é outra que a de fortalecer e ampliar o campo de ação da Educação Especial.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa aproveita a oportunidade para cumprimentar os telespectadores da **TV Senado**.

Passo a palavra à Senadora Iris de Araújo, do PMDB de Goiás, por 20 minutos.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, coincidentemente, pronuncio-me desta tribuna logo após um médico, o Senador Mão Santa. S. Ex^a fez um relato – que considero da maior importância e merecedor da nossa maior atenção – com a propriedade de um profissional conhecedor do assunto. Ninguém melhor do que um médico para entender a situação de um paciente.

Coincidentemente, Senador Mão Santa, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, abordo um assunto também de saúde pública, e talvez até mais grave do que aquele que S. Ex^a aqui tratou. Não falo como médica, mas com o sentimento de solidariedade e conhecimento do sentimento feminino. Refiro-me à Aids, doença que, hoje, por meio de estatísticas comprovadas, chegamos à triste conclusão de que o gran-

ho país. E vem somar-se aos muitos esforços nessa direção iniciados desde que José Álvares de Azevedo, adolescente cego que trouxe de Paris, em 1850, a bagagem de conhecimento necessário para que se criasse, no Rio de Janeiro, a primeira escola especializada para cegos da América Latina. Essa escola é hoje o renomado Instituto Benjamin Constant, contando já com 148 anos de existência.

Educar é determinar objetivos, apontar saídas, avaliar possibilidades, criar meios, descobrir linguagens, preparar o homem para enfrentar o momento histórico do qual é testemunha. E nunca é demais afirmar que uma nação é tanto mais saudável quanto o grau de atenção que dedica aos cidadãos portadores de deficiências físicas.

de grupo de risco, o que mais está sendo contaminado, infelizmente, é o feminino.

Sr. Presidente, os programas brasileiros destinados à prevenção da Aids freqüentemente têm sido apontados como modelos para o mundo. Segundo os especialistas da área, o nosso País tem conseguido sucesso na diminuição de novos casos, graças às políticas públicas voltadas principalmente para a conscientização e educação.

Além disso, têm sido notáveis a redução dos custos de tratamento e o aumento da sobrevida dos pacientes. Isso foi proporcionado pelas decisões tomadas no Governo passado que permitiram a quebra das patentes dos principais componentes do coquetel de remédios anti-retrovirais, que passaram a ser produzidos em laboratórios públicos e distribuídos de forma mais eficiente.

Das 500 mil pessoas que têm acesso gratuito a medicamentos anti-Aids no mundo, 30% vivem no Brasil, segundo o Ministério da Saúde. O Brasil é pionero na distribuição de preservativos femininos, popularmente conhecidos como camisinhas. Do total de

6 milhões de unidades produzidas anualmente pela Inglaterra – único país que fabrica preservativo feminino –, o Brasil importou 4 milhões no ano passado. Naturalmente, como a camisinha feminina é bem mais cara do que a masculina, a distribuição é feita para mulheres sob risco maior de contágio.

Recentemente, o Presidente da República e a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, inauguraram em Xapuri uma fábrica de biopreservativos. Aproveitando a oportunidade, sugiro que ali também passem a ser produzidos os preservativos femininos, diminuindo os custos com a importação e ampliando o número de mulheres protegidas.

O Brasil foi capaz de impedir a realização das previsões pessimistas do Banco Mundial, na década de 90, que apontavam a possibilidade de termos 1,2 milhão de soropositivos em 2000. Os dados do final de 2002 mostram que existem, no momento, aproximadamente 600 mil casos, portanto, a metade do previsto.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, os especialistas em epidemiologia também estão apontando uma tendência para o desenvolvimento da doença que se revela muito preocupante para nós. Segundo o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, essa tendência seria a heterossexualização, feminização, envelhecimento e pauperização do paciente. Isso significa que o paciente típico está se aproximando do brasileiro médio: mulher, heterossexual, de meia-idade e pobre. E, pior ainda, o único grupo que tem sistematicamente apresentado aumento de notificações acima da média nacional é – este é o dado que considero extremamente preocupante – o das mulheres casadas.

A tendência à feminização, ao que se sabe, não é nova. Entretanto, os programas de combate à doença ainda não foram capazes de alcançar esse público com a mesma eficiência que têm demonstrado entre jovens, usuários de drogas injetáveis, homossexuais e heterossexuais solteiros, que eram apontados como os grupos mais afetados. Segundo dados do Programa de Aids das Nações Unidas, Unaids, do total de pessoas com a doença no mundo, 50% são mulheres. O dado alarmante é que elas representavam 48% pouco mais de um ano atrás.

Os dados brasileiros também são assustadores. Nos anos 80, a proporção entre homens contaminados e mulheres era de 25 para 1. Hoje, essa proporção caiu para 1,7 homem para cada mulher. Em alguns casos, como na faixa etária entre 13 anos e 19 anos, a quantidade de mulheres contaminadas já é

superior a de homens, contando 771 contra 714 casos no ano passado.

O Ministério da Saúde tem buscado abordar o problema da contaminação feminina, seguindo sua linha de atuação, por meio de parcerias com ONGs de mulheres, associações comunitárias e redes de saúde para a ampliação do Programa de Saúde da Família. Reconhece, contudo, que o desafio é grande em função da maior vulnerabilidade feminina, decorrente da cultura de gênero do nosso País.

As mulheres casadas, pobres, moradoras da periferia das grandes cidades ou das pequenas cidades não imaginam que seus parceiros têm comportamento sexual de risco, ignorando as medidas preventivas. Imaginam estarem ofendendo seus parceiros se exigirem a utilização de preservativos no ato sexual.

Eu gostaria de lembrar que não são somente as mulheres casadas pobres, moradoras das periferias das grandes cidades, que têm esse tipo de pudor. É realmente uma situação delicada, difícil até de se pensar como se fazer uma campanha de esclarecimento.

Entre as mulheres mais jovens, o problema é resultado da precocidade do início da vida sexual ativa, combinada com a inexperiência. Segundo dados do Ministério da Saúde, apenas 44% dos jovens utilizam a camisinha na primeira relação sexual. E o mais incrível é que esse é um número bom, se considerarmos que, no início dos anos 90, quando as campanhas maciças começaram, a estatística apontava em torno de apenas 5% de uso. Entretanto, à medida que a relação entre os casais jovens se estabiliza e se torna mais séria, cai a freqüência de uso. Noventa por cento dos jovens declararam só fazer sexo com preservativos, mas só 20% mantêm o hábito depois de algum tempo de relacionamento.

Se o Brasil não apresenta um quadro tão crítico como o de algumas regiões africanas onde, por exemplo, se crê que o estupro de jovens virgens é um remédio mágico contra a Aids, ainda assim os números são profundamente perturbadores.

O que pode ser feito? Quais são os caminhos a tomar? As ações atuais do Ministério estão completamente corretas? São suficientes para reverter o quadro? Convido os nobres Colegas presentes à reflexão.

Em primeiro lugar, existe um grande acerto no aumento das ações educativas tanto no âmbito das escolas quanto na utilização dos meios de comunicação em geral. Mas a abordagem direta, seja por agentes de saúde, seja com as parcerias de grupos comu-

nitários e ONGs, é indispensável para atingir aqueles grupos que se sentem mais seguros, especialmente – deveria ser – as mulheres casadas.

A discussão do problema deve ser ampla, pública, trabalhada em linguagem simples para que o entendimento seja mais generalizado entre a nossa população. No caso dos jovens, é necessário também debater o assunto com os pais deles. Nesse ponto a ação do Poder Público é bastante difícil, mas devemos encontrar um meio de envolver mais os pais de adolescentes. O problema das doenças sexualmente transmissíveis, por exemplo, deve ser amplamente debatido por pais e filhos – aliás, deveriam debater todos os assuntos, assim, logicamente, a esse seria abordado de maneira natural.

Os pais precisam ser educados também para tratar desse problema, que não pode ficar a cargo exclusivamente da educação formal.

Outro ponto fundamental que deve ser profundamente discutido aqui é questão feminina no Brasil.

A principal razão de a mulher ser a vítima mais vulnerável no processo que permite o crescimento da epidemia de Aids é a própria condição feminina em nosso País. As ações públicas de saúde só serão realmente eficazes no grupo feminino se forem acompanhadas de uma série de outras ações, que têm menos a ver diretamente com a área de saúde do que com o repositionamento da mulher em nossa sociedade.

É preciso ampliar e melhorar a educação feminina em geral e aumentar a participação da mulher no mercado de trabalho em condições de igualdade com os homens, assim como combater decididamente a violência contra a mulher, especialmente no ambiente doméstico, os preconceitos e a imposição da passividade às mulheres. É preciso também aumentar a visibilidade dos problemas e buscar mais intensamente as soluções para as questões decorrentes das desigualdades nas relações de gênero em nosso País. Tudo isso precisa ser feito.

Essas ações são necessárias para dar à mulher o poder de dizer “não” e a faculdade de defender a si mesma.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o trabalho de conscientização, desenvolvido de forma cada vez mais eficiente e eficaz pelo Ministério da Saúde, pode ser posto a perder.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Iris de Araújo, gostaria de participar do pronunciamento de V. Ex^a.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Senador Mão Santa, gostaria muito de ouvir o aparte de V. Ex^a, que, se não é um especialista em Aids, conhece mais o assunto do que eu. A informação de V. Ex^a será da maior importância para o meu pronunciamento.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Iris de Araújo, o pronunciamento de V. Ex^a enriquece esta Casa e educa o nosso povo. Fui ao México, quando era Deputado Estadual, fazer um curso de planejamento familiar. Naquele país, há o Ministro da População. A Constituição do México estabelece que “o homem e a mulher podem e devem acasalar-se. Entretanto, o Estado tem a obrigação de garantir os filhos que desejarem.” O Ministro da População garante todo o planejamento familiar. Por exemplo, conversando com um casal de noivos ele define o período em que podem ter filhos – no ano de eleição não dá certo. O Governo garante tudo, a ligadura de trompas e a vasectomia. Além disso, o Ministro da População é responsável pela educação sexual do povo e mantém um programa na televisão pública com esse objetivo. É muito oportuno o pronunciamento de V. Ex^a, que, ao trazer esse assunto, enfrenta, com coragem, um dos temas que a medicina mais teme hoje: a Aids. O nosso Governo se saiu bem – vamos reconhecer – graças, como sempre digo, à competência da classe médica no Brasil.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradoço o aparte de V. Ex^a. Como disse no início, ele muito contribui para o aprimoramento desse nosso alerta.

A conscientização muitas vezes não é suficiente num ambiente de dominação e violência, principalmente quando esses elementos são manifestados nas relações mais íntimas, no domínio privado, fora do controle do Poder Público ou, pior ainda, com a cônivência dele.

A conscientização é apenas o primeiro passo. Mais do que isso, torna-se imprescindível a ação coordenada do setor público, nos vários campos de sua competência, visando estabelecer condições de igualdade que permitam à mulher recolocar-se na sociedade, no mundo do trabalho, na família, no relacionamento com seu companheiro e parceiro num estágio elevado de cidadania e dignidade.

No caso do combate à Aids entre as mulheres, podemos dizer, sem medo de errar, que ações realmente eficientes e eficazes para deter o avanço terrível desse mal são, literalmente, uma questão de vida ou de morte.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Continuando a intercalar os oradores inscritos com os Senadores inscritos para comunicações inadiáveis, concedo a palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, ao nobre Senador Osmar Dias, do Partido Democrático Trabalhista, do Estado do Paraná, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é justificável o pedido para esta comunicação, porque inadiável é o assunto que vou expor.

Na verdade, quero fazer um apelo aos Líderes no Senado Federal, para que revejam a decisão tomada na semana passada, quando se sepultou a CPI que investigaria a remessa de divisas via agência do Banco do Estado do Paraná, localizada em Nova Iorque, que foi, evidentemente, fechada, depois de tantos escândalos. Todo o noticiário da imprensa do final de semana se concentrou na atitude tomada pelo Senado e que foi contrariada pela Câmara dos Deputados.

Quero lembrar que, há dois anos, quando o Governo era outro, o Partido dos Trabalhadores me pediu que assinasse o requerimento de instalação de uma CPI chamada CPI da Corrupção, o que fiz por duas vezes.

Aquele fato motivou a minha exclusão do PSDB, partido que deixei, quando se abria contra mim um processo de expulsão por ter assinado o requerimento da CPI da Corrupção. Os argumentos que utilizaram para que eu retirasse a assinatura do requerimento foram exatamente os mesmos utilizados agora pelo atual Governo: as reformas não podem ser prejudicadas por uma CPI.

Aquela CPI não teria prejudicado as reformas, assim como essa CPI não vai prejudicá-las! Pior do que não fazer a CPI, é fechar os olhos, Sr. Presidente, para notícias como a publicada hoje pelo jornal **O Globo**, do seguinte teor: “Cem bilhões, é o que se calcula, de evasão de divisas do Brasil para o exterior.”

A Polícia Federal está investigando, sim, mas a Polícia Federal também estava investigando o caso do Senador Antonio Carlos Magalhães, e a posição adotada pelo Partido dos Trabalhadores naquele momento foi a de abrir o processo de cassação, ignorando este fato.

Se naquele caso não importava que a Polícia Federal estivesse investigando, por que nesse imor-

ta? Ah! A Polícia Federal está investigando, e não há necessidade de uma CPI neste momento.

Quando e o que vai justificar, Sr. Presidente, a instalação de uma CPI nesta Casa? Não adianta também o discurso de que as CPIs do passado foram utilizadas para promover políticos e fazer do Senado Federal um palanque. Não. A CPI dos Precatórios conseguiu desvendar muitos dos crimes praticados contra o Erário, sobretudo em meu Estado, que comprou precatórios frios, ilegítimos. Há hoje, no Ministério Público e na Justiça, processos e inquéritos. Estamos aguardando os resultados práticos da investigação que aqui se processou. Não podemos nos esquecer também da CPI do Judiciário, que resultou na cassação de um Senador e na prisão do Juiz Nicolau dos Santos Neto, que não sei se está preso ou solto, mas que responde a processo na Justiça.

Portanto, as CPIs trazem, sim, resultados práticos. E ficou muito ruim, feio mesmo para o Senado Federal, ver a Câmara dos Deputados concordar com a instalação da CPI. Logo a Câmara, presidida pelo Deputado João Paulo Cunha, que havia, no início de sua gestão, colocado na gaveta cerca de 30 requerimentos de CPI. Lá, a CPI será instalada amanhã. Ainda há tempo de os Líderes, aqui no Senado, fazerem uma revisão da decisão que tomaram: enterrar a CPI, e aqueles que retiraram as assinaturas do requerimento, recolocarem-nas.

Faço um apelo aos Líderes, especialmente àqueles que retiraram as assinaturas do requerimento. Não sei quais foram os Senadores, apenas li que um deles é do PSDB, o próprio Líder do PSDB e outros cinco do PFL. Então, não é possível entender, porque o noticiário diz o seguinte: “Planalto atua e impede CPI do Banestado no Senado. Não conseguiu na Câmara”.

A revista **IstoÉ** de ontem diz o seguinte:

A reunião do presidente Lula com as cúpulas do PT e do PMDB descambou para a briga entre Senado e Câmara. Os senadores se queixaram dos deputados desmancharem os acordos que eles fecham, o que aconteceu, por exemplo no projeto de refinanciamento das dívidas agrícolas. Mas o clima ficou ruim mesmo quando o assunto foi a CPI do Banestado. Orientados pelo Palácio, os Líderes do Senado enterraram a CPI e assumiram o desgaste com o engavetamento. Mas o presidente da Câmara, João Paulo, que já arquivou uma penca de CPIs, decidiu instalar a CPI da Evasão de Divisas,

que tratará dos mesmos US\$30 bilhões enviados pelo Banestado ao Exterior.

Está na **IstoÉ**; não sou eu quem está dizendo. Então, ficou mal para o PT, porque o noticiário diz que foi o Governo do PT que mandou enterrar a CPI no Senado. Fica muito mal para o Senado aceitar essa condição de não realizar a CPI, quando a Câmara vai realizá-la. Creio que ficaria melhor para o Senado, neste momento, fazer uma revisão da decisão que tomou, autorizando a instalação da CPI e cada Partido indicando os seus representantes, para que possamos provar que, nesta Casa, não há ninguém com medo dessa CPI. Não é porque o delegado Castilho afirmou que há políticos e empresários envolvidos que vamos colocar a CPI na gaveta com medo dela. Não! Temos que provar que nem o PT, nem o Governo Lula e nem o Senado têm medo desta CPI. Vamos investigar e exigir que os nomes envolvidos sejam divulgados e que o dinheiro enviado para fora ilegalmente possa voltar para o seu verdadeiro e legítimo dono: o povo deste País. Não devemos, simplesmente, enterrar a CPI, virar as costas para a realidade, que é brutal. Vamos fazer aqui uma reforma da Previdência, apenando trabalhadores, servidores, para equilibrar as contas, mas será que essa enorme evasão de divisas, essa roubalheira que se instalou, para a qual o Senado fecha os olhos neste momento, não provocou mais déficit no Orçamento da União, não colocou mais lenha na fogueira do narcotráfico? Porque este, sim, é financiado em boa parte pelo dinheiro remetido ilegalmente daqui para fora e que, depois, volta na forma de armas e de drogas.

Então, se tudo isso não merece uma CPI, que não se faça mais nenhuma CPI no Senado, porque não haverá nenhum motivo superior a esse, Sr. Presidente.

Faço um apelo ao PT, ao Governo, ao Senado e aos Líderes desta Casa, para que revejam essa posição. E não só porque se trata de um banco do meu Estado, mas porque foi muito dinheiro roubado deste País.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder, para uma comunicação de interesse partidário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Tem V. Exª a palavra, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, alínea “a”, do Regimento Interno.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e

Srs. Senadores, ocupo a tribuna para prestar um esclarecimento e dar uma explicação pessoal a respeito da indagação que faz, neste momento, o querido Senador Osmar Dias, que só faz jus a sua biografia, ao seu procedimento ético, defensor intransigente de um País mais sério, mais honesto e mais verdadeiro, quando apela pela instalação de uma provável CPI, abordando esse grande e terrível escândalo do Banestado.

Acredito que a explicação também diz respeito a manifestações de outros Líderes e expressões partidárias do PSDB e do PFL, ocorridas na sexta-feira última. Para nós, do Partido dos Trabalhadores, é muito tranquilo tratar dessa matéria, porque, mais do que ninguém, temos o exemplo dado da investigação quando necessária, da busca da elucidação da verdade e do combate fervoroso à prática da corrupção, manifestada em toda a sua evolução política no Brasil, de modo muito especial nos últimos anos. Somos um País que sofre ainda hoje, e sofrerá por alguns anos, as consequências dos assaltos aos cofres públicos de que fomos vítimas.

Mas, agora, o Senador Osmar Dias se refere a um escândalo sem proporção na história do Brasil, que é a evasão de cerca de US\$ 30 bilhões enviados para contas no exterior, algo grave e imensurável em sua repercussão, com consequência para as políticas sociais, para todo um investimento ético que um Governo como o nosso quer fazer.

Somente gostaria de esclarecer e deixar no canto da verdade que o Partido dos Trabalhadores, em nenhum momento, se furtou a investigar esse episódio. Houve uma decisão, assumida por todos os Líderes partidários, inclusive pelo Senador Jefferson Péres, Líder do PDT, do Senador Osmar Dias, que entenderam, com absoluta isenção e responsabilidade ética – em nenhum momento omissão –, que existe um processo de investigação, dirigido pela Polícia Federal, e também um outro, também dirigido, de esclarecimento do episódio pelo Ministério Público Federal, em que o Dr. Luiz Francisco, figura insuspeita da República brasileira, está à frente. O Governo Federal já investiu mais de R\$500 mil, nos últimos meses, para que essa investigação ocorra com êxito, dentro das agências bancárias e num ambiente propício, em Nova Iorque. O Ministro da Justiça está fortemente engajado na investigação e na elucidação desse escândalo. Fui pessoalmente, na condição de Líder, conversar com o Controlador-Geral da União, Ministro Waldir Pires, e ele, com absoluta responsabilidade e grandeza, afirmou que está a caminho uma solução à altura do que a sociedade brasileira espera para um

escândalo dessa dimensão, como muito bem assinalado aqui pelo Senador Osmar Dias.

Então, nosso entendimento é apenas de método. Entendemos que esse escândalo será elucidado, que vamos desvendar um dos atos mais vergonhosos da história política do Brasil, da história moral do País. Temos, neste momento, absoluta confiança nas instituições que investigam e dirigem este País, num processo dessa natureza. Temos plena confiança na Polícia Federal, no Ministério Público Federal, no Ministério da Justiça e na Controladoria-Geral da União. Uma CPI, neste momento, é algo que nós do Senado podemos, perfeitamente, aguardar por algumas semanas, para que tenhamos a primeira conclusão dessas instituições envolvidas, que, repito, acreditamos na mais absoluta seriedade, isenção e autoridade para investigar esse caso. É apenas um problema de tempo. O Senador Osmar Dias está coberto de razão, quando quer um resultado rápido e imediato sobre esse escândalo. Nossa entendimento, na condição de Líderes do Senado Federal, é que o melhor caminho, o mais rápido caminho de investigação desse vergonhoso escândalo que abalou as instituições brasileiras é o das instituições envolvidas. Falo da Polícia Federal, do Ministério Público e da Controladoria-Geral da União. Nossa entendimento é comum. O episódio precisa ser apurado e os responsáveis têm que ir para a cadeia. Sem dúvida alguma, o caminho que nós, Líderes do Senado Federal, entendemos ser o melhor para que haja a investigação é o das instituições e não o da CPI. Espero que a Câmara dos Deputados, com sua decisão de iniciar uma CPI, esteja absolutamente à vontade e entenda que está fazendo o melhor pelo Brasil. Sob o ponto de vista moral, ético e investigativo, o caminho que adotamos é o que dará um resultado mais rápido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Aproveito para inscrever-me para uma comunicação inadiável.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Moraes, por 20 minutos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, consideramos, em linhas gerais bem-intencionada a política externa do atual Governo, quando se investe da responsabilidade de vocalizar, perante os países do assim chamado Primeiro Mundo, as demandas políticas e econômicas da América Latina.

As dimensões do Brasil, sua influência na geopolítica mundial, dão consistência a esse papel de liderança, que o Presidente Lula vem buscando exer-

cer com parcimônia e responsabilidade. Cremos, porém, que esse papel não pode ir além do campo estriamente diplomático, pelo menos nesse momento em que o Brasil vive situação econômica delicada. Não obstante, os jornais informam que o Governo Lula está colocando o BNDES – ferramenta essencial no fomento do desenvolvimento do Brasil – a serviço de países vizinhos como Argentina, Paraguai, Venezuela e Bolívia. Somente à Argentina está sendo destinado um fundo de nada menos que US\$1 bilhão para financiar as exportações de empresas privadas. O anúncio foi feito há cerca de duas semanas, aqui, em Brasília, por ocasião da visita do Vice-Chanceler argentino Martin Redrado ao Presidente Lula. Ao Paraguai também foi prometido igual apoio, em cifras ainda não reveladas.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, sinceramente, com toda a boa vontade possível é inevitável considerar tal gesto, no mínimo, despropositado, megalomaníaco. Se não temos para nós – ou o temos em quantidade insuficiente às nossas demandas –, não faz sentido tal desprendimento. Nenhum País, por mais generoso, deixa de atender a seus próprios nacionais para cuidar dos vizinhos. Basta ver que, não obstante toda a boa vontade do Governo brasileiro, empenhando-se não apenas em financiar os vizinhos, mas em viabilizar o Mercosul, à custa de prejuízos iniciais, os empresários argentinos querem estabelecer uma reserva de mercado interna em relação a diversos produtos para se defender da concorrência brasileira.

Em comércio internacional é assim: cada qual cuida de seus interesses. Garantindo o básico que atenda às demandas do País, só então é possível estender a mão aos demais. Não se trata de egoísmo, mas de elementar gesto de sobrevivência.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Brasil vive uma das piores crises de sua história. A absurda taxa de juros fixada pelo Banco Central, de 26,5%, impede investimentos e aprofunda o quadro da crise, já de si historicamente marcado pela exclusão social, desequilíbrio regional e concentração de renda. As empresas estão descapitalizadas, e o crédito é escasso e proibitivo.

Que resta ao empresário brasileiro nessa paisagem árida em investimentos? Resta a figura solitária do BNDES, cujos cofres, porém, estão longe de poder atender a todos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Meu Líder, permite V. Ex^a interromper seu pronunciamento?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Com todo prazer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço licença para registrar a presença do corpo de alunos e professores da Universidade de Brás Cubas, da qual sou professor, e saudá-los. Tenho a certeza de que esta Casa se sente honrada com essa visita. Agradeço ao nosso Presidente, que me passou a Presidência para ter essa oportunidade. Peço desculpas ao orador que está na tribuna. Espero que todos continuem a ouvi-lo, porque sem dúvida o discurso será brilhante.

Obrigado pela presença de todos.

V. Ex^a continua com a palavra, Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Este orador também parabeniza os ilustres visitantes e agradece pela presença de todos aqui no plenário.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, eu fazia a seguinte pergunta: O que resta ao empresário brasileiro, nessa paisagem árida em investimentos? Resta a figura solitária do BNDES, cujos cofres, porém, estão longe de poder atender a todos.

Eis, porém, que a megalomania – permitam-me essa definição porque é esse o termo que encontro para definir o internacionalismo **pop** do PT – leva o Governo a posar de paternalista junto a seus vizinhos, oferecendo-lhes o que não tem. É fácil fazer caridade com o chapéu alheio, no caso, o chapéu do povo brasileiro.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Permite V. Ex^a um aparte, Senador Efraim Morais?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Ouço o Líder do PT, Senador Tião Viana, com muito prazer.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Estou ouvindo atentamente o pronunciamento que V. Ex^a faz, na defesa de um Brasil produtivo, de um Brasil que possa sair da grave crise econômica que atravessa, crise, aliás, que nos acompanha não é de hoje, é verdade. O Presidente Lula, junto conosco, quando assumiu esse País com o risco-Brasil da ordem de 2.400 pontos; com o dólar chegando a quase R\$4,00; com uma expectativa de dependência de capital externo elevadíssima para o ano e uma ameaça efetiva a todo setor produtivo, ao grande empresariado nacional. Temos apenas um alento nesse grave cenário que V. Ex^a coloca, que é o do agronegócio, com uma expectativa de estabilidade e fôlego diante do grave cenário que nos incomoda até hoje. Saímos da grave crise de janeiro. Hoje o risco Brasil está reduzido a 800 pontos e queremos avançar ainda mais; a dependência de ca-

pital externo é muito reduzida já neste período de Governo; os investidores dão sinais claros e positivos de confiança; há possibilidade real de redução das taxas de juros para muito breve. Mas o que V. Ex^a afirma sobre a crise preocupante que se abate sobre o setor é verdadeira. Eu gostaria, contudo, de lembrá-lo, em seu pronunciamento, de que esta não é uma crise de hoje; é uma crise herdada. Não fomos nós do Partido dos Trabalhadores que pegamos este País com 4 milhões de desempregados e, após 8 anos de Governo, o entregamos com 12 milhões; foram os Partidos de sustentação do Governo anterior, apoiado inclusive pelo brilhante Deputado à época, hoje Senador, que nos honra com sua presença no Senado, Efraim Moraes. O fato é que essa expectativa internacional **pop**, como V. Ex^a diz, não têm razão de ser no meu entendimento. O Presidente Lula busca a integração da América Sul e da América Latina em um amplo mercado. Sua Excelência entende que não podemos mais conviver em um País de onde, para nos dirigirmos a qualquer dos nossos vizinhos, tenhamos de ir a um outro país à busca de uma rota, salvo algumas exceções. Para irmos ao Equador, temos de fazer rota em outro país, porque não há sequer comunicação aérea entre os dois países. Temos ao lado o mercado andino, são 33 milhões de consumidores só no Peru e na Bolívia, que estão comprando produtos da Ásia e não os nossos. A Argentina, por seu turno, está comprando produtos brasileiros, o que é um alento para nós. É lamentável o fato de o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso ter assumido um Governo que investia US\$16 milhões por ano em promoção de comércio exterior no Itamaraty e nos tenha entregado o País com um investimento nesse setor da ordem de US1,6 milhão. É uma tragédia que se impõe às nossas relações comerciais. Por essa razão, o Chile tem infinitamente mais expressão no comércio internacional. Quanto as nossas relações com a China, enquanto o Brasil possui um representante da política de promoção comercial na China, o México tem 14. Então, este País não podia dar certo. Só o Presidente Lula, seguramente, achará o caminho da recuperação da economia nacional e de mudança dos nossos indicadores socioeconômicos. Comungo com as preocupações de V. Ex^a em relação ao empresariado. A propósito, convido o PFL a assistir amanhã à brilhante exposição do Dr. Carlos Lessa, Presidente do BNDES, na Comissão de Assuntos Econômicos, sobre crédito, financiamento ao empresário, compatibilizando a sua expectativa com a nossa, qual seja, a redução da taxa de juros.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador Tião Viana, amanhã estarei na Comissão de Assuntos Econômicos, até porque sou titular da referida Comissão. Além disso, o compromisso da Liderança do Governo era no sentido de que o Presidente comprecessesse à Comissão na última quinta-feira. Entretanto, S. Ex^a teve outros compromissos, fato que compreendemos. Amanhã vamos discutir, além desta matéria, outros assuntos de interesse geral do Banco Central. No que for possível, vamos aproveitar esta oportunidade para discutir o BNDES.

Aliás, é uma outra preocupação minha a tendência do Partido de V. Ex^{as} de sempre estar olhando para o retrovisor, preocupado com tudo que aconteceu no passado. Se V. Ex^{as} estivessem preocupados, de fato, com o passado, teriam votado as Reformas, o que não aconteceu. Mas, no palanque, para enganar, sim, o eleitor, anunciaram medidas diversas. O eleitor votou num discurso, e o que V. Ex^{as} mostram hoje é totalmente diferente.

Então, houve da parte do seu Partido um discurso para ganhar as eleições. Entretanto, governa exatamente igual ao outro Governo e parece-me que vai continuar na mesma linha, pois não há muita mudança. Aqui está o PMDB, que participou do Governo anterior, e que hoje, com muita facilidade, já está no Governo de V. Ex^a. Aqui está o PTB, que participou do Governo anterior, e que hoje já está no Governo de V. Ex^a. Aqui está o PPB, de Paulo Maluf, atual PP, que está no Governo de V. Ex^a. Nós, do PFL e PSDB, estamos cobrando do Governo exatamente esses investimentos, porque, infelizmente o retrovisor não sai dos olhos do PT.

A minha preocupação – e V. Ex^a concluirá isto posteriormente – é que não podemos deixar o vizinho bem organizado e nos esquecer dos de casa. O que está acontecendo é que o desemprego aumenta cada vez mais neste País. Na sexta-feira – V. Ex^a não se encontrava aqui – vi o Senador Antero Paes de Barros pedindo que alguém citasse um único emprego que tivesse sido gerado pelo Governo Lula. Neste plenário, ninguém se manifestou. Em tom de brincadeira, o Senador Pedro Simon dizia que tinham sido gerados cinco empregos, pois foram cinco os candidatos derrotados no Rio Grande do Sul que se tornaram Ministros deste Governo.

O Governo está investindo para os empresários argentinos e está gerando empregos na Argentina, em vez de investir no Brasil.

Então, uma outra preocupação minha é que o PT se esqueça do Governo passado – e tem todas as condições de fazê-lo, pois tem maioria na Câmara dos Deputados – para aprovar o que bem quiser.

Por favor, vamos primeiro resolver o problema do desemprego, para depois beneficiar argentinos, bolivianos, venezuelanos e outros.

Essa é a minha preocupação.

Escuto V. Ex^a, Senador Eduardo Siqueira Campos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Senador Efraim Morais, parabenizo V. Ex^a que, com muita elegância e muita profundidade, aborda um tema por demais preocupante. Existe uma frase, relacionada principalmente à diplomacia internacional, que diz que líder é aquele que paga a conta. Estamos vendo que, no governo George Bush, depois da guerra do Iraque, há uma política de amparo aos países que o apoiaram, como a Espanha e Itália. Nesses países, o governo norte-americano está fazendo investimentos. Nos países que foram contra a guerra está retardando investimentos. Essa é a política internacional que o presidente norte-americano bem sabe fazer. Não quero aqui dizer se ela é boa ou é ruim, mas apenas que sabe bem fazê-la. O Presidente Lula tem inúmeras razões para ser líder e apenas uma para não sê-lo. O orçamento está contingenciado, muitas obras estão paralisadas, importantes programas sociais ainda estão sem definição. Entendo que temos de dar prazo ao novo Governo – e já há uma certa impaciência com relação a isso. Mas preocupa-me sobremaneira essa questão do BNDES. Concordo com V. Ex^a: há um parque industrial a ser recuperado; Estados aguardam a instalação de unidades industriais. Toda sorte de financiamentos e anúncios de dinheiro para a Argentina e para o Paraguai?! Penso que dessa maneira o Presidente Lula corre o risco de se firmar internacionalmente, mas de fazer com que efetivamente a esperança perca para o medo, como Sua Excelência bem disse recentemente nesta Casa. Quero parabenizar V. Ex^a e dizer que estamos também preocupados e que devemos cobrar muito do Governo Federal uma posição. Vamos desbloquear o orçamento, vamos reativar e tocar as obras paradas e vamos colocar o dinheiro do BNDES no Brasil, porque estamos precisando gerar empregos aqui dentro do País.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Muito obrigado, Senador Eduardo Siqueira Campos, com muita alegria recebo o aparte de V. Ex^a e o incorporo na íntegra ao nosso pronunciamento.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Pois não, Excelência. Escuto V. Ex^a com muita alegria.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Efraim Morais, eu queria parabenizá-lo pela oportunidade do seu pronunciamento, porque revela uma preocupação com o BNDES, que é a grande mola do desenvolvimento econômico e principalmente do desenvolvimento industrial deste País. No mínimo soa estranho, quando ainda nós não verificamos, por parte do Governo Federal, Ministério do Desenvolvimento, Ministro Luiz Fernando Furlan, e do BNDES uma linha de atuação desse importante organismo com relação às necessidades brasileiras. Hoje, o que assistimos é a atividade econômica dar sinais de desaquecimento senão até de estagnação da nossa economia. A recessão está aí. O índice de crescimento industrial, na verdade, é negativo neste momento: caiu 4,5%. A previsão inicial de crescimento do Produto Interno Bruto para o País para este ano, que o Governo dizia ser de 2,5%, hoje o Ipea já refez para 1,5%. O desemprego cresce. Tudo isso em função do fortíssimo ajuste fiscal implantado pelo Governo para retomar aquelas condições que existiam há um ano, de risco Brasil, de taxa de câmbio em torno de 2,80 ou menos do que isso. Então, vemos que há divergências internas dentro do próprio Governo, na Direção do BNDES, cujo Presidente, Dr. Carlos Lessa, que estará conosco, quer levantar uma bandeira de desenvolvimento, enquanto que alguns do Governo dizem que essa é uma bandeira do atraso, de 20 anos, nacionalista. Mas, efetivamente, é preciso ter uma definição sobre onde o BNDES vai apontar os seus recursos, porque hoje ele tem recursos disponíveis que não estão sendo aplicados, porque não há uma linha definida, por não se saber para que segmentos da economia, para que segmentos industriais, não há uma definição da política que se deseja dar. O Governo não definiu se vai investir na retomada ou se pretende manter essa economia desaquecida, para que se contenha a inflação. Mas há, ao mesmo tempo, um grave problema social. O Governo precisa resolver o que fazer com os recursos do BNDES, que nem tem projetos, porque não fomenta

aparecimento desses projetos, e já se fala em aplicar esses recursos, tão importantes para o nosso País, em particular para as Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, no fomento ao Mercosul. Fomentar o Mercosul é importante? Sinceramente, penso que sim. Precisamos criar um mercado. Mas, antes, devemos resolver os problemas internos do País: o desemprego crescente, a estagnação econômica e a altíssima carga tributária. Este Governo é voraz em aumentar a carga tributária e isso tira a competitividade dos nossos produtos diante dos de outros países que não têm uma carga tributária tão elevada. Não poderemos competir com o Chile, com o México ou mesmo com a Argentina, cuja carga tributária é muito menor. É oportuno o discurso de V. Ex^a. Espero, Senador Efraim Morais, que, amanhã, o Presidente do BNDES traga um pouco de luz a essa questão, mas sabendo que há divergências dele com o Ministro do Desenvolvimento e também com o Ministro da Fazenda. Que linha prevalecerá: a da continuidade do ajuste fiscal, da recessão econômica ou do desenvolvimento, do apoio a setores importantes para a geração de emprego e de renda para o nosso País? Portanto, parabenizo V. Ex^a pelo oportuno pronunciamento. Como V. Ex^a bem disse, não dá mais para olhar pelo retrovisor. Não adianta acusar o passado, nem dizer que a herança é maldita. Estamos vivendo o agora e precisamos ter uma visão de futuro. O País exige isso de todos nós. Devemos olhar para frente para construir um País desenvolvido e mais justo para todos os seus filhos. Portanto, parabéns pelo seu pronunciamento, Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador César Borges, sou eu que agradeço a V. Ex^a a lucidez do seu aparte. Todos nós estamos na expectativa desse encontro, amanhã, com o Presidente Carlos Lessa, para que S. Ex^a possa realmente esclarecer os fatos e dirimir todas as dúvidas. Desejamos que S. Ex^a traga boas notícias para o Senado Federal em relação a investimentos no nosso País.

Sr. Presidente, os jornais registram que a oferta de US\$1 bilhão – repito: US\$1 bilhão! – em financiamento aos argentinos surpreendeu até a imprensa de lá; não acreditaram no que liam. Pior que isso é a confusão inicial que a notícia já provocou.

Enquanto o Presidente do BNDES, Carlos Lessa, assegura que o financiamento será apenas para

incrementar as relações bilaterais Brasil-Argentina, o Chanceler Martin Redrado diz o contrário: que os recursos poderão financiar exportações para qualquer outro mercado.

Que dirá disso o sofrido exportador brasileiro, penalizado por impostos e escassez de crédito? Talvez lhe ocorra que a saída mais inteligente seja mudar-se para a Argentina – e pedir socorro ao generoso Governo Lula...

Os termos da nova linha de crédito já estão sendo discutidos em Buenos Aires. Segundo o Presidente do BNDES, o fundo a ser constituído captará recursos de organismos multilaterais como Banco Mundial, o BID e a Corporação Andina de Fomento, financiamento operações com cobertura de Convênio de Crédito Recíproco, o famoso CCR, ou seja, garantidas pelo Governo argentino e, em tese, de menor risco.

Mas a questão transcende, em muito, o risco das operações. O que está em pauta é uma mudança de conceituação a respeito do papel institucional de um órgão da magnitude e importância estratégica do BNDES, sem que nenhum debate a respeito tenha havido na sociedade brasileira. É inconcebível tal mudança, Sr. Presidente, sem que o Congresso Nacional tenha sido chamado a opinar. Amanhã, levantaremos essa questão ao Presidente Lessa.

Nem mesmo no âmbito do Governo Lula a discussão ocorreu. Trata-se de um gesto autoritário, unilateral, que envolve interesses bem mais amplos do que os que cabem a uma instância meramente tecnocrática (no caso, a Presidência do Banco) decidir. De quem partiu essa decisão? Do Itamaraty? Do BNDES? Do Presidente Lula?

Se partiu do Presidente da República, estamos diante de outra contradição grave. No Governo passado, de que tanto fala o PT, por ocasião das privatizações, o PT – e o Presidente Lula em particular – criticou – a meu ver, com razão – o fato de o BNDES ter financiado empresas estrangeiras para o leilão de estatais de telefonia.

Argumentou-se, em defesa daquele financiamento – e o PT rejeitou essa explicação –, que ele representaria revitalização do setor e coisas do gênero e que, além disso, o dinheiro ficaria dentro do País, aplicado na expansão do setor e gerando empregos.

Mesmo assim, o PT denunciou aquela iniciativa, que o Governo Lula agora reproduz, com agravantes, já que o dinheiro destinado às empresas argentinas poderá, segundo seu Vice-Chanceler, financiar exportações para quaisquer mercados, gerando emprego apenas lá.

Mas voltemos à questão central deste tema. O mais grave, repito, não é o financiamento em si, mas a mudança de papel institucional do BNDES sem qualquer discussão prévia perante a sociedade brasileira e suas instituições representativas, como o Congresso Nacional.

O Presidente do BNDES, Carlos Lessa, afirmou que a Instituição, “está passando a atuar não mais como um banco estritamente brasileiro, mas como um banco sul-americano”. E nos informa que, além do financiamento às empresas argentinas e dos acenos ao Paraguai, já foram prometidas outras linhas de crédito a outros países do Continente.

Outro país a ser agraciado também com US\$1 bilhão pelo BNDES, para financiar não apenas compras de produtos brasileiros, mas também obras internas de infra-estrutura é a Venezuela. A Bolívia deve receber US\$600 milhões.

Eis aí outro ponto espantoso. Há duas semanas, o Presidente Lula reunia alguns pesos pesados do empresariado nacional para pedir que investissem em infra-estrutura, pois o Estado brasileiro não tinha recursos para fazê-lo. Ou seja, não tem dinheiro para investir na infra-estrutura do País, mas tem para investir na infra-estrutura da Venezuela, da Bolívia, do Paraguai, da Argentina.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Efraim Morais!

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, considero gravíssima essa distorção, que reclama esclarecimento urgente por parte do Governo Federal!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Fazendo soar a campainha.) – Meu caro orador, seu tempo terminou. Gostaria que os apartes fossem cessados.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, ouvirei somente o Senador Mão Santa e concluirrei dentro de dois minutos. Peço mais um pouco de tolerância a V. Ex^a, que já tem sido muito tolerante conosco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Sei que V. Ex^a é compreensivo, e já me estão fazendo sinal de que estou passando a vez do outro.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Ouço o Senador Mão Santa, com muito prazer!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Grande Senador Efraim Morais, primeiro, busco o Livro de Deus, que diz: “A caridade começa com os de casa”. Em segundo lugar, o desemprego é a maior desgraça que temos hoje! Em época nenhuma houve tanto desemprego. Quis Deus estar aqui presente o Presidente Sarney, para dizer que fui Prefeito à sua época, em que havia inflação, mas não havia desemprego; o que havia era um gatilho que ele roda. O desemprego é ruim. Aliás, vem aqui um candidato a Diretor do BNDES, para ser votado por nós. Temos que ser chamados aqui, na hora do voto. Lá nos Estados Unidos, que são um País rico, o Presidente Bill Clinton, inspirado, fez um combate à pobreza. Lá existem pobres, não como os nossos, miseráveis, mas há! Então, Clinton aceitou sugestão de todo mundo. Lá em Bangladesh, um professor de nome Yunus, economista, fez o Banco do Povo. E, de repente, a esposa dele, muito insinuante, entrou em contato e levou o Professor Yunus para conversar com o Presidente dos Estados Unidos, à época Bill Clinton, que aceitou a idéia. Logicamente, ele não incorporaria isso em seu programa oficial, porque seria contra o BID, contra o BIRD, etc; mas mandou seu secretariado aceitar. E funcionou lá! Sr. Presidente, Senador Efraim, com pouco dinheiro, fiz um banco do povo no Piauí. E quero dizer como isso funciona. Um quadro vale por dez mil palavras. Eu dava um dinheirinho para o Serviço Social, que era presidido pela minha esposa, Adalgisa. Lembro-me de que um carro de pipoca custava R\$300,00. Por esse programa de financiamento, o cidadão, como pipoqueiro, passava a ganhar dois salários mínimos, graças ao carrinho de pipoca oferecido pelo Serviço Social. Alargando-se o período do financiamento para 30 meses, quem ganha dois salários mínimos, hoje R\$480,00, paga tranquilamente. Todos pagavam. Então, com esse dinheiro aqui, faríamos um banco do povo em todo o Brasil e daríamos milhares e milhares de empregos, que é a maior necessidade deste País.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa, e repito que a nossa preocupação é exatamente com a geração de em-

pregos. Preocupo-me com o que está sendo investido no exterior para gerar empregos na Argentina e em outros países, mas não em nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, para concluir, considero gravíssima essa distorção, que reclama esclarecimento urgente por parte do Governo Federal. Esta Casa, que representa os interesses da Federação, e a Câmara dos Deputados, que representa a população brasileira, não podem ficar indiferentes a essa aberração.

A Associação de Comércio Exterior do Brasil protestou pelos jornais por essa megalomania diplomática do Governo do PT, lembrando que o BNDES estará fortalecendo concorrentes diretos do Brasil em terceiros mercados, reduzindo o espaço de nossos produtos no comércio mundial.

Lembra o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil, José Augusto de Castro, que, além da escassez de recursos no País para financiar suas próprias exportações, já existe um déficit comercial importante com a Argentina.

O BNDES é o principal vetor de financiamento dos investimentos brasileiros, ferramenta vital para a tão sonhada recuperação econômica do País, com papel decisivo no apoio à exportação de manufaturados. Antes de pretender se transformar num banco internacional, à revelia dos interesses de sua clientela básica, tem muito a fazer por aqui mesmo.

Como já disse o próprio Lula na campanha eleitoral passada – e é preciso reavivar sua memória, que tem se mostrado fragilizada nos últimos tempos –, o BNDES tem compromissos intransferíveis na geração e conservação dos empregos dos brasileiros. Não será, porém, com desvios de função dessa magnitude que vai cumprí-los.

São essas as considerações que encaminho à reflexão desta Casa e da sociedade brasileira. E, como disseram o Senador César Borges e o Líder do PT, Senador Tião Viana, estamos aguardando a presença do Sr. Carlos Lessa amanhã, na Comissão de Assuntos Econômicos, para prestar esclarecimentos a respeito deste e de outros assuntos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

Durante o discurso do Sr. Efraim Moraes, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos, para uma comunicação inadiável, e, em seguida, ao Senador César Borges.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, em várias oportunidades, pude relatar a esta Casa e aos telespectadores da **TV Senado**, a importância para Palmas da construção da Usina Luiz Eduardo Magalhães, a Usina do Lajeado. A cidade de Palmas, que é planejada, sendo a mais nova das capitais brasileiras, vai atingindo 14 anos do lançamento de sua pedra fundamental com uma qualidade extraordinária oferecida à sua população, tendo em vista um belo plano diretor. Estamos atingindo a marca de 215 mil habitantes. Palmas é um sucesso, um êxito de plano urbano, de qualidade de vida, entre outras questões. Mas ela foi planejada para estar à margem desse lago que adviria da construção da Usina Luiz Eduardo Magalhães. O lago tem 180 km de comprimento e 9 km de largura em média. Portanto, é um grande lago. Banha Palmas, passa pela cidade de Porto Nacional e chega até Brejinho do Nazaré. O rio Tocantins foi alargado e transformado em uma grande oportunidade de lazer, de turismo, além do próprio abastecimento d'água, da pesca, entre outras atividades.

Em boa hora, exatamente para pensar na utilização e preservação desse lago, foi realizado, em Palmas, o I Fórum em Defesa do Lago – Uso e Ocupação Legal e Ordenada. Essa iniciativa foi tomada pela Organização Jaime Câmara, sob o patrocínio da Orla S/A, empresa privada que explora os loteamentos à beira do lago. O evento contou também com o apoio institucional do Ministério Público Federal, do Ibama, do Incra, da Marinha do Brasil, do Ministério Público Estadual, do Governo do Estado do Tocantins, da Secretaria de Planejamento, da Prefeitura de Palmas, entre outros órgãos.

Portanto, Sr. Presidente, nesta breve comunicação, quero dizer que esse Fórum ocorreu entre os dias 4 e 5 de junho. Dia 5 de junho foi o Dia International do Meio Ambiente. Desse fórum, nasceu uma carta, a Carta do Lago, Carta do Fórum em Defesa do Lago. Trata-se de uma carta que tem um preâmbulo e 15 pontos básicos: preconiza a urgente apresentação do plano ambiental de conservação do uso do entorno do reservatório: a implementação imediata da edu-

cação ambiental nas redes estaduais e municipais de ensino; a instalação de uma delegacia estadual, especializada em meio ambiente; solicita a intensificação da integração da atuação administrativa dos órgãos ambientais com as polícias militar, ambiental e civil, para subsidiar as ações do Ministério Público Estadual e Federal nos âmbitos criminal e cível com elementos de provas mais consistentes; e várias outras questões.

Por considerarem que a Agenda 21 indica, como exigência básica, o respeito à natureza e a busca de modelos sócio-ambientais sustentáveis, os cidadãos, os reassentados, os participantes das ONGs e da sociedade organizada presentes ao 1º Fórum em Defesa do Lago – Uso e Ocupação Legal e Ordenada pedem o ordenamento do lago com um plano de uso, um plano de gestão fácil de proteção do reservatório e esperam que suas sugestões sejam acatadas. Assinam a Carta do Lago vários membros da nossa sociedade civil, crianças, artistas, intelectuais.

Peço, em primeiro lugar, Sr. Presidente, a transcrição da carta do Fórum em Defesa do Lago de Palmas e parabenizo a Organização Jaime Câmara na pessoa de Jaime Câmara Júnior, seu presidente, e da Sr^a Fátima Roriz, superintendente da Organização Jaime Câmara, no Estado do Tocantins. Solicito ainda, Sr. Presidente, a transcrição de um artigo que assinei, publicado no **Jornal do Tocantins**, denominado “Um Lago para Todos”. Esse fórum foi realizado numa terça e numa quarta-feira, dias em que estamos na plenitude dos nossos trabalhos, o que impediu a minha participação.

Deixo os meus mais efusivos cumprimentos a todas as autoridades que participaram, à população em geral – arquitetos, estudantes universitários, vereadores, deputados estaduais e federais, autoridades de todos os níveis – e, fundamentalmente, à sociedade civil do Estado do Tocantins, que participou desse 1º Fórum em Defesa do Lago – Uso e Ocupação Legal e Ordenada.

É exatamente com essa preocupação que teremos uma utilização racional e adequada do lago. Palmas continuará orgulhando-se de ser uma cidade com grande preocupação ambiental, uma cidade de planejamento e uma cidade que oferece qualidade de vida a seus habitantes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA
CAMPOS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Um lago para todos

Eduardo Siqueira Campos*

O visitante que chega hoje a nossa cidade, ou aquele que se mudou recentemente para a nossa capital, pode pensar que o Lago é algo novo, concebido após a criação e consolidação de Palmas. Não é bem assim. Relembrando os fatos históricos que culminaram na concepção e construção da nossa Capital, fica claro que não há como se falar de Palmas sem falar do Lago. Um está para o outro assim como Palmas está para o Tocantins.

O então Deputado Siqueira Campos, que não tinha outro pensamento senão a criação do futuro Estado do Tocantins, em suas inúmeras passagens por essa Região, ora de caminhão, ora de monomotor, sempre teve a convicção de que a futura Capital deveria se situar em um ponto central do Estado e eqüidistante dos demais Municípios que o integrariam, na margem direita do Rio Tocantins, tão abandonada quanto o então Norte do Estado de Goiás.

Ao tomar posse não perdeu tempo, e em sobre vôo histórico, apontou o local da futura capital. Feitos os estudos preliminares, deixou claro aos arquitetos Luis Fernando Cruvinel Teixeira e Walfredo Antunes de Oliveira Filho, de que haveriam de ser respeitadas as cotas de inundação da futura Usina Hidrelétrica do Lajeado, hoje Luis Eduardo Magalhães, a qual o então Governador tinha a convicção de que seria construída.

Portanto, Palmas foi pensada, desde a sua concepção, como uma cidade que seria margeada de um lado pela Serra do Carmo e do outro pelas águas do futuro Lago. Interessante relembrar que a primeira maquete da cidade contemplava o futuro Lago e o plano viário a ligação rodoviária para Paraíso, no caso a futura Ponte, o que na época era visto por muitos como um sonho...

Lanço um olhar sobre o passado de Palmas e do seu maravilhoso Lago, como forma de parabenizar a sociedade civil da nossa Capital pela oportuna decisão de realizar, justamente no Dia Mundial do Meio Ambiente, que será comemorado no próximo dia 5, o “1º Forum em Defesa do Lago – Uso e Ocupação Legal e Ordenada”.

Num momento em que algumas pessoas insistem e continuam a falar mal do Lago, negando-se a enxergar tudo o que ele trouxe e poderá trazer para a nossa Capital, em que outras tentam usurpar áreas às suas margens em proveito próprio, esquecendo-se que o Lago é um bem de toda a população, devemos felicitar e dizer sim à reflexão, sim ao debate, não à ocupação desordenada, às invasões.

Entendo que a preservação do Lago de Palmas deve ser algo presente na mente de todos aqueles que amam a nossa cidade, que a escolheram para morar, trabalhar, criar seus filhos, apostando num futuro em que a qualidade de vida fosse algo presente e real. Nesse sentido, temos a obrigação de discutir o Lago e suas inúmeras potencialidades, analisando-o como fator de desenvolvimento da nossa Capital, o que deve ocorrer em absoluta consonância com a preservação ambiental.

Outro fator importante, que não deve ser esquecido, diz respeito à construção da Eclusa do Lajeado e à implementação da Hidrovia Araguaia-Tocantins, que dará mais uma função ao Lago, integrando-o com a Ferrovia Norte-Sul, o Aeroporto de Palmas, a Belém-Brasília, criando uma Modal de transportes que revolucionará economicamente o nosso Estado.

Em boa hora a Sociedade Civil junta-se ao Poder Público na defesa do Lago de Palmas, discutindo democraticamente os caminhos a serem seguidos e as políticas públicas a serem adotadas, escolhendo os melhores meios de tornar realidade uma imensidão de potencialidades que foram sonhadas e planejadas desde a concepção da mais nova Capital do País.

Viva o Forum! Viva o Lago! Viva o Dia Mundial do Meio Ambiente!

Eduardo Siqueira Campos é Senador da República pelo PSDB/TO e foi o primeiro prefeito eleito de Palmas.



FORUM
em Defesa do Lago
USO E OCUPAÇÃO LEGAL E ORDEMADA

DIA 04 DE JUNHO

08:00 - Credenciamento

08:30 - Abertura Oficial

Sr. Jaime Câmara Júnior - Presidente da Organização Jaime Câmara
 Sr. Marcelo Miranda - Governador do Estado do Tocantins
 D. Alberto Taveira - Arcebispo de Palmas

1º Painel - "Conhecendo o nosso lago"

Data: 04/06 - 09:00 às 10:00 hs

Tema: Conhecendo o Nossa Lago e o Papel da Investco
 Palestrante: Dr. João Carlos Rela (Investco)

Coffe Break: 10:00 às 10:15 hs

Debate: 10:15 às 12:00 hs

2º Painel - "Licenciamento Ambiental"

Data: 04/06 - 14:00 às 14:30 hs

Tema: Normas para a realização de atividades náuticas e de lazer e construções à margem do lago.
 Palestrante: Comandante Cláudius Marques (Capitania Fluvial Araguaia - Tocantins)

Data: 04/06 - 14:30 às 14:50 hs

Tema: Pesca no lago e o estudo da Ictiofauna
 Palestrante: Prof. Dr. Elineide Marques (UNITINS)

Data: 04/06 - 14:50 às 15:20 hs

Tema: Licenciamento Ambiental de Atividades no entorno de reservatórios.

Palestrante: Biol. José Lopes Soares Neto (NATURATINS)
 Palestrante: Rubens Brito (NATURATINS)

Debate: 15:20 às 16:00 hs

Coffe Break: 16:00 às 16:15 hs

3º Painel - "ASPECTOS LEGAIS - Uso e ocupação do lago"

Data: 04/06 - 16:15 às 17:15 hs - Âmbito Federal

Tema: Licenciamento do Lago da Usina Hidrelétrica do Lajeado e sua Ocupação
 Palestrante: Dr. Mário Lúcio Avelar (MPF)

Tema: Aspectos gerais do uso e ocupação do lago
 Palestrante: Dra. Hilca Monteiro (IBAMA)

Data: 04/06 - 17:15 às 18:15 hs - Âmbito Estadual

Tema: Aspectos jurídicos legais de uso e ocupação do entorno do lago

Palestrante: Dr. José Maria da Silva Júnior (MPE)
 Tema: Aspectos gerais da Legislação Ambiental

Palestrante: Dr. Clarismundo Pereira Júnior (Consultor Jurídico)

Debate: 18:15 às 19:00 hs

DIA 05 DE JUNHO**4º Painel - "ASPECTOS FUNDIÁRIOS - Do uso de terras no entorno do lago"**

Data: 05/06 - 08:00 às 08:45

Tema: O papel de cada instituição na ocupação legal

Palestrantes: Dr. José Demetrio Reis Itertins
 Dr. José Renard de Melo Pereira I
 Procuradoria Geral
 Dr. Nelito Cavalcante / AD Tocantins

Debate: 08:45 às 09:30 hs

Coffe Break: 09:30 às 09:45 hs

5º Painel - "O LAGO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO"

Data: 05/06 - 09:45 às 10:15 hs

Tema: O uso do Reservatório na Agricultura (Investidor Rural)

Palestrante: Dr. Aguinaldo Nunes

Data: 05/06 - 10:15 às 10:55 hs

Tema: Conhecendo o Projeto Orla e a Orla S.A. (Investidor Urbano)

Palestrante: Sr. Dorival Roriz

Data: 05/06 - 10:55 às 11:30 hs

Tema: Práticas de preservação do Ambiente Natural, para o desenvolvimento sustentável do turismo.

Palestrante: Sr. Marcello Lélis (Amatur)

Debate: 11:30 às 12:15 hs

6º Painel - "Consórcio Intermunicipal - Ações Conjuntas"

Data: 05/06 - 14:00 às 14:40 hs

Tema: Experiências de Outros Consórcios

Palestrante: Dalton Fávero Brochi (Coord. Projeto do Consórcio de Piracicaba, Jundiaí)

Data: 05/06 - 14:40 às 15:20 hs

Tema: Experiência de Palmas - Aspectos Gerais

Palestrante: Pref. Nilmar Ruiz / Prefeitura de Palmas

Tema: O consórcio Intermunicipal
 Palestrantes: Pref. Antônio Bandeira Júnior / Prefeitura de Lajeado

Debate: 15:20 às 16:00 hs

Coffe Break: 16:00 às 16:15 hs

7º Painel - "Uso Múltiplos do Lago e seu Entorno"

Data: 05/06 - 16:15 às 17:00 hs

Tema: Uso Múltiplos do Lago e seu Entorno

Palestrante: Dr. Prof. José Galizia Thundisi

Debate: 17:00 às 18:00 hs

Data: 05/06 - 18:00 hs

PLENÁRIA - CARTA DO LAGO

Quinze pontos cruciais

Após dois dias de duros debates, os participantes do 1º Fórum em Defesa do Lago - Uso e Ocupação Legal e Ordenada divulgaram ontem, em Palmas, a Carta do Lago, através da qual reclamam a apresentação urgente do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Reservatório por parte do empreendedor. O resultado das 15 proposições que constam no documento será avaliado daqui a um ano, por ocasião da 10ª Semana do Meio Ambiente.

FÓRUM EM DEFESA DO LAGO - USO E OCUPAÇÃO LEGAL E ORDENADA

4 E 5 DE JUNHO, NO AUDITÓRIO DA OAB

REALIZAÇÃO: Organização Jaime Câmara

PATROCÍNIO: Orla S/A

APOIO INSTITUCIONAL: MPF, Ibama, Incra, Marinha do Brasil, MPE, Governo do Estado, Seplan, Cipama, Naturatins, AD-Tocantins, Unitins, Prefeitura de Palmas, Amatur e Investco

Carta do Fórum em Defesa do Lago - Uso e Ocupação Legal e Ordenada

Preambulo

Os cidadãos de Palmas, Porto Nacional, Miracema, Brejinho de Nazaré, Ipueiras e de Lajeado vivem um momento singular e rico na história dos seus municípios com o surgimento do Lago de Lajeado. Por um lado, ganharam em pleno cerrado um reservatório que é fruto da construção da Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães e que representa uma aposta no novo, na aventura, no desenvolvimento sustentável e no otimismo dos tocantinenses. Por outro lado, o risco de degradação ambiental com ameaça de depredadores, invasores e especuladores coloca esses cidadãos em um momento crítico que os levará a tomar uma decisão que será decisiva para o futuro de suas comunidades: a ocupação ordenada do lago ou se viverá uma catástrofe ambiental, em detrimento da qualidade de vida e do futuro desse novo ecossistema.

Propostas

critérios ambientais de uso múltiplo e de regras que garantam a acessibilidade ao lago, como bem público de uso comum do povo.

2. A implementação imediata da Educação Ambiental nas redes estadual e municipais de ensino como meio e paradigma para a formação de uma nova geração de cidadãos conscientes e responsáveis com a defesa do lago, do seu entorno e do meio ambiente tocantinense;

3. A instalação de uma Delegacia Estadual Especializada em Meio Ambiente e Urbanismo e a criação de uma Vara Judiciária também especializada, para garantir a celeridade dessas novas demandas.

4. A formação e implementação de um consórcio intermunicipal, garantida a participação da sociedade, tecnicamente assessorado e voltado à uniformização das legislações de uso e ocupação do solo e à integração das ações administrativas fiscalizatórias dos municípios do en-

ção e abastecimento humano;

10. Esclarecimento pelos órgãos públicos competentes sobre a questão das ilhas formadas no lago, quanto à sua destinação ambiental e eventual possibilidade de seu uso, de acordo com o previsto na legislação.

11. Intensificar a integração da atuação administrativa dos órgãos ambientais com a polícia militar ambiental e polícia civil para subsidiar as ações do Ministério Público Estadual e Federal no âmbito criminal e civil com elementos de prova mais consistentes;

12. Uma atuação administrativa mais consistente dos órgãos públicos ambientais com base no seu poder de polícia, com a aplicação imediata das medidas punitivas previstas em lei, multas, embargos de obras, suspensão de atividades, apreensão dos instrumentos da infração, sob pena de co-responsabilidade.

13. Dar a divulgação das quantias e destino dos valores recebidos do empreendedor em

face das compensações aos municípios impactados;

Em face do exposto, os cidadãos, especialmente os reassentados, e organizações não-governamentais participantes do 1º Fórum em Defesa do Lago - Uso e Ocupação Legal e Ordenada, promovido pela Organização Jaime Câmara, em Palmas, nos dias 4 e 5 de junho de 2003, vêm expressar sua preocupação com a ameaça de degradação ambiental do Lago de Lajeado e de todo seu entorno com ocupações irregulares, com a falta de um plano de conservação e uso múltiplo do reservatório, com regras explícitas do seu zoneamento e com falta de uma atuação mais integrada dos órgãos ambientais, demais órgãos públicos e sociedade. Considerando que o Estado do Tocantins como unidade federativa do Brasil também tem sua parcela de responsabilidade nos compromissos ambientais assumidos pelo País tais como assinatura da Convetção de Washington de 1940, da Convención Ramsar de 1971, da Convención da Biodiversidade de 1992 e da Declaração do Rio de Janeiro de 1992, considerando a responsabilidade do Poder Público e da sociedade, a função sócio-ambiental da sociedade previstas nos arts. 5º, inciso XXIII, 170, inciso VI, 182, parágrafo 2º, 186, inciso II e 225 da Constituição Federal; considerando a legislação infra-constitucional aplicável, e principalmente a Resolução CONAMA 302/02, que dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno; considerando os princípios de direito ambiental, da prevenção e da precaução; e considerando a defesa dos recursos hídricos do Estado como um ato de fortalecimento da soberania, da cidadania e do resgate social do povo tocantinense, os participantes do Fórum vêm

sugerir às autoridades constituídas, à sociedade e aos investidores as seguintes propostas:

1. A urgente apresentação do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório, com a definição do zoneamento, das potencialidades e torno do lago;

5. A garantia e a facilitação de acessibilidade das informações sobre os loteamentos regularmente autorizados pelos Municípios que margeiam o lago, para dar segurança aos investidores;

6. A efetiva implementação das Leis da Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, com a criação e a implementação dos comitês de bacias no Estado do Tocantins e sua integração com as políticas públicas voltadas à proteção de toda bacia hidrográfica que abrange o reservatório;

7. A criação de um fórum permanente através de um site na internet para a integração e atuação permanente da ações do poder público e da sociedade em prol da defesa do reservatório e do seu entorno e acompanhamento das políticas que se fizerem necessárias para alcançar esse objetivo;

8. A criação e divulgação de políticas públicas voltadas às atividades pesqueiras com ênfase em ações educativas e preventivas;

9. A divulgação pública dos resultados de análises e pesquisas relacionadas com a qualidade da água do lago, para segurança do seu multiuso, tais como recreação, balneabilidade, irrigação;

14. Os órgãos da estrutura dos poderes públicos federal, estadual e municipais, devem compatibilizar suas políticas públicas de ordenamento do território, saneamento, habitação, fundiária e de desenvolvimento agrícola, industrial e urbano com suas políticas de meio ambiente, adotando os instrumentos de prevenção e precaução ambientais em suas

obras e atividades, através dos estudos e cuidados técnicos necessários, como exemplo para a iniciativa privada e para a sociedade;

15. Os órgãos com atuação de defesa e proteção ambiental devem ter a sua estrutura operacional e de pessoal readequada e aperfeiçoada para atendimento do passivo de licenciamento e fiscalização existente em face das novas demandas geradas pelo reservatório.

Conclusão

Por considerarem que a Agenda 21 indica como exigência básica o respeito à Natureza e a busca de modelos sócio-ambientalmente sustentáveis, os cidadãos, os reassentados, os participantes das ONGs e da sociedade organizada presentes ao 1º Fórum em Defesa do Lago - Uso e Ocupação Legal e Ordenada - pedem o ordenamento do lago com plano de uso, plano de gestão e faixa de proteção ao reservatório e esperam que suas sugestões sejam consideradas na formulação e execução da política ambiental, social e econômica dos governos municipais da região do entorno do Lago de Lajeado, do Governo do Tocantins e do Governo Federal, por acreditarem que a implementação dessas propostas promoverão a melhora da qualidade de vida das populações citadas juntamente com redistribuição de renda, resgate social, equilíbrio ecológico e desenvolvimento sustentável com uma atuação pautada em valores éticos, morais e espirituais.

Palmas, 5 de junho de 2003 -
Dia Mundial do Meio Ambiente

Carta do Fórum em Defesa do Lago Uso e Ocupação Legal e Ordenada

Preâmbulo

Os cidadãos de Palmas, Porto Nacional, Miracema, Brejinho de Nazaré, Ipueiras e do Lajeado vivem um momento singular e rico na história dos seus municípios com o surgimento do Lago de Lajeado. Por um lado, ganharam em pleno cerrado um reservatório que é fruto da construção da Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães e que representa uma aposta no novo, na aventura, no desenvolvimento sustentável e no otimismo dos tocantinenses. Por outro lado, o risco de degradação ambiental com ameaça de depredadores, invasores e especuladores coloca esses cidadãos em um momento crítico que os levará a tomar uma decisão que será decisiva para o futuro de suas comunidades: a ocupação ordenada do lago ou se viverá uma catástrofe ambiental, em detrimento da qualidade de vida e do futuro desse novo ecossistema.

Propostas

Em face do exposto, os cidadãos, especialmente os reassentados, e organizações não-governamentais participantes do 1º Fórum em Defesa do Lago - Uso e Ocupação Legal e Ordenada, promovido pela Organização Jaime Câmara, em Palmas, nos dias 4 e 5 de junho de 2003, vêm expressar sua preocupação com a ameaça de degradação ambiental do Lago de Lajeado e de todo seu entorno com ocupações irregulares, com a falta de um plano de conservação e uso múltiplo do reservatório, com regras explícias do seu zoneamento e com falta de uma situação mais integrada dos órgãos ambientais, demais órgãos públicos e sociedade. Considerando que o Estado do Tocantins como unidade federativa do Brasil também tem sua parcela de responsabilidade nos compromissos ambientais assumidos pelo País tais como assinatura da Convenção de Washington de 1940; da Convenção Ramsar de 1971; da Convenção da Biodiversidade de 1992 e da Declaração do Rio de Janeiro de 1992; considerando a responsabilidade do Poder Público e da sociedade, a função sócio-ambiental da sociedade previstas nos art. 5º, inciso XXIII, 170, inciso VI, 182, parágrafo 2º, 188, inciso II e 225 da Constituição Federal; considerando a legislação infraconstitucional aplicável, e principalmente a Resolução CONAMA 302/02, que dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno; considerando os princípios de direito ambiental, da prevenção e da precaução; e considerando a defesa dos recursos hídricos do Estado como um ato de fortalecimento da soberania, da cidadania e do resgate social do povo tocantinense, os participantes do Fórum vêm sugerir às autoridades constituidas, à sociedade e aos investidores as seguintes propostas:

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Sr. Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, a aviação comercial é um dos setores estratégicos para o crescimento e para a integração nacional. As proporções continentais do nosso País deixam-nos, nos dias de hoje, profundamente dependentes de um setor de transporte aéreo saudável, eficiente e eficaz.

O setor turístico é, sem dúvida alguma, o maior beneficiado por um eficiente sistema de transporte aéreo, como também o maior prejudicado com um sistema de transporte aéreo desestruturado. Parte expressiva dos turistas que percorrem o nosso imenso território utiliza a infra-estrutura aeroportuária do País. Até por conta do péssimo estado das nossas estradas, deixamos de ter o turismo rodoviário.

A indústria turística é a que mais cresce no mundo, movimentando cerca de US\$3,5 trilhões anualmente. Segundo a Organização Mundial de Turismo, o turismo é responsável por um entre dez empregos diretos do mundo.

Para o meu Estado, a Bahia, que tem na indústria do turismo uma de suas principais atividades econômicas, o bom desempenho da aviação comercial é ainda mais importante. Grande parte dos turistas que chegam ao Estado utiliza o serviço de transporte aéreo de passageiros que, se deficiente for, poderá trazer, com certeza, sérios prejuízos a esse importante segmento econômico.

A indústria do turismo responde só na Bahia, Sr. Presidente, juntamente com a cultura, por 11% do Produto Interno Bruto do Estado, gerando atualmente mais de 400 mil empregos. Para ter-se uma idéia da evolução desse setor, o número de hóspedes na rede hoteleira de Salvador cresceu de 259 mil em 1990 para 482 mil em 2001.

Conhecendo essa realidade, o Governo do Estado destinou recursos expressivos às obras de infra-estrutura aeroportuárias. O resultado não tardou a aparecer. Em 2002, houve um significativo incremento do número de vôos nacionais e internacionais para o Estado, em função principalmente da conclusão das obras de ampliação e modernização do Aeroporto Internacional de Salvador Deputado Luís Eduardo Magalhães, hoje líder do Nordeste em número de vôos e passageiros e terceiro em movimentação de vôos internacionais.

Nesse primeiro quadrimestre de 2003, 52.814 turistas estrangeiros embarcaram ou desembarca-

ram na Bahia. No ano passado, esse número foi de 36.470 pessoas, ou seja, um crescimento de 44,8%. Nos vôos domésticos, o crescimento foi de 0,9% – 943.194 passageiros em 2002 contra 951.305 em 2003. Foi mais de um milhão de pessoas em apenas quatro meses.

Salvador movimenta, na atualidade, 27 vôos regulares internacionais, por semana, fazendo conexão com oito países da América do Sul, América do Norte e Europa. A Bahia dispõe ainda de aeroportos turísticos em Porto Seguro, Lençóis, Valença, Ilhéus, Paulo Afonso e Caravelas.

A importância da aviação para o Brasil é revelada pelos números do setor. Pouca gente sabe, por exemplo, que o Brasil possui a segunda maior frota do mundo, com mais de nove mil aeronaves, e a segunda maior rede aeroportuária, com nada menos do que dois mil aeroportos. O movimento anual médio é de 18,2 milhões de passageiros e cinco bilhões de toneladas/quilômetro transportadas.

Esse valores, porém, não dão conta do potencial inexplorado de nossa aviação nem da profunda crise por que o setor atravessa, sem dúvida a pior de sua história. Essa crise, como não poderia deixar de ser, também está afetando os Estados que dependem do fluxo turístico.

Cito, a título de ilustração, a situação da Transbrasil. Essa empresa teve a falência finalmente decretada em abril de 2002 pela Justiça de São Paulo, mas, desde dezembro de 2001, a Transbrasil já havia parado de voar por falta de pagamento de combustível. Estima-se que a dívida da empresa totalize R\$1,1 bilhão e que algo em torno de dois mil funcionários tenham ficado sem pagamento. Atualmente, numa tentativa de reestruturação – que vejo como muito difícil –, a Transbrasil, se voltar a operar, fará somente o transporte de cargas.

A Vasp, por sua vez, realizou uma pesada reestruturação em 2000, com o objetivo de quitar suas dívidas. Entretanto, as medidas mais radicais foram o abandono dos vôos internacionais e o corte no quadro de funcionários, cujo número foi reduzido de nove mil para quatro mil. Em março deste ano, o salário dos funcionários que recebem acima de R\$1 mil foi pago com atraso. Em abril, a empresa divulgou o resultado de 2002, com prejuízo de mais de R\$200 milhões. São claros indícios de que essa companhia, que em 2001 apresentou lucro de R\$36,6 milhões, também vem sendo gravemente afetada pela crise do setor aeroviário.

A situação da Varig e da TAM, Sr. Presidente, merece atenção especial. As notícias recentes dão

conta de que só a fusão poderá solucionar os graves problemas estruturais enfrentados pelas duas ainda maiores companhias aéreas do País. Essa, pelo menos, é a opinião do Governo Federal, que estabelece a fusão como condição **sine qua non** para que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) proceda à liberação dos recursos que tirariam as duas companhias da desconfortável situação em que se encontram.

A Gol, empresa jovem no mercado, parece ser a única não afetada pela crise, graças à sua abordagem empresarial agressiva, baseada na estratégia de "baixos custos, baixas tarifas", mas também por ser empresa nova que ainda não acumulou passivos. Foi a única empresa do setor a apresentar lucros nos resultados de 2002. Essa aparência de tranquilidade, contudo, é falsa, uma vez que os planos da empresa para 2003 – incorporação de novas aeronaves, entrada no mercado internacional, criação de novas linhas – foram congelados, tendo em vista a incerteza em relação às condições do mercado brasileiro no curto prazo.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, feitas essas considerações iniciais, cabe agora perguntar: um país como o Brasil, de dimensões continentais e que tem no turismo internacional um dos setores econômicos de maior potencial de crescimento, velocidade de resposta e capacidade de criação de empregos, um país nessas condições pode se dar ao luxo de se acomodar perante uma crise grave que ameaça o transporte aéreo de passageiros no País?

Certamente que a resposta é não; precisamos agora partir para o diagnóstico: o que levou o setor aéreo a tal situação? Quais são as raízes do presente estado de calamidade em que se encontram as companhias aéreas nacionais?

Uma observação atenta dos fatos nos conduz, Sr. Presidente, à opinião de que a crise se deve, em grande parte, a certas decisões macroeconômicas tomadas pelo Governo. Para ficarmos nos exemplos gritantes, menciono as elevadas taxas de juros praticadas no Brasil, associadas às pesadas desvalorizações cambiais verificadas de 1999 em diante. Esses e outros índices têm profunda influência nos preços e nos custos do setor aéreo. Como necessita de grande volume de recursos financeiros, a indústria de transportes aéreos é prejudicada em países com taxas elevadas de juros, como é o caso do Brasil. Além disso, as variações no câmbio afetam necessariamente um setor como o da aviação civil, em que tudo – aeronaves, peças de reposição, combustível – é negociado nos mercados internacionais. Em 2001, por exem-

plo, as variações cambiais responderam por quase 30% dos custos das empresas de aviação brasileiras.

Essa conjuntura recessiva gerou, no Brasil, uma crise na demanda por vôos, o que provocou, inevitavelmente, uma crise de oferta. Em outras palavras, o brasileiro passou a voar menos, a taxa de ocupação dos jatos diminuiu e os vôos passaram a ficar cada vez mais caros para as empresas.

Em um primeiro momento, a tendência era de que as passagens ficassem mais baratas, o que beneficiaria o consumidor. No longo prazo, porém, a tendência, na verdade, foi a desestruturação das companhias e, por fim, de todo o setor – exatamente o que, infelizmente, estamos vendo ocorrer no cenário atual.

A pesada carga tributária é outro fator que estanca as possibilidades de expansão da aviação civil brasileira. Na Europa, a carga tributária está em torno de 16% e, nos Estados Unidos, em torno de 7,5%. No Brasil, os tributos respondem por 35% do valor dos serviços aéreos!

Outro vilão dessa história é o preço do combustível. Vejamos: em 2002, o querosene de aviação subiu 107%. Como o repasse de todo esse aumento para as passagens agravaria ainda mais a crise de demanda, o reajuste médio das passagens no ano passado ficou em torno de 79%.

Neste ano, Sr. Presidente – 2003 –, não está sendo diferente. Em março, as passagens tiveram aumento de 10%, ao passo que o querosene já havia acumulado, até aquele mês, altas de 24,4%. Infelizmente, as quedas muito pequenas no preço dos combustíveis verificadas em abril e em maio não foram repassadas aos preços das passagens.

Para agravar o quadro, acontecimentos internacionais de graves proporções, como os atentados de 11 de setembro de 2001 e a guerra no Iraque, também influenciaram negativamente a demanda aérea, no Brasil e no mundo. Nunca é demais lembrar que a crise também possui um componente mundial. Várias empresas de transporte aéreo internacional também vivem crise neste momento.

Sr. Presidente, no entanto, como todo problema, a crise das companhias aéreas tem solução. O setor de transporte aéreo não pode ser analisado como uma indústria de bens de consumo, e, sim, como uma parte importante da infra-estrutura do País, ou seja, um segmento importante da indústria turística nacional e fator agregador de demanda. Agora mesmo, o Governo Federal lança, pelo Ministério do Turismo, do Ministro Walfrido Mares Guia, o Plano Nacional de Turismo. Como falar em incrementar o turismo nacional

se temos uma grave crise no transporte aéreo brasileiro?

O Governo deve, portanto, estabelecer, de imediato, condições reais para que essas empresas possam voltar a crescer e a servir ao Brasil.

Foram políticas macroeconômicas recessivas que causaram a crise atual. Parte da solução da crise, portanto, reside na retomada imediata do crescimento do País e no incremento de nossa economia. Mais do que em qualquer outro setor, na aviação civil, o crescimento das empresas depende fundamentalmente da saúde econômica do País como um todo.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Senador César Borges, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Concedo um aparte ao nobre Senador Efraim Moraes.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Senador César Borges, V. Ex^a traz a esta Casa assunto da maior importância. Quando se fala em turismo, tem-se, consequentemente, de falar da crise que hoje vivem as empresas de aviação do nosso País. Até a mídia faz referência à situação, como o jornal **O Estado de S. Paulo**, que relata o protesto de aeronautas contra a fusão da Varig com a Tam. Teremos que discutir esse assunto com propriedade e com mais tempo, porque nele reside o grande segredo da sobrevivência dessas empresas. Ontem, houve uma greve, no Rio de Grande do Sul, dos aeronautas e dos aeroviários, que dizem que o Governo está forçando a fusão das duas empresas. O jornal diz que a Varig não parou por falta de combustível, de sexta-feira até sábado às 10 horas, porque a Esso e a Shell forneceram o combustível. Mas exatamente a BR Distribuidora, da Petrobras, não o está fornecendo para pressionar a Varig a apresentar a carta de fusão com a Tam. Os próprios funcionários da Varig afirmam que a fusão criará um monopólio, o que é ruim para os usuários, e ainda trará milhares de demissões. Devemos estudar essa fusão com mais profundidade, porque, sem solução, vamos acabar com o turismo interno do País. Aí está o exemplo da Bahia, em que o turismo representa 11% do PIB, segundo V. Ex^a. Sabemos que há outra preocupação em relação ao turismo: a segurança, que está afastando o turista, principalmente de outros países, especialmente para o Rio de Janeiro. V. Ex^a sabe que tem diminuído o número de turistas por conta exatamente da falta de segurança. Então, esses dois fatos que V. Ex^a aborda são fundamentais. Citaria o Nordeste, a Amazônia, Regiões em que temos de sobra o que oferecer ao turista: as praias mais lindas do mundo e uma reserva ecológica que aí está, à vista de to-

dos. Mas, infelizmente, é impossível se praticar turismo neste País com o atual custo da passagem. Então, V. Ex^a traz um assunto que alerta todo o País, principalmente esta Casa. Em meu entender, devemos nos aprofundar mais no problema Varig-TAM a tempo de o Governo entender que a grande dívida do momento da Varig é com a BR Distribuidora, que é da Petrobras, e com o Banco do Brasil. E o que está pedindo a Varig? Aval ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para as negociações com os credores. Na prática, não se trata da liberação de recursos, mas de uma garantia para o acerto com a Petrobras e o Banco do Brasil, ou seja, tudo diz respeito ao Governo Federal, e o BNDES está tendo dificuldade em atender a esse pedido. Quer dizer, tem um bilhão de dólares para investir na Argentina, um bilhão de dólares para investir no Paraguai, 600 milhões de dólares para investir na Venezuela, e não pode dar um aval de 120 milhões de dólares para que a Varig continue voando, mesmo temporariamente, até que haja um acordo. Isso é o que acabamos de dizer há pouco: ou o Governo pensa na própria casa ou pensa no vizinho, que está ficando bem arrumadinho e bem “organizadozinho”. Está-se gerando emprego em outros países e se esquecendo do próprio País. Teremos demissões, vários funcionários da Varig irão para a rua. V. Ex^a está de parabéns, é assunto do maior interesse, que tem que ser tratado com urgência, e, acima de tudo, como prioridade. Turismo, senão vamos continuar fazendo do Brasil um país de desempregados.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço o aparte, nobre Líder Efraim Moraes. V. Ex^a traz luzes a nosso pronunciamento, dizendo que o Governo, na verdade, é o grande credor dessas companhias. Não se trata apenas do combustível com a BR Distribuidora e da dívida com o Banco do Brasil. Há ainda as taxas pesadíssimas com a Infraero, uma companhia estatal, que, dessa forma, desestimula a aviação geral a partir de um pesado ônus à aviação comercial.

Então, é preciso que o Governo possa trazer ao debate aqui, no Congresso Nacional, que a questão é grave e afeta, efetivamente, não só o turismo – o turismo, principalmente, porque não há turismo sem transporte aéreo -, mas a infra-estrutura deste País como um todo, um país de dimensão continental.

Mas como dizia, as ações emergenciais devem ser empreendidas e com rapidez para que as companhias aéreas voltem a gozar de boa saúde financeira.

O Governo tem várias opções, mas as principais, sem dúvida, são a liberação de recursos por intermédio do BNDES e as isenções tributárias. O que se pre-

cisa ressaltar é que não se trata de mera ajuda financeira a esta ou àquela empresa, mas de medidas cujo objetivo é resgatar todo um setor, todo um campo extremamente estratégico da atividade econômica nacional. Tal suporte deve atender a rigorosos critérios econômicos e estratégicos estipulados pelo Governo. Não se admite a criação de um "Pró-Ar" em que os contribuintes que não voam pagariam as contas dos que voam. Entretanto, o Governo precisa definir imediatamente uma política clara para o setor.

Por fim, verifica-se a necessidade de maior intervenção governamental na regulação da aviação civil comercial. A medida mais recente nesse sentido ocorreu em março deste ano, quando o Departamento de Aviação Civil – DAC, após onze anos de liberalização, voltou a regulamentar o transporte aéreo. O Governo, por intermédio do DAC, passará a monitorar, entre outras coisas, a oferta de vôos e a criação de novas rotas. É possível antever que medidas como essas corrigirão algumas das distorções do setor aéreo, diminuindo o número de atrasos, distribuindo melhor a atuação das companhias, evitando a concentração dos investimentos nas rotas mais lucrativas e atendendo a um número maior de localidades.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador César Borges, eu, pessoalmente, e todo o País estamos aprendendo sobre as dificuldades do transporte aéreo e sua importância no turismo. O Governo deve meditar a respeito da reflexão de V. Ex^a, que foi tão bem complementada pelo Líder da Minoria, o grande Senador Efraim Moraes. Sou otimista! Lembro as palavras de Juscelino Kubitschek, que dizia que é melhor ser otimista, haja vista que o otimista pode errar, e o pessimista já nasce errado e continua errado. Mesmo com otimismo, aprendi, estudando o turismo e também com o exemplo da Bahia, que 55% dos turistas utilizam o transporte rodoviário – as estradas estão acabadas e não estão reconstruindo nada –; outros 15% utilizam o transporte ferroviário já extinto no País; 15% a 20% viajam de carro; e apenas o restante utiliza o transporte aéreo. O Governo precisa ver a realidade e parar de falar do passado, culpando outros fatores. É fundamental enfrentar aquela máquina que anteriormente administrava este País gigante e continental e deixar de criar outras estruturas se os problemas são reais. Essas são as minhas palavras de Senador cirurgião. O Governo deve "operar" os nossos problemas e não ficar instituindo ministérios de verdadeiras ilusões.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço o seu aparte, prezado Senador Mão Santa.

Efetivamente, o transporte aéreo assume uma importância cada dia maior no turismo nacional, por conta da situação das nossas estradas, que é lamentável. E não há uma ação efetiva até o momento para a recuperação dessas nossas rodovias. Como atingir o querido Piauí sem a disponibilidade de um transporte aéreo com vôos suficientes para se fazer a integração, inclusive econômica, daquele Estado com o resto deste País de dimensões tão grandes?

Para concluir, Sr. Presidente, é triste constatar que o Brasil, detentor de condições ideais para assumir posição de ponta no mercado internacional de serviços aéreos, não o faz por uma série de razões plenamente contornáveis. Basta vontade política.

Como vimos e demonstramos aqui, são várias as medidas a serem adotadas. Algumas simples, outras nem tanto, mas todas possíveis. É preciso, antes de tudo, fortalecer a economia nacional e estimular o mercado interno. É preciso reduzir a carga tributária imposta às companhias aéreas, aliás, sobre toda a economia. É necessário realizar com urgência a reestruturação do setor com programas emergenciais de auxílio às companhias deficitárias.

É preciso lembrar que os empreendimentos internacionais que o País está atraindo na sua infra-estrutura turística dependem essencialmente de transporte aéreo.

Somente na Bahia, Sr. Presidente, o Projeto Costa do Sauípe representa um investimento da ordem de 340 milhões de reais. São cinco hotéis cinco estrelas. Para a total implantação desse complexo, ao longo de um período de 20 anos, quando ele terá um tamanho muito maior, está previsto um investimento global da ordem de US\$2,2 bilhões. Somente esse projeto propiciou até agora a geração de dois mil e quinhentos empregos diretos e oito mil indiretos na Bahia.

O Brasil de hoje é impensável sem um sistema aeroviário moderno e eficiente. É com essa preocupação em mente que lanço o presente alerta: voltemos nossas atenções, do Governo Federal inclusive, do Ministério da Defesa, do Ministério do Desenvolvimento através do BNDES para a crise da aviação civil e lutemos para resolvê-la com a devida rapidez pois, do contrário, correremos o risco de comprometer nossas melhores chances de desenvolvimento desse importante setor da economia. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CABIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do ora-

dor.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, hoje eu gostaria de abordar um tema que preocupa o Brasil de norte a sul.

Ontem, no vôo de Belém para Brasília, li no **O Liberal**, um jornal do Estado do Pará, uma nota que dizia o seguinte sobre o tema merenda escolar:

Pequeno empresário diz que conhece bem os fatos denunciados no domingo passado por **O Liberal** sobre a corrupção que cria prefeitos ricos e Municípios pobres. Segundo ele, na maioria dos Municípios as licitações para a compra de merenda escolar não passam de arranjos contábeis. Diz ele que o dinheiro da merenda é depositado todo dia 27 e é muito comum que, nesse mesmo dia, ele seja sacado ou transferido para as empresas que vendem a merenda. Essas empresas atuam na verdade como fornecedores cativos.

Fiz, assim, uma pesquisa rápida sobre a situação da merenda escolar no País e sigo aqui com o **Jornal de Brasília** que diz:

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a cobrar agilidade do Poder Judiciário no julgamento de processos envolvendo dinheiro público. Diz o Presidente “espero que o Poder Judiciário tenha agilidade para que esses processos não sejam engavetados, não demorem porque que o povo não pode continuar sendo roubado. A sociedade brasileira precisa compreender de uma vez por todas que só vamos combater a corrupção quando ela agir como fiscal”, acrescentou. Ele participou do sorteio, na Caixa Econômica Federal, dos Municípios que vão ser investigados por técnicos da Controladoria-Geral da União, sobre a destinação de recursos federais.

Num primeiro momento, foram fiscalizados cinco Municípios e em todos eles foram constatados desvios de recursos federais.

O assessor especial do Presidente da República, Oded Grajew, disse que o Governo vai lançar um programa de combate à corrupção nos Municípios. Segundo ele, o Governo não quer que programas como o Fome Zero e o do Primeiro Emprego sejam prejudicados por desvios de recursos nas Prefeituras. “Não queremos que se repitam

casos como o de prefeituras que desviaram recursos da merenda escolar.

Sabemos do comprometimento do Presidente Lula em defesa dos trabalhadores, em defesa dos mais pobres da sociedade. E conhecemos a habilidade de Sua Excelência em estabelecer negociações a fim de garantir direitos à imensa população de brasileiros excluídos. É essa habilidade do Presidente que nos motiva a apresentar propostas, pois denúncias não faltam.

Pesquisei rapidamente alguns jornais e encontrei algumas manchetes a respeito do tema. Jornal **O Liberal**: “Câmara de Conceição do Araguaia se reúne para cassar prefeito”. Ora, invariavelmente, as razões das investigações e das cassações ou são de desvio de recursos do Fundef ou de desvio de recursos da merenda escolar. E não apenas no Pará. Li jornais de vários Estados. Jornal **A Tarde**, de Salvador, do dia 23 de março de 2001, com a manchete: “Governistas lideram desvio da merenda”. Outra manchete: “Na volta às aulas, cerca de 1.500 Municípios ficam sem verba para merenda escolar”. “MEC pega dinheiro de volta. Relatório de auditores do MEC aponta irregularidades no uso de repasses federais destinados a merenda escolar na rede oficial de ensino em instituições filantrópicas.” “GDF é obrigado a devolver uma parte dos recursos recebidos.” “CPI ouve hoje envolvidos no caso de desvio de dinheiro da merenda escolar em Fortaleza”. “Dinheiro da merenda escolar pode ter sido desviado em Cajamar.” “MP investiga desvio de verba de merenda escolar em Cajamar” (24/04/2003). “TCU constata falhas no programa de merenda escolar no GDF”; “Detectada irregularidade na merenda escolar de São Paulo, no dia 13/12/01”; “Tribunal de Contas verifica irregularidade em compra de merenda escolar”; “Deputado é vinculado a denúncias da merenda escolar no Ceará”, e por aí vêm denúncias de todo tipo.

Sr. Presidente, já sabemos que repetir denúncias não vai resolver a questão do desvio e da corrupção de dinheiro público neste País. O que nós precisamos é de instrumentos eficazes de controle social do uso dos recursos públicos. Sem um controle social eficiente, nós não vamos estancar essa hemorragia provocada pelos desvios da política porque esse não pode ser o comportamento político; esse é o desvio. Infelizmente, os desvios terminam sendo a regra e não a exceção. Então, quando o desvio de comportamento político chega a esses níveis, é necessário termos propostas para podermos ter instrumentos de controle social.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, eu gostaria exatamente de falar de algumas experiências de descentralização dos recursos espalhadas em todo o Brasil. Nós tínhamos no Amapá exatamente os mesmos problemas que em Porto Walter, no Acre, onde chegar com a merenda escolar é muito difícil em razão das condições de transporte. Não há estradas; tem que ir pelo rio.

Morei em Cruzeiro do Sul e vivi situações que representaram um grande aprendizado no início da minha vida pública, se posso dizer assim. Cruzeiro do Sul é o Município que mais produz farinha de mandioca, e essa tem uma característica: é uma farinha seca, de excelente qualidade. Lá trabalhei com os pequenos agricultores. Tentei vender farinha de mandioca produzida por Cruzeiro do Sul para a FAE, naquela época, em 1984. Visitei o representante da FAE e pude observar que os depósitos estavam abarrotados de farinha comprada no Maranhão; essa farinha tinha levado 35 dias para chegar lá e já havia chegado num estado em que não era possível o seu consumo.

Essa centralização foi diminuindo ao longo desses anos todos; no entanto, o dinheiro da merenda que vai para as prefeituras ainda não chega nas escolas. Se o dinheiro é para comprar merenda para as crianças que estudam – e sabemos quantas crianças estudam neste País porque elas possuem o registro escolar, estão matriculadas –, por que não ratear esse dinheiro pelo número de crianças nos diversos Estados da Federação e enviar esse dinheiro diretamente para a escola? Foi exatamente isso que fizemos, Senador Mão Santa. O dinheiro da merenda escolar enviado pelo Governo Federal era adicionado a uma parcela de recursos estaduais e esse total ia direto para a escola. O total, se não me engano, era R\$0,33 **per capita**, que eram destinados ao que denominávamos de caixa ou conselho escolar, e era exatamente esse conselho escolar que provia as escolas dos alimentos que as crianças necessitavam.

Esses alimentos são comprados, até hoje, no entorno da escola, gerando atividade econômica, fazendo com que a escola se torne atraente pelo fato de dispor de recursos não apenas para comprar merenda, mas também para atender todas suas necessidades, como manutenção e recuperação, contratação de pessoal de apoio etc.

Vou apresentar um projeto de lei nesse sentido e gostaria de contar com o apoio de meus Pares. Esse projeto descentralizará o recurso, a fim de que todo ele vá direto para a escola, sem intermediação, praticamente da mão do contribuinte para a escola. Assim, será encortado todo o passeio que o dinheiro público dá. Atualmente, no meio do caminho ele vai sendo picotado, vai sendo desviado aos poucos e deixa de cumprir a sua finalidade.

Portanto, deverá chegar a esta Casa projeto no sentido de descentralizar os recursos destinados à merenda escolar, de forma que o dinheiro chegue à escola, cessando os absurdos que estamos presenciando de denúncias de desvio, o que significa tirar dinheiro da boca de crianças, pois, em muitos casos, essa é a única alimentação que têm ao longo do dia. Desgraçadamente, o Brasil é o País da exclusão social e existem milhões de crianças que, repito, têm como única alimentação a merenda escolar, e esse dinheiro ainda assim é desviado.

Concedo o aparte ao Senador Eurípedes Camargo e, em seguida, ao Senador Mão Santa.

O Sr. Eurípedes Camargo (Bloco/PT – DF) – Senador João Capiberibe, V. Ex^a levanta a questão da merenda escolar, que é preocupante em todo o território nacional, como mostram os recortes de jornais, os quais noticiam o que ocorre, dia a dia, nos municípios. Eu gostaria de parabenizar V. Ex^a por trazer a esta Casa tema tão importante, o qual diz respeito diretamente às famílias pobres que vivem nas comunidades longínquas de nosso País, e também por apresentar a citada proposta. Concordamos com ela e estaremos à disposição de V. Ex^a para, na medida do possível, com o voto, fazer com que essa proposta, que diz respeito ao dia-a-dia da população, se transforme em lei. Com certeza, toda a sociedade a abraçará e fará dela uma lei de fato, uma lei que pegue, e não uma lei que apenas fica engavetada. Se ela estivesse acoplada à gestão democrática, quer dizer, à escolha da direção da escola, daria o sentido de participar e de pertencer. À medida que o pai, o aluno e a comunidade escolar, como um todo, participam da escolha da diretora, irão gerir bem os recursos, pois sabem de onde vêm. O projeto descentraliza os recursos e cria conselhos que vão geri-los junto com a diretoria. A fiscalização será no tempo real, porque a pessoa percebe que, ao escolher a direção da escola, se torna parte dessa comunidade. Esse sentimento de participação a leva a fiscalizar com mais responsabilidade.

dade o processo. Ela sabe quanto dinheiro chega, quanto tem para ser distribuído e zela pelo bom aproveitamento dos recursos. Com certeza, esse é um projeto que garante a democracia interna e a utilização dos recursos da melhor maneira possível. Mais uma vez, quero parabenizar V. Ex^a por trazer esse tema tão importante para a esfera do Senado. Que possamos, então, transformar em lei essa proposta que trará resultados significativos para a população brasileira.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Senador Eurípedes Camargo. Eu gostaria de dizer que há o pressuposto de que a comunidade escolar esteja organizada para receber e gerir os recursos descentralizados. A descentralização dos recursos na escola tem efeito econômico, social, cultural e pedagógico.

Agora, elimina completamente a corrupção? Não, não a elimina, mas a corrupção deixa de ser institucional, como acabamos de ver aqui, e passa a ser pontual. E por que digo que ela passa a ser pontual? Porque é um caso ou outro, já que não podemos, evidentemente, controlar comportamentos humanos de forma generalizada, pois sempre haverá a exceção de um ou outro dirigente escolar que desviará os recursos. É o caso do Amapá, onde existem casos pontuais, investigados com eficiência maior. Um prefeito, quando é investigado, goza de certa imunidade política, porque ele tem laços e tentáculos bem amarrados com os Deputados Estaduais e Federais. Portanto, ele também é protegido pela impunidade que reina em nosso País. Mas o diretor da escola – nem sempre é o diretor da escola –, ou o presidente do conselho, que gerencia aquele recurso, e que comete uma irregularidade com esse dinheiro, ele responde pelos seus atos, pois não goza da mesma proteção que tem o prefeito, não tem a blindagem da impunidade. É por isso que a descentralização é muito mais eficiente tendo em vista a aplicação correta do recurso público.

Eu gostaria de passar a palavra ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador João Capiberibe, quero cumprimentar V. Ex^a por trazer a esta Casa, a meu ver, o mais importante programa de alimentação, de combate à fome: a merenda escolar. Eu tinha pedido a palavra antes, mas coincidem as nossas ações. No Piauí, tive a oportunidade de “escolarizar” a merenda. Cada diretora recebia uma deter-

minada quantia destinada à merenda escolar, com a orientação e a exigência de comprar os alimentos no comércio local, aproveitando as riquezas locais. A minha cidade, Parnaíba, por exemplo, é uma bacia leiteira. Lá, todas as diretoras tinham a obrigação de comprar leite, porque assim estariam estimulando essa bacia leiteira e ajudando a fixar no campo o homem que tem sua vaquinha e produz leite. “Escolarizamos” a merenda em todo o Piauí. Mais ainda, a feliz idéia foi do Governo passado, cujo Ministro da Educação, talvez o melhor de todos os Ministros, concedeu recursos para que a própria diretora administrasse a escola. Aproveitei e implantei o programa também nas escolas do Estado. Todas recebiam uma verba para administrar as necessidades urgentes e básicas da escola. Com isso, o Governo é que ganha, porque incorpora milhares e milhares de professoras na administração, com a responsabilidade dos princípios administrativos de planejar, designar, orientar, coordenar e controlar. Não há equipe melhor do que a formada por professoras, já que o magistério é um verdadeiro sacerdócio, ideal; bastaria dizer que é a única profissão – não somos nós políticos, empresários, ninguém –, cujo profissional é chamado de mestre, igual a Cristo. Essas foram nossas ações que muito coincidiram com as do Senador João Capiberibe, quando governou o Amapá. É muito válida a preocupação de V. Ex^a. Tenho certeza de que as maiores corrupções ocorrem nas grandes compras, na aquisição de mercadorias de empresas, muitas das vezes de fora, que levam nosso dinheiro, nossos recursos, empobrecendo nossas comunidades, nossos Estados.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, ex-governador e Senador Mão Santa. A contribuição federal para a merenda escolar, se não me engano, hoje deve ser de R\$0,13. Daqui a pouco, passarei a palavra a um outro ex-governador, que conhece do assunto. Acredito que esse tema deve ser abordado por nós, que temos uma longa experiência em busca de soluções para os problemas que afligem a sociedade brasileira. Hoje, estamos participando do Governo Federal, mas muitos de nós passamos pelos governos estaduais e sabemos das dificuldades para se controlar o uso de recursos públicos. Essas idéias foram aplicadas no Amapá e no Piauí.

Senador Mão Santa, não tenho aqui nenhuma matéria referente ao seu Estado. As que tenho aqui

dizem respeito a São Paulo e a vários outros Estados, mas nada sobre o Piauí, o que mostra que a descentralização estabelece um controle social realmente eficaz. A organização da comunidade escolar é tão forte que, quando uma criança volta para casa sem comer – e normalmente as escolas públicas estão localizadas nas áreas mais pobres dos municípios –, o pai sabe e no dia seguinte vai até a escola para perguntar por que o filho não comeu. Então, há um controle eficiente quando o dinheiro chega na escola, para que a comunidade escolar o administre.

Passo a palavra ao Senador Tião Viana e, logo em seguida, ao Senador Valdir Raupp.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador João Capiberibe, desejo elogiar o pronunciamento que V. Ex^a faz. Muitos poderiam dizer que esse assunto é pertinente às câmaras municipais, mas muitos se esquecem, quando pensam assim, de que V. Ex^a está prestando solidariedade a milhões de crianças brasileiras, quando aborda um tema de enorme relevância. Acredito que um dos temas mais importantes da história da República seja o tratamento da merenda escolar, o acesso da criança brasileira, especialmente das escolas públicas, à alimentação básica dentro da escola; a conciliação do aprendizado, da construção do saber, com a possibilidade de não estar com fome naquele momento. Tenho a mais absoluta tranquilidade de expressar isso como um gesto de conquista da sociedade brasileira, conduzido, inclusive, por governos anteriores; não é um mérito do Governo atual. Temos o dever e a responsabilidade de preservar esse programa. Sei que seu governo deu um belíssimo exemplo de controle e de descentralização dos recursos públicos e buscou alternativas. Entendemos que não basta hoje a tese democrática da descentralização ou da divisão de responsabilidades, mas a tese efetiva de permitir que a sociedade controle seu próprio recurso. O grande exemplo dado pelo Amapá nos indica o caminho que temos a seguir. Podemos, perfeitamente, confiar num conselho da comunidade, envolvido com o setor público, que permita a administração específica do produto. As escolas têm ao seu lado o produto, basta que tenham o direito de negociar e discutir o preço, porque elas farão o melhor por sua comunidade. Penso que a democracia direta é sinônimo desse tipo de atitude. Nada será mais favorável em se afirmar que há um novo Brasil, no Governo do Presiden-

te Lula, do que a condução por esse caminho democrático e correto a favor da sociedade. Fico muito feliz que seu governo tenha demonstrado a intenção e o resultado de uma medida que, sem dúvida, protegeu o dinheiro público e respeitou a dignidade das crianças brasileiras.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Senador Tião Viana, pelo seu aparte.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Peço tempo ao Sr. Presidente para ouvir o Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Serei breve, Sr. Presidente e Senador João Capiberibe. V. Ex^a está falando com profundo conhecimento de causa, pois já foi duas vezes Governador do Estado do Amapá. Já fui duas vezes Prefeito e Governador e senti, também, na pele esse problema quando estava na Prefeitura. Quando a merenda estava centralizada no Estado, muitas vezes demorava três meses para chegar aos municípios. Imaginem que os municípios mais distantes, no período das chuvas em nossa região amazônica, ficavam até um ano sem merenda! Quando cheguei ao Governo de Rondônia, deparei-me com esse problema da centralização da merenda escolar. No primeiro ano foi um caos, até um Secretário de Estado da Educação caiu, porque os fornecedores vendiam e não entregavam. Vendiam uma remessa de carne, de frango, de alimentos, entregavam 50% e, muitas vezes, não queriam nem entregar. Estava implantado um vício no poder central do Estado. Não encontrei outra saída, Senador João Capiberibe, a não ser fazer o que fizeram V. Ex^a e o Senador Mão Santa, Governador do Piauí: descentralizar a distribuição, escolarizando a merenda escolar. Não tive outra saída. A partir do momento em que se criou essa confusão na Secretaria de Educação, decidi que os convênios iriam diretamente para as escolas e as diretorias das escolas comprariam a merenda. Senador, acredito que o caminho mais sensato e mais vantajoso seja escolarizar a merenda no País inteiro. O aproveitamento é maior, o diretor da escola tem muito mais medo de praticar um ato ilícito do que as pessoas mais graduadas. Creio que o caminho seja realmente a escolarização. V. Ex^a está de parabéns ao abordar essa questão tão importante para o nosso País. Muito obrigado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) –

Obrigado, Senador Valdir Raupp, pelo seu aparte. Vivemos, talvez, a maior crise da democracia representativa de toda a história. Costumo visitar os bairros periféricos e conversar com os moradores, para saber que canais de participação política possuem esses moradores dos bairros mais distantes, mais afastados do centro. Em geral, não recebem nem a visita do vereador em seu bairro. Eles repetem, com muita freqüência, que o político somente vai ali na época de campanha. Isso é verdadeiro. Não há, digamos, uma participação política. Se não fosse a imprensa, não teríamos conhecimento desses casos de desvio.

Portanto, é fundamental que revejamos, com decisão e clareza, que aqueles que compõem ainda a maioria da sociedade brasileira – dos excluídos política e economicamente – tenham direito à participação. A comunidade escolar controlando a sua escola, tenho a convicção de que é um grande aprendizado político que pode nos permitir não só controlar melhor o uso do recurso público, mas construir a democracia em nosso País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Capiberibe, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eurípedes Camargo.

O SR. PRESIDENTE (Eurípedes Camargo) –

Com a palavra o Senador Romeu Tuma, em permuta com o Senador Garibaldi Alves Filho. V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, às vezes, presidindo a Mesa desta Casa, ficamos ansiosos e pedimos alguns apartes, como faz com tanta sabedoria e inteligência o Senador Mão Santa. Todo orador consegue interpretar o pensamento da Casa e transmitir, em aparte, aquilo que é a essência dos Srs. Parlamentares.

Ouvimos há pouco o Líder da Minoria, Senador Efraim Morais, na sua análise profunda da situação econômica, em que a maior angústia dos grandes empresários, sem se falar nos juros, são os financiamentos, para que possam realmente desenvolver as suas atividades.

Senador Efraim Morais, gostaria não só de cumprimentá-lo, mas de contar uma pequena história de um grande empresário, que não tenho nenhuma ra-

zão para não nomeá-lo. Trata-se do empresário Benjamin Steinbruch – Presidente da CSN, que apoiou o Presidente Lula, com toda dignidade e respeito. Ele me dizia em uma conversa, também como amigo, da sua grande dificuldade de fazer um acordo internacional para desenvolver a sua atividade e conseguir, no exterior, os empréstimos, já que no País tinha dificuldades de obter financiamentos. Disse-me ele: "Excellência, às vezes, tem de se fazer operações triangulares, para se conseguir um financiamento para investimento na indústria nacional".

Na mesma linha, em outro segmento, o Senador César Borges analisou, com profundo conhecimento, a situação da aviação civil brasileira. Eu não diria da aviação militar, porque esta também atravessa um período de angústia, de profundo desespero para manter em treinamento os seus pilotos, a fim de se ter uma Aeronáutica eficiente, inclusive no combate ao crime comum, na interceptação do transporte de drogas e de armas que passam pelo nosso território. O Projeto Sivam, por exemplo, já se depara com algumas dificuldades econômicas para manter suas atividades, porque quem financia quer contrapartidas do país ao qual foi concedido o empréstimo.

Senador César Borges, V. Ex^a abordou um dos assuntos que nos angustia muito. Tivemos uma aviação comercial excelente. Podíamos percorrer todo o território nacional. Tínhamos a Varig como uma das primeiras companhias aéreas de vôos internacionais, quando muitos estrangeiros a procuravam pela qualidade de serviço que apresentava. Hoje, todas as companhias estão numa luta desesperada. Isto não ocorreu agora no Governo Lula. Trata-se de um processo antigo que necessita de solução.

Quando eu ia ao aeroporto, eu me guiava pelos horários do Pan Rotas. Hoje, em virtude dos cancelamentos de vôos e das dificuldades das aeronaves de estarem em trânsito pelos Estados, perdemos essa orientação. Normalmente, viajamos toda semana, imaginem aqueles que programam suas férias e, repentinamente, o vôo é cancelado. Muitas vezes, não têm mais nem a possibilidade de reaver o dinheiro que pagaram às vezes em 10, 15, 20 prestações.

Queria cumprimentar V. Ex^a na busca desse objetivo, que é normatizar as companhias aéreas, tentar investir para que se recuperem e sejam fiscalizadas e não aconteçam grandes dificuldades. Houve processos econômicos, modificações no câmbio. Todos esses fatores levaram essas companhias a grandes dificuldade, porque tinham que pagar em dólar os elementos necessários a sua subsistência e recebiam em Real. O assunto foi debatido na área judiciária, al-

guma coisa foi recuperada mas acredito que não foi suficiente para manter equilibrada a balança de cada uma dessas companhias.

E o Senador João Capiberibe fez algo que é causa emoção dentro da angústia da população. Roubar comida de crianças, roubar da merenda escolar é um crime que não merece perdão. V. Ex^a bem o fez. Não adianta ficar denunciando, trazendo aqui o problema, porque os processos correm na polícia e, muitas vezes, levam anos; prescrevem. E aqueles que menosprezam o interesse público continuam a trabalhar e ser os mesmos fornecedores, apesar dos processos que estão em andamento.

Eu queria dizer a V. Ex^a que, aqui no Senado Federal, eu pedi um estudo ao Prodases. Esse órgão sempre teve a iniciativa, no número da informática, de procurar o melhor caminho de colaboração com os Senadores e, sem dúvida nenhuma, com a sociedade brasileira. Vou encaminhar tal estudo a V. Ex^a, para que talvez ajude em seu projeto, que eu gostaria de assinar com V. Ex^a. Trata-se de um projeto que São Paulo pôs em execução, que é a compra por pregão. Tal procedimento descentraliza a compra, melhora a economia dos municípios e, sem dúvida, os preços serão, assim, acompanhados por toda a sociedade, por toda a população. Esse projeto está quase pronto. Não pude implementá-lo, ainda como 1º Secretário no Senado Federal, porque algumas resoluções têm que ser alteradas. Então, ainda tem que ser por concorrência. Em São Paulo, segundo o Governador me comunicou em conversa recente nesta semana, 20% a 30% dos gastos com compras, principalmente merenda e outros produtos, como informática, têm sido muito bem estruturados com a compra por intermédio do pregão.

Gostaria de levar essa mensagem, ao cumprimentá-lo, por trazer esse assunto à Casa. Esse estudo provavelmente será útil ao projeto que V. Ex^a está preparando. Verifiquem, Srs. Senadores, como é importante ficar a Mesa presidindo e, ao mesmo tempo, prestando atenção aos discursos feitos em plenário, sempre com aquela vontade enorme de participar com apartes, mas impedido de fazê-lo.

Queria também aproveitar meu tempo, já que quero ser rápido, para agradecer e cumprimentar o Senador João Capiberibe, por ter aqui permanecido. Havia pedido a S. Ex^a que ficasse, para que pudesse lhe dar um abraço.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta manhã, o Presidente José Sarney abriu o 1º Encontro de Mulheres Parlamentares dos Países de Língua Portuguesa com a participação das representantes do México e da Venezuela, países de língua espanhola.

Vejo com alegria que a gráfica do Senado está imprimindo o **Jornal do Senado** em cores. Tenho em mãos exemplar em que está reproduzido, de forma excelente, um quadro de Portinari e inclui dados da agenda que estou a citar. Cumprimento todos aqueles que elaboraram o jornal.

Também faço referência a uma matéria que peço à Mesa para publicar por inteiro, a respeito da abertura do Simpósio Globo, O Planeta Líbano, ocorrido ontem em São Paulo, que contou com a presença do Presidente do Conselho de Ministros da República Libanesa, Sr. Rafik Hariri, que veio mais de uma vez ao Brasil, e também com a participação do Presidente Lula.

O Presidente da República fez um discurso excelente sobre o mundo árabe e suas possibilidades de parceria com o Brasil, tendo o Líbano como base de entrada no médio Oriente.

A sessão foi emocionante e contou com a presença de descendentes de libaneses e árabes.

O Ministro Hariri fez referências elogiosas ao Brasil e demonstrou a importância da ligação entre os dois países. O Presidente Lula afirmou que essa parceria ainda não se concretizou por ser muito pequena a troca de mercadorias entre Brasil e Líbano.

Existe a possibilidade de o Presidente da República comparecer, até o fim do ano, ao Oriente Médio com uma das maiores delegações de empresários do Brasil. O Presidente da Câmara de Comércio Brasil-Líbano, meu suplente, Dr. Alfredo Cotait, disse que tem a pretensão de fazer uma feira permanente de produtos brasileiros no Oriente Médio, principalmente em Beirute, no Líbano.

O Ministro Hariri não deixou de se referir às angústias e ao sofrimento da guerra interna ocorrida no Líbano e à capacidade de reconstrução encontrada no apoio de vários países e na própria vontade dos árabes que vivem naquele país.

Peço à Mesa, para não ultrapassar mais do que o tempo necessário, que publique por inteiro o discurso do Ministro Hariri e o do Presidente Lula proferidos ontem durante a cerimônia de instalação do Planeta Líbano 2003, cujo **slogan** foi criado pelo publicitário Roberto Dualib, bem como as referências a respeito

daquilo que passou a ser discutido hoje em São Paulo. Provavelmente amanhã, o Ministro Hariri estará em Brasília participando de outros eventos em sua homenagem e discutindo a parceria comercial do Brasil com o mundo árabe.

Obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMEU TUMA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

**Discurso do Presidente do Conselho
de Ministros da República Libanesa Rafic Hariri**

Inauguração da exposição de fotos “A Memória de Beirute”, de Ayman Trawi

Domingo, 8 de junho de 2003

É um grande prazer estar com vocês hoje nesta ocasião da minha visita ao Brasil. E, principalmente, na exposição de fotos de Beirute, cidade tradicional e renovadora. Muitos de vocês já conhecem o Líbano, seja porque são descendentes de libaneses, ou graças às ótimas relações que unem nossos países. Aliás, as relações são tão boas que o número de descendentes de libaneses, no Brasil, ultrapassa a população do Líbano. Seu país é hospitalar e belo; por isso vocês recebem as pessoas de braços abertos e acreditam na diversidade cultural e política. Certamente, sua democracia rendeu-lhes estabilidade e prosperidade. O Presidente Lula vem perseverando na reforma da economia e no combate contra a fome e a miséria; ele insiste na democracia que constrói as instituições e realiza a cidadania completa e a prosperidade para todos.

Nós sentimos que os valores que vigoram no seu governo são os mesmos que regem o nosso, pois somos um regime democrático que vive, há quase setenta e cinco anos, uma experiência político-cultural com abertura ao mundo. A diversidade cultural, política e religiosa reina na nossa sociedade. Já sofremos muito por causa do conflito doméstico e da ocupação israelense de parte de nossa terra, mas a resistência conseguiu libertar a maior parte do território ocupado, e o conflito doméstico virou coisa do passado. De certa forma, reconstruímos nosso país e entramos na era de tranquilidade e prosperidade.

Temos um programa de reforma econômica, parecido com o seu. E, como vocês, estamos progredindo na reforma financeira geral e no incremento aos in-

vestimentos do lado jurídico e político. Os últimos índices de mercado revelam melhora na situação econômico-financeira, isso demonstra que nosso caminho, durante esses anos todos, tem sido não só correto como também eficaz.

Queríamos, através da exposição de fotos, que vocês testemunhassem a beleza de Beirute nova e renovadora. É verdade que é uma cidade muita pequena comparada a São Paulo, mas o pequeno também é bonito. Em meados do século XX, Beirute foi um lugar próspero tanto na área da cultura quanto na dos negócios; vinha à frente de todas as capitais do mundo árabe e, agora, graças à reconstrução realizada, durante os últimos dez anos, recuperou sua vivacidade e engloba o mundo dos grandes negócios, das grandes empresas, das antigas e novas universidades e dos meios de comunicação avançados. Beirute hoje é a beleza e a alegria de sempre.

Queremos o aumento da cooperação entre os dois países e também o estímulo das relações econômico-culturais e turísticas. Existem entre nós relações culturais, humanitárias e econômicas, que podem ser fortalecidas e incrementadas sob todos os ângulos. As garantias estão disponíveis; os projetos, viáveis e as possibilidades de relacionamento estão aumentando não só por causa da globalização; mas também porque vocês amam o Líbano e o Líbano ama vocês. O crescimento da cooperação depende do mercado; mas também da vontade e do amor às descobertas. É também de nosso interesse que a cooperação econômica seja tão intensa quanto o relacionamento entre o Líbano e o Brasil, que se deve ao empenho da colônia libanesa. Antigamente a imigração indicava a presença de problemas no país de origem, isso mudou.

Vocês são um grande país que acolhe uma parte do futuro do mundo, neste universo, cujas partes estão ficando cada vez mais próximas. E nós continuaremos a trabalhar para ficar tão perto de vocês quanto a colônia libanesa é do seu país de origem.

Gostaria que vocês vissem nessa exposição, que foi chamada pelo artista libanês, Ayman Trawi, “A Memória de Beirute”, uma imagem em miniatura do Líbano, através da beleza de Beirute. Espero que continuemos amigos para sempre, visitando-nos, trabalhando juntos, relacionando-nos e trocando idéias sobre atividades e assuntos concernentes a possibilidade de crescimento desse elo, através da força de vontade e da ambição, visando ao melhor dos dois países e dos dois povos.

INFORMAÇÃO PARA A IMPRENSA**08 / JUNHO / 2003****DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA
ABERTURA SOLENE DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL PLANET LEBANON**

São Paulo/SP

Minha querida companheira Marisa,

Excelentíssimo Senhor Rafik Hariri, Presidente do Conselho de Ministros do Líbano,

Meu caro Geraldo Alckmin, Governador do Estado de São Paulo,

Minha querida companheira Marta Suplicy, Prefeita dessa cidade, e seu companheiro Luiz Favre,

Meu caro Ishaya El khoury, Embaixador do Líbano no Brasil,

Companheiro Alfredo Cittait, Presidente da Câmara de Comércio Brasil-Líbano,

Senhora Laila Cittait,

Meu caro Marcelo Zarzur, Presidente do Clube Monte Líbano,

Meus amigos, minhas amigas,

Deputados,

Senadores,

Dirigentes partidários,

Empresários,

Enfim, essa representação extraordinária dessa comunidade,

Eu penso que a minha ligação com o povo árabe e os libaneses vem de muito tempo. Mas, hoje, ela está ligada quase que umbilicalmente, porque desde um simples check-up que eu faça, até uma pequena cirurgia, eu estou na mão de um libanês. E, portanto, não tenho como (inaudível).

TRANSCRIÇÃO SEM REVISÃO**INFORMAÇÃO PARA A IMPRENSA****PÁGINA 2**

É com muita alegria e entusiasmo que compareço a esta sessão solene de abertura do maior encontro de empresários executivos de origem libanesa de todo o mundo, o Planeta Líbano 2003.

Um evento que tem enorme potencial para estreitar os laços entre o Brasil e o Líbano e de ampliar ainda mais as relações com os descendentes de libaneses em todo o mundo. Um encontro que revigora a profunda afetividade que liga os nossos dois povos.

A presença aqui, hoje, do Presidente de Conselho de Ministros, Senhor Rafik Hariri muito nos honra e testemunha que partilhamos dos mesmos sentimentos.

Tenho afirmado que o meu governo buscará ampliar, de modo criativo, o relacionamento do Brasil com todos os países do mundo. Queremos forjar novas parcerias com regiões e países que, até pouco tempo, figuravam, muitas vezes, na agenda externa brasileira, apenas como indicação retórica de prioridade.

Minha participação no do diálogo ampliado do G-8, em Evian, deixou-me ainda mais convencido de que o Brasil precisa ampliar, tanto as relações com os países desenvolvidos – o que estamos fazendo – quanto deve criar e reforçar parcerias com os países em desenvolvimento.

Digo, sem exagero, que já fizemos muito nesses cinco meses de meu mandato, a começar pela América do Sul. Os encontros de trabalho que mantive com a quase totalidade dos Chefes de Governo da região, demonstram a disposição inequívoca do Brasil em ampliar e consolidar a integração em nosso Continente.

Do mesmo modo, dei os primeiros passos para reativar as relações com a África, Continente com o qual o Brasil tem laços culturais e étnicos profundos.

É nesse sentido que quero dar prioridade e mudar a qualidade das relações do Brasil com os países árabes. Vamos manter o que há de bom e ampliar e aprofundar, de modo prático e criativo, o nosso intercâmbio político, econômico, científico e cultural.

São muitas as vertentes que unem o mundo Árabe ao Brasil. Ao longo da História, recebemos ensinamentos de uma civilização milenar e transcontinental que desenvolveu, com sabedoria, a medicina, a filosofia, a literatura. Elaborou

instrumentos sofisticados de navegação, irrigou solos áridos, entre feitos extraordinários. Uma civilização rica e qualificada, tanto na dimensão material como na espiritual.

Na área política, temos tido posições confluentes sobre temas importantes. O Brasil tem defendido tradicionalmente a existência de um Estado Nacional Palestino, independente, democrático, coeso, economicamente viável e que viva em paz com seus vizinhos, em especial com Israel.

Apesar disso tudo, existia – como ainda existe – um vazio na política do Brasil para com o Oriente Médio, faltava a vontade política necessária para que tivéssemos uma genuína aproximação. Vontade que não faltou, por exemplo, ao nosso Imperador Dom Pedro II, no século XIX, quando visitou o Líbano, a Síria e a Terra Santa, ainda sob o império Otomano.

Minha conclusão é a seguinte: nossa parceria só se fortalecerá caso intensifiquemos os contatos políticos de alto nível com as nações árabes. Por essa razão, pretendo, ainda este ano, fazer uma visita oficial a alguns países da região. Quero que os países árabes percebam nosso autêntico interesse em ter, com eles, um relacionamento forte, muito superior ao que tivemos até agora.

No plano econômico, estamos convencidos do grande potencial para a expansão do comércio e investimentos entre as duas partes. Existem boas possibilidades de complementaridade entre nossos países. Estou seguro de que é possível aumentar expressivamente a presença das empresas e das exportações brasileiras no mundo árabe, nos próximos quatro anos. Atualmente as importações de produtos brasileiros feitas pelos países árabes representam apenas 1,5% do total de compras no exterior. Ha portanto, espaço para avanços reais e significativos

É claro que o Brasil também está aberto para propiciar a entrada de empresas, produtos e de investimentos dos países árabes no nosso mercado.

Meus amigos e minhas amigas, Senhoras e Senhores,

Entre todos os árabes, de todos os tempos, que vieram viver no Brasil, destacam-se os libaneses. Encontra-se, no nosso país, a mais numerosa comunidade de origem libanesa no exterior, estimada entre 8 e 9 milhões de libaneses e seus descendentes, o representa cerca de 6% de toda a população brasileira.

Existe também um contingente significativo de cidadãos libaneses naturalizados brasileiros, que voltou a se estabelecer no Líbano. São cerca de 40 a 60 mil pessoas que mantém interesses e laços familiares e profissionais no Brasil.

Um século de emigração libanesa para o Brasil contribuiu para a formação de um significativo patrimônio econômico e cultural comum. O Líbano ocupa um lugar especial na sociedade e no coração de todo o povo brasileiro.

Ao chegarem ao Brasil, os libaneses rapidamente se estabeleceram como trabalhadores e pequenos empresários, como mascates. Vivendo de modo simples e tenaz, estenderam sua presença aos lugares mais remotos e desamparados, chegando a vilarejos e povoações que mal possuíam estradas ou vias de acesso.

Transformaram-se, assim, em instrumento de integração nacional, ao mesmo tempo em que se integravam plenamente à nossa sociedade. Pode-se dizer que não há, hoje, um só município, dentre os nossos mais de 5 mil municípios, em que não viva um libanês ou um dos seus filhos ou netos. O resultado é uma notável contribuição à formação do Brasil. Um país que se orgulha de ser democrático, pluralista, multiétnico, tolerante e solidário. Nosso relacionamento bilateral tem sido, tradicionalmente, correto e cordial, sem quaisquer contenciosos de natureza política ou econômica.

E tudo isso compõe um cenário no qual poderemos ampliar e fortalecer os nossos contatos em todas as áreas, em particular a econômica e comercial. Mas as relações comerciais e as parcerias econômicas entre o Brasil e o Líbano não têm apresentado, tradicionalmente, uma densidade proporcional ao nosso entendimento político.

Somente a partir de 1990, após o final da Guerra Civil, no Líbano, o Brasil voltou a comprar, regularmente, produtos libaneses. Mesmo assim, os fluxos de comércio são instáveis, de pequena monta e pouco diversificado.

O retrospecto das relações mútuas sugere ainda que o projeto de reconstrução do Líbano e sua renovada inserção internacional, abram possibilidades para que o mundo empresarial libanês possa transformar-se em plataformas para o

comércio do Brasil com os países do Oriente Médio. E que, do mesmo modo, o Brasil se torne um ponto de apoio para o incremento da presença do Líbano em toda a América do Sul.

Espero que o Planeta Líbano 2003 venha pavimentar o caminho para alcançarmos os objetivos de mais diálogo político, mais comércio, mais investimento, mais intercâmbio cultural nas nossas relações.

Quando vemos a irradiação dos descendentes libaneses na vida cultural, científica e comercial, financeira, industrial e política do Brasil, verificamos que a presença libanesa no nosso país já produziu excelentes resultados. Com base nesses resultados, queremos, agora, construir novas parcerias em favor do maior bem-estar de nossos povos.

Meus amigos e minhas amigas, São Paulo está, como cidade, orgulhosa; como Estado, orgulhoso; e o Brasil também está muito orgulhoso de recebê-los aqui, para, durante alguns dias, discutir planos, projetos, intenções e aperfeiçoamento das nossas relações. Para que a gente possa aprofundar ainda mais a já extraordinária relação existente entre o Líbano e o Brasil.

Eu não tenho dúvidas, meu caro Presidente do Conselho de Ministros, que na próxima terça-feira, na conversa que teremos, em Brasília, nós iremos dar um passo gigantesco. Eu não sei se em outubro mas, certamente, em dezembro, eu estarei com a maior comitiva de brasileiros que já visitou o mundo árabe, por todas as relações e ligações que nós temos com todos os libaneses, aqui, no Brasil. Afinal, até quando queremos comprar uma calça jeans, nos damos conta de que estamos na frente de um libanês. Quando queremos, ir à posse de um representante da Associação Comercial de um Estado, estamos diante de um libanês.

Por conta disso, eu ouso dizer a todos vocês, que, certamente, na nossa viagem para o mundo árabe, o Líbano será a nossa porta de entrada naquele Continente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eurípedes Camargo) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a será atendido nos termos do § 2º do art. 210 do Regimento Interno, que prevê um limite de páginas a serem publicadas.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim por 20 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje com o intuito de fazer um discurso rápido, mas, como um dos fundadores da CUT – Central Única dos Trabalhadores –, não poderia deixar de comentar o Congresso que encerrou neste domingo e que elegeu para a Presidência o sindicalista Luiz Marinho, respeitado em todo o País e internacionalmente por sua posição clara, transparente em relação ao fortalecimento da negociação entre capital e trabalho. Ao mesmo tempo, trata-se de um homem que tem se posicionado na linha de uma convivência de alto nível entre os Poderes da Nação.

Como não poderia ser diferente, Sr. Presidente, a Central tomou uma decisão de independência: de não ser contra o Governo nem de ser, de forma precipitada, a favor do Governo. A posição da Central foi na linha de ser favorável a todos os projetos que forem de interesse da sociedade brasileira e ser contra aos que, venham de onde vierem, no entendimento da Central, não contemplam o interesse dos trabalhadores da área pública, da privada, do campo e da cida-de.

Estou com um documento da Central, que foi publicado no dia 21 de maio e, nesse Congresso, foi mantida a sua forma original quase que na integralmente.

O documento que trago à tribuna neste momento refere-se à reforma da Previdência e à posição da CUT quanto a ela. Diz a CUT:

Desde 1995, a CUT considera que a Reforma da Previdência deve resgatar o conceito de Seguridade Social, onde as políticas públicas relativas à saúde, assistência e previdência social devem ser pensadas de forma conjunta e articulada. A Previdência Social deve ser pública, única, universal, solidária e com um teto que conte cole a grande maioria dos assalariados brasileiros.

Defendemos também que seja concedida por tempo de serviço, garantindo-se aposentadoria especial para aqueles que sofrem desgaste físico e mental no exercício de sua função. O sistema deve ter caráter

contributivo, com gestão quadripartite (governo, trabalhadores da ativa, aposentados e empresários).

Na medida em que o Projeto de Reforma da Previdência já encaminhado pelo Governo ao Congresso Nacional possui inúmeros aspectos que penalizam trabalhadores do setor público e privado com baixos salários, a Executiva Nacional da CUT, reunida no dia 21 de maio de 2003, resolve apresentar emendas modificando os seguintes pontos do projeto:

Em relação ao teto, a CUT entende que não deve ser R\$1,058 mil, mas R\$4,8 mil.

A CUT defende ainda a imediata votação da lei que define o teto de remuneração dos três Poderes para acabar com as aposentadorias privilegiadas.

Quanto à Previdência complementar, a CUT entende que os Fundos de Pensão devem ter uma contribuição na relação de dois por um.

Quanto à idade mínima para a aposentadoria, a CUT entende que deve ser mantida a mesma regra em vigor, ou seja, 53 para homem, 48 para mulher.

Quanto ao critério de cálculo do valor das aposentadorias e pensões, para os atuais servidores, a CUT defende a manutenção da atual regra de cálculo do valor das aposentadorias e pensões, balizadas pela integridade em relação à última remuneração em atividade.

Quanto à paridade entre ativos e inativos, a CUT defende a manutenção desse princípio.

A CUT manifesta-se pela manutenção da isenção contributiva de aposentados e pensionistas à Previdência Social. Ou seja, é contra a contribuição de inativos, tanto da área pública como da área privada.

Quanto à aposentadoria especial, ela deve ser mantida para trabalhadores que exercem funções em áreas consideradas insalubres, penosas ou perigosas, incluindo os professores.

Quanto ao estabelecimento de mecanismos de proteção para as aposentadorias do INSS, em resumo, a CUT é contra o fator previdenciário.

A CUT é a favor da gestão democrática e paritária dos regimes previdenciários – ou seja, como já falei, que empregados, empregadores, Estado e aposentados participem dessa administração –, do combate à sonegação, da auditoria nas contas.

Em resumo, Sr. Presidente, este documento é muito semelhante a uma proposta que eu já defendi na tribuna e que está registrada na Casa.

Sr. Presidente, neste dia 11, a Central Única dos Trabalhadores fará um grande movimento em Brasília. Esperamos em torno de 30 mil trabalhadores da área pública e da área privada, para que, nesta mobilização, se consiga sensibilizar Deputados e Senadores, a fim de que se construa um grande entendimento sobre a Reforma da Previdência.

Digo mais, Sr. Presidente: no próximo dia 11, a Direção eleita da Central estará com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo, e, também, com o Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney – e esperamos que V. Exª esteja junto, Senador Romeu Tuma –, para entregar a sua visão de redação final da Reforma da Previdência, que ficará dentro dos eixos que adiantei neste momento.

Sr. Presidente, a Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, reunida no dia de hoje em São Paulo, anuncia que vai encaminhar uma campanha nacional para redução de jornada para 36 horas semanais, o que geraria, de imediato, cerca de 5 milhões de novos empregos no País.

Confesso que entreguei à Casa um projeto mais modesto. O meu projeto, que trata da regulamentação, promoção e defesa do emprego, dispõe sobre a proteção contra a dispensa imotivada, estabelece medidas de incentivo para a geração de empregos e dá outras providências, trata da regulamentação do mercado de trabalho, com cerca de 23 artigos, e também do sistema público de emprego, dos financiamentos públicos, do comércio internacional e, por fim, da questão sindical.

Sr. Presidente, entendo que esse projeto vai contribuir para um bom debate nas respectivas Comissões e está na linha do debate da política de emprego que esta Casa está fazendo.

Claro, Sr. Presidente, que todos nós estamos preocupados, o Presidente Lula está preocupado e tenho certeza de que o Ministro Jaques Wagner, hoje, em Genebra, participando do encontro da OIT, fez um pronunciamento firme e claro de que tem que haver mais investimento na produção, ele critica a taxa de juros, mas faz uma crítica construtiva, com o mesmo ponto de vista, no meu entendimento, do que está fazendo o próprio Vice-Presidente da República, do que nós temos feito aqui na Casa e do que tem feito o próprio Presidente Lula, que entende que a taxa de juros tem que diminuir, mas tudo no seu tempo certo.

Eu poderia aqui, Sr. Presidente, só para enriquecer o debate, dar alguns dados da nossa preocupação com o desemprego.

Em março último, a taxa de desemprego medida pelo IBGE foi de 12,1%, contra 11,6% em fevereiro e 11,2% em janeiro. Pelo mesmo IBGE, o número de pessoas desocupadas aumentou de 12,1% em março para 12,4% em abril. O Produto Interno Bruto caiu de 1,8% para 1,6%. Ainda pelo IBGE, o desemprego vai crescer este ano de 7,2% para 7,7%. Para o ano que vem, a projeção do IBGE foi revista de 7,1% para 7,5%.

Como se vê, Sr. Presidente, a preocupação com o desemprego, herança que recebemos, queiram ou não alguns, do governo anterior, a partir do Plano Real, continua muito grave. No caso da indústria, essa previsão foi reduzida de 2,3% para 1,8%. Isso significa menos empregos.

Ainda, Sr. Presidente, gostaria de destacar que o projeto que ora apresentamos não visa a garantir ao trabalhador, o que seria, no mínimo, um sonho de verão, estabilidade no emprego. Ninguém está propondo isso. O que proponho é que a demissão imotivada deva ser justificada, como é hoje nos moldes da própria OIT e adotada em todos os países do mundo considerados mais avançados. A OIT adota essa metodologia em países como os Estados Unidos, França, Alemanha. O princípio da demissão imotivada não significa estabilidade no emprego.

Por isso, Sr. Presidente, esperamos fazer um bom debate sobre esse projeto e que ele contribua, num momento difícil por que atravessa o País no campo do emprego, para que possamos avançar, para não permitir que, em cada casa, em cada lar, nós, infelizmente, tenhamos que constatar que há sempre um ou dois desempregados. É um quadro real, que temos que enfrentar com muita tranqüilidade. Sem dúvida nenhuma, a taxa de juros contribui para o desemprego. Hoje, falar em taxa de juros não pode ser considerado crime. Acho que, como digo às vezes, não há um Senador, uma Senadora, um Deputado, uma Deputada, não há um Ministro do Governo Lula que não reconheça que a taxa de juros precisa diminuir. E para não ficarmos só no debate sobre a taxa de juros, apresento esse projeto que fortalece a produção no campo e na cidade.

Sr. Presidente, sou um homem de esquerda, da base do Governo, mas aprendi com um dos pais do capitalismo, Henry Ford – e nós vivemos num sistema capitalista – que tem uma frase muito conhecida, que diz que o empresário-Estado inteligente é aquele que paga bem os seus trabalhadores e os seus funcionários, porque a economia só gira se os trabalhadores, que são os maiores consumidores, tiverem poder de compra. Se eles comprarem, alguém está vendendo;

se alguém está vendendo, alguém produziu, e se alguém produziu, é porque lá, no início, empregos foram gerados.

Então, na tese tranquila de Henry Ford, um dos pais do capitalismo, é que defendo, mais do que nunca, que entremos na linha de fortalecer a produção no campo e na cidade.

Vejo que há um debate, Sr. Presidente, sobre se se flexibilizam ou não a CLT e os direitos dos trabalhadores. Tenho conversado com muita gente e dito que não é tirando 13º salário e férias de trabalhador que se resolverá essa questão. Prefiro, então, fazer o debate para desonerar a folha de pagamento. Por exemplo, o empregador hoje, na verdade, não paga só 22%, mas em torno de 26% sobre o total da folha para a Previdência. Ora, se conseguirmos diminuir em 26% a folha de pagamento e trabalharmos com o chamado preço final do produto, que entraria no faturamento, estaríamos, sim, ajudando a gerar mais empregos no País.

Sei que alguns perguntam: "E quem industrializou a sua empresa?" Quanto mais se industrializar, na minha ótica, mais lucro; consequentemente, pode-se pagar um pouco mais para a Previdência, que cumpre a sua função social. Alguém me perguntou: "Mas e um grande produtor de soja?" E o meu Rio Grande produz muita soja, Sr. Presidente. Inclusive, há uma polêmica enorme na questão dos transgênicos, pois acho que hoje é o Estado que mais produz usando os transgênicos, um debate que teremos de fazer no momento adequado. Lá o campo e a lavoura são muito industrializados. Ora, mas se os meus agricultores, se os nossos agricultores puderem automatizar também o campo, será um bom sinal. Venderão muito, faturarão muito e poderão contribuir para a Previdência.

Sr. Presidente, precisamos transferir esse percentual, que acredito ser difícil. Dizem alguns que a tributação sobre a folha de pagamento chega a ser de 120% e se conseguirmos diminuí-la, com certeza absoluta, estaremos contribuindo para gerar mais postos de trabalho. No meu projeto, aponto o caminho, de forma tal que essa transferência da folha para o preço final do produto será paga pelo conjunto da sociedade. Desonera-se a folha e permite-se, então, que novos trabalhadores tenham acesso a postos de trabalho. Trata-se de um tema que pretendo debater ao recebermos a proposta de reforma tributária.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Eurípedes Camargo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, pela Liderança.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN). Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, já é hora de trazer para o debate da Previdência as vozes mais autorizadas daqueles que construíram o regime previdenciário por meio dos anos.

Venho do Rio Grande do Norte, sou Senador pelo Rio Grande do Norte e quero dizer que o ex-Ministro Aluísio Alves, meu conterrâneo, publicou um artigo no jornal **Tribuna do Norte** que não pode ficar só nos arquivos daquele jornal, mas precisa ter a apreciação de todos aqueles que estão, neste instante, debatendo os novos rumos da Previdência Social. Além de ser o Relator do Projeto da Previdência Social em 1948, o jornalista Aluísio Alves foi também Ministro da Administração, Ministro da Integração Nacional, e essa sua experiência precisa ser levada em conta numa hora como esta.

Passo a ler o artigo "Escamoteação da verdade", do ex-Ministro Aluísio Alves:

As reformas da Previdência e do sistema tributário são indispensáveis para o Brasil retornar ao processo de desenvolvimento. Mas nada pode justificar a escamoteação da verdade. Que se prive a população e, particularmente, o Congresso Nacional de informações verdadeiras que ensejariam, na reforma da Previdência, a adoção de alternativas que foram repelidas sumariamente pelo Governo.

Deputado Constituinte em 1946 e membro da legislatura que se seguiu, fui o Relator da Lei Orgânica da Previdência Social. Desde 1948 acompanhando, com interesses e preocupações, os desdobramentos do sistema previdenciário no Brasil.

Há alguns fatos que, infelizmente, o atual Governo ou esqueceu, ou, deliberadamente, omitiu:

1. Os antigos servidores públicos efetivos, vinculados ao antigo Ipase, criado no Governo de Getúlio, contribuíram, mensalmente, com 5% depois 6% dos seus vencimentos, cabendo ao Governo igual contra-

partida. Os que estão vivos não representam mais de 2% dos servidores civis da União. Entretanto, o Ministério da Previdência afirma e divulga, pelos meios de comunicação, que esses servidores se aposentaram sem nada contribuir;

2. o regime militar, desde a Emenda Constitucional nº 01, de dezembro de 1969, mesmo realizando concurso público, só admitia servidores civis para empregos regidos pela CLT. Exceção apenas para os membros da carreira diplomática, Receita Federal, Polícia Federal, Poder Judiciário e Ministério Público. Todos, historicamente, contribuíram com 8% sobre seus vencimentos e, na maioria dos casos, a União recolhia a sua parte. Depois a contribuição foi levada para 9% e mais tarde para 11%;

3. em 1985, quando se instalou a Nova República, com o fim do Regime Militar, os servidores civis da União regidos pela CLT eram, aproximadamente, 92% do universo de funcionários. Mesmo antes de ser promulgada a Constituição, em 1988, em pleno processo constituinte, organizei comissão de juristas e técnicos de alto nível, para elaborar o que veio a ser o Regime Judiciário Único. A Constituição estabilizou os servidores celetistas com mais de cinco anos de serviço de emprego, com exceção dos professores universitários, contemplados com a estabilidade e a sua conversão em funcionários efetivos somente com a vigência do Regime Único. O Governo Sarney deixou pronto o projeto de lei do Regime Único, mas o ex-Presidente Fernando Collor adiou o quanto pôde seu envio ao Congresso;

4. uma das mais deploráveis omissões nesse processo de discussão da Reforma da Previdência é que o Governo, em momento algum, divulgou o montante da renúncia fiscal de recursos da Previdência. [A não ser quando esteve aqui no Senado o Ministro da Previdência, que revelou a cifra anual, para a perplexidade de todos: R\$10 bilhões por ano.]

5. a proposta de contribuição dos atuais inativos é algo perverso. O Congresso, por quatro vezes, rejeitou projetos de lei, e o Supremo Tribunal Federal, em decisão de uns seis anos atrás, considerou-a inconstitucional;

6. o Governo, em sua proposta de reforma da Previdência, esqueceu, completamente, a questão dos débitos e sua execução. Por quê? Por que o Governo não propôs a fixação de um rito sumário, preservando o contraditório da defesa, para execução desses débitos? Dinheiro que pertence ao sistema previdenciário. Por que o Governo não propôs, ao mesmo tempo, a limitação temporal para vigência das liminares e cautelares concedidas pelos juízes, ao mesmo tempo estabelecendo prazos mais curtos para o julgamento final dessas ações?

7. por que o Governo, tanto no texto da reforma da Previdência, quanto no parecer do Deputado Maurício Rands (PT – PE), dá uma interpretação autoritária, controvertida e desumana ao direito adquirido, ignorando uma tradição que se implantou no País desde os primórdios da República?

8. por que o Governo não respeitou o direito adquirido dos que se aposentaram e que, agora na velhice, doentes, têm a perspectiva de redução dos seus proventos?

9. há uma questão até hilariante no parecer do Deputado Maurício Rands. Ele propõe que a remuneração máxima, intransponível, no âmbito da União, seja a de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Mesmo na circunstância de uma cumulatividade constitucional. Então, como é que fica a situação do Ministro do Supremo que tenha uma aposentadoria constitucional, ética e legal como professor universitário? Será cassada essa aposentadoria? Mesmo que o Ministro tenha, durante 30 anos, contribuído para desfrutá-la?

Com a minha experiência de vida, lutas, sonhos e desencantos, faço aqui o meu repto: apoio não é escravidão, submissão. Apoiamos as reformas. Mas não abdiquemos do direito de emendá-las no que seja necessário para o bem do País e a paz da sociedade brasileira. Que se faça justiça e não se crie, mais uma vez, um clima de ressentimentos e ódios que nada constrói. Que se pense, inclusive, para repor a verdade, numa fase de transição entre servidores com mais de 50% de tempo para se aposentar e aqueles que, por terem menos tempo no serviço público, possam ainda buscar

a alternativa de uma previdência privada complementar.

Sr. Presidente, era esse o artigo do ex-Ministro e ex-jornalista Aluizio Alves.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

Senadora, nós dispomos de 22 minutos. Não quero incomodar, mas talvez V. Ex^a pudesse dividir o tempo com a Senadora Fátima Cleide, para que S. Ex^a também pudesse se manifestar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT SC) – Pois, não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado pela atenção.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Eu agradeço, Sr. Presidente, e cumprimento as SRA.s e os Srs. Senadores presentes.

Ocupo a tribuna, em primeiro lugar, para saudar medidas que serão anunciadas amanhã pelo Ministério da Justiça e pelo Banco Central. Trata-se de um pacote de doze medidas, cujo objetivo central é o debate que está na ordem do dia, a partir de uma situação criada aqui no Congresso Nacional: a evasão de divisas, via conta CC5, por agência do Banestado.

Tenho trazido esse assunto à tribuna reiteradas vezes, desde março, na lógica de que é necessário agilizar as medidas, as investigações e a operacionalização para que possamos impedir a lavagem de dinheiro, a evasão ilegal de divisas e, principalmente, quando detectada a evasão ilegal, o desvio ilegal de recursos, que tenhamos mecanismos eficientes, rápidos e ágeis para podermos recuperar o dinheiro e punir os responsáveis.

Então, quando amanhã o Ministério da Justiça e o Banco Central anunciarão esse pacote de 12 medidas, Senador Romeu Tuma, que vêm exatamente na linha de todo o debate que estamos fazendo no Congresso Nacional e junto à sociedade, só tenho de ficar muito feliz, pois trata-se daquilo que estamos defendendo. Precisamos, efetivamente, de muita ação, de muito mais ação que holofotes para essa grave questão da evasão de divisas.

As medidas que estão sendo anunciadas – vou me referir aqui a algumas – são todas importantíssimas. A primeira delas é a criação de um Departamento de Recuperação de Ativos Ilícitos, ou seja, de um órgão que ficará exclusivamente voltado, organizado e estruturado para buscar recuperar esses recursos e ativos que foram fruto do desvio de recursos.

E esse Departamento ficará subordinado à Secretaria Nacional de Justiça, um dos órgãos do Ministério da Justiça. Esse Departamento ficará encarregado de retomar, no Brasil e no exterior, toda essa investigação do dinheiro desviado dos cofres públicos e dos bens adquiridos com recursos de origem ilegal. Hoje, na estrutura governamental brasileira, não existe um único órgão que cuide disso, que tenha como prioridade fazer esse trabalho.

Além da criação do Departamento de Recuperação de Ativos Ilícitos, será lançada, amanhã, a obrigatoriedade da identificação dos saques e dos depósitos acima dos R\$100 mil. Ninguém mais vai poder fazer movimentação de recursos a partir desse valor sem o preenchimento do documento de identificação a ser encaminhado ao Banco Central, o que vai permitir um acompanhamento das grandes movimentações financeiras.

Outra questão que será apresentada, amanhã, refere-se ao Cadastro Nacional dos Correntistas. Senador Romeu Tuma, V. Ex^a, que também foi Delegado com muita honra, sabe que hoje, em todas as CPIs de que participamos e que estabelecem quebra de sigilo bancário, o procedimento utilizado, uma vez quebrado o sigilo, é a comunicação pelo Banco Central a todas as instituições bancárias, que executam o rastreamento para verificar se aquela pessoa ou aquela empresa tem conta corrente. Isso leva algumas semanas, que são preciosas, permitindo até mesmo que o dinheiro desapareça. Então, a partir dessa iniciativa, todos que tiverem conta corrente estarão num cadastro único, o Cadastro Nacional dos Correntistas. Portanto, quando houver a quebra do sigilo bancário de uma pessoa ou de uma empresa, automaticamente já se conhecerão todas as contas correntes desse correntista, permitindo que seja tomada a outra medida: o bloqueio administrativo de contas suspeitas.

Atualmente, entre a quebra do sigilo, a descoberta da instituição em que existe a conta, a sua identificação e a exigência de seu bloqueio, perde-se muito tempo e, normalmente, a totalidade do recurso que poderia ser recuperado.

Além desse bloqueio administrativo de contas suspeitas, também haverá a identificação de correntistas suspeitos, porque as investigações, muitas vezes, já apontam para um correntista sobre o qual paira a dúvida, a suspeita de estar trabalhando com dinheiro ilícito. Então, já se vai poder fazer a identificação desses correntistas.

Outra questão muito importante é a reestruturação do órgão que cuida das atividades financeiras, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras,

Coaf, que hoje não tem uma estruturação adequada para a agilidade e a esperteza dos que praticam os crimes de lavagem de dinheiro. Infelizmente, no Brasil perdemos muito tempo para atualizar-nos na mesma velocidade que a bandidagem o faz. A estrutura governamental não tem a mesma agilidade para acompanhar toda a especialização do crime organizado no País.

Essas são as principais medidas, das doze medidas que serão anunciadas amanhã por Henrique Meirelles, em nome do Banco Central, e pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos, em nome do Ministério da Justiça. São medidas que vêm na linha do que estamos defendendo: precisamos retomar as investigações, agilizar os procedimentos, para termos capacidade e condição de impedir a evasão, a remessa ilegal e a lavagem de dinheiro e para, efetivamente, punirmos os responsáveis por esse tipo de procedimento.

Saudo o Ministro da Justiça e o Presidente do Banco Central pela adoção dessas medidas, que vêm na linha do que estávamos defendendo.

Tive hoje uma conversa muito longa com o Diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda, a respeito de obtermos mais clareza sobre como poderemos dar mais continuidade ao trabalho que estamos realizando na Comissão de Fiscalização e Controle, com relação às investigações das contas CC-5, agência Banestado. Eu teria agora, às 18 horas e 30 minutos, uma reunião com o Ministro Waldir Pires, mas infelizmente uma pessoa de sua família faleceu na Bahia e S. Ex^a teve de deslocar-se para aquele Estado, e reagendamos nosso encontro para quarta-feira. Esperamos que a Comissão de Fiscalização e Controle volte a reunir-se, para que possamos retomar o assunto e os nossos trabalhos.

Espero também que, nesta semana, Senador Romeu Tuma, seja analisado o apelo que estamos fazendo no plenário, já há várias semanas, a respeito do projeto de lei que apresentamos logo em seguida à vinda dos Procuradores da República no sentido de que os crimes contra a ordem tributária possam ser inscritos na Lei da Lavagem de Dinheiro e para que seus prazos não prescrevam tão rapidamente, uma vez que hoje são de apenas cinco anos. Tais prazos precisam ser ampliados para que as investigações, que, tenho certeza, estão sendo retomadas pelo Governo, juntamente com as medidas que serão anunciadas amanhã, tenham eficácia.

Eu teria ainda outro assunto, mas quero também poder permitir à Senadora Fátima Cleide o uso pelo menos de uns dez minutos do tempo da tribuna.

Agradeço a atenção.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senadora Ideli Salvatti, peço a palavra a V. Ex^a para fazer um esclarecimento. Peço desculpas à Senadora Fátima Cleide.

Nos Estados Unidos, há dez ou doze anos, foi implementado o Fincen, sistema de fiscalização integrada de todos os órgãos que trabalham para apurar desvio de dinheiro do crime organizado, do tráfico de drogas, da corrupção. Trouxemos essa matriz para o Brasil e criamos o Coaf. Só que o Coaf é fraco, a sua estrutura atual é fraca. Se for reorganizado, como V. Ex^a anuncia, acredito que terá um valor enorme.

Sobre a CPI dos Precatórios, veio à baila a questão do Banestado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Isso ocorreu em 1996, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sei que não deveria trazer o assunto, mas a angústia é tão profunda que, com razão, chamo a atenção dos Senadores. O assunto traz-me amargura. Fizemos diligências na rua, apreendemos documentos, comprovamos fraudes referentes aos precatórios e apuramos o sistema de lavagem de dinheiro na fronteira com o Paraguai. O mesmo sistema continua sendo investigado hoje, desde aquela época, há dez anos, Senador Tião Viana. Entretanto, no final da semana passada, com muita tristeza, li uma pequena notícia na **Folha de S.Paulo**, informando que todos os envolvidos foram absolvidos. Era isso apenas. Espero que o Governo Lula busque meios para punir os responsáveis pela lavagem de dinheiro e tenha uma estrutura que realmente corresponda à nossa expectativa. Sei que o Diretor da Polícia Federal é um homem de bem, e V. Ex^a o conhece.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Romeu Tuma, acho que as medidas que serão anunciadas, amanhã, pelo Ministério da Justiça e pelo Banco Central pretendem estrangular o ralo da lavanderia do dinheiro, para evitar que tantos recursos saiam ilegalmente do País. No entanto, é preciso tomar outras providências para investigar o dinheiro que já saiu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Precisamos pegar agora os ratos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Exatamente, os ratos, os gatunos e todos os demais.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço desculpas ao Plenário por ter interferido nos discursos.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide até o prazo de encerramento da sessão.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, o tema que me traz a esta tribuna também é a violência, mas não a violência direta, aquela que leva o dinheiro antes que chegue ao seu verdadeiro destino.

A revista **IstoÉ** da semana passada trouxe, como matéria de capa, o mapeamento da violência no País, a partir de dados de 2002 da Secretaria Nacional de Segurança Pública, em uma constatação cruel e real do ambiente urbano brasileiro: a violência se espalhou em todos os Estados, traduzindo-se numa epidemia “sem freios”, conforme expressão do Secretário Luiz Eduardo Soares.

Essa epidemia sem freios, Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, atinge muito dramaticamente Porto Velho, a Capital de Rondônia. Outrora cidade tranquila de minha infância, Porto Velho figura ao lado de Vitória, Aracaju, Cuiabá e São Paulo como uma das capitais mais violentas do País.

No ranking de homicídios dolosos, Porto Velho está em segundo lugar, com taxa de 52,3 assassinatos por 100 mil habitantes. Isso é uma verdadeira guerra civil, uma guerra que se trava no cotidiano da miséria das periferias inchadas e desassistidas, onde o braço do Estado há muito está ausente.

As mulheres são particularmente as grandes vítimas no quadro de violência na capital. Para a infelicidade de todas nós, do Partido dos Trabalhadores, que sempre lutamos pela adoção de medidas de proteção à mulher, ocupamos o primeiro lugar na taxa de estupro, sendo 15,8 casos para cada 100 mil habitantes.

O roubo, que permeia a realidade urbana de capitais abastadas, está também entre nós, somente perdendo para São Paulo, paraíso dos gastos bilionários com segurança do patrimônio. Porto Velho registra 1.478,2 casos de roubo para cada 100 mil habitantes.

Essa triste realidade de uma cidade com menos de 400 mil habitantes traz um componente complicador, porque a estrutura de segurança pública oferecida pelo Estado é da pior qualidade.

A inércia do governo passado na condução da segurança pública foi total, absoluta. Diversos secretários passaram pelo posto, diversos oficiais assumiram a maior casa de detenção do Estado, localizada em Porto Velho, sem que nada, absolutamente nada, fosse feito para frear fugas e mortes no presídio, além de assassinatos ocorridos a toda hora e lugar em Porto Velho.

Não foram poucas vezes que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara esteve na cidade para verificar e pedir adoção de medidas urgentes no presídio. Este ano mesmo, a Comissão lá esteve. E o Ministério Público constatou a violação de direitos e fez alerta sobre o barril de pólvora que é o presídio Urso Branco, que na virada do ano de 2001 surpreendeu o País com trágica chacina, em que o requinte da violência mostrou sua face mais visível com a degola de um detento.

A formação profissional de nossos policiais militares e agentes penitenciários deixa muito a desejar. Os cursos são de meio expediente, de conteúdo limitado, como se limitada fosse a máquina da violência, como se a atuação da bandidagem fosse também apenas de meio expediente!

Mais grave ainda – e isso é uma denúncia que merece ser apurada – é a recusa dos oficiais que recebem cara formação fora do Estado, paga com o dinheiro do contribuinte, em repassar conhecimento e orientação a seus subordinados. Esse tipo de conduta, para a qual a sociedade está alerta e repudia totalmente, revela total descompromisso com o serviço público e ausência de ética.

Ainda mais grave, Sr. Presidente, Srs. Senadores, e que circula abertamente entre a própria corporação, é a informação de que, embora coloquem dificuldades para multiplicar conhecimento para a tropa, certos oficiais estão prestando assessorias e consultorias a empresas privadas de segurança, comportamento intolerável, pois oficiais são muito bem pagos, aliás com salários bem superiores aos de seus comandados.

Ouço o Senador Tião Viana que está solicitando o aparte.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senadora Fátima Cleide, desejo cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento em defesa do Estado de Rondônia. V. Ex^a, que defende o seu Estado e sua gente, entende que é possível uma Rondônia diferente, à altura dos tempos atuais, com menos violência, com inclusão social e com desenvolvimento humano. Sem confrontar a violência, não é possível pensar uma Rondônia diferente. Essa é a razão do pronunciamento que faz. O Brasil todo sofreu e ficou chocado com o famoso escândalo do presídio Urso Branco, quando a violência policial extrapolou os limites. Ainda hoje, Rondônia continua fragilizada e na iminência de violências que ultrapassem o Estado de Direito e os preceitos constitucionais. No Acre, Estado vizinho ao seu, tivemos uma forte experiência de combate à violência, a favor de um novo modelo de segurança pública. E o cami-

nho encontrado foi o de uma ação multiinstitucional. Entendemos que sem uma parceria entre Governo Federal, Estado, Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Polícia Federal, Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça, juízes de primeira e segunda instâncias, Ministério da Justiça e Controladoria da União, não podemos avançar muito. Essa ação envolve uma responsabilidade política muito mais ampla. E V. Ex^a aponta um caminho que deve ser entendido pelo Governador de Rondônia, porque S. Ex^a deverá ser o mediador, o articulador de um amplo entendimento nacional que permita uma ação de resultado efetivo para a população rondoniense. Não é possível imaginar que a violência ocorrida em Rondônia não atinja o Mato Grosso, o Amazonas e o Acre. Como este assunto é regional, no que depender da representação política dos nossos Estados amazônicos, debateremos a questão ao lado de V. Ex^a. Penso até que o Conselho de Segurança, Conselho maior dos Estados amazônicos, deveria estar envolvido, pois se trata de instância constitucional, reunindo os Governadores da Amazônia, para discutir pontualmente a falta de segurança vivida por Rondônia. Parabéns, Senadora e minha solidariedade!

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada, Senador Tião Viana, pelo seu aparte. V. Ex^a adianta dois pontos de meu discurso.

Sr. Presidente, não há razão para recorrerem a esse expediente os oficiais da Polícia Militar do Estado de Rondônia. Com isso, perdem o povo e os policiais militares que verdadeiramente querem servir ao cidadão e que tanto precisam reciclar conhecimentos.

Mas essa é uma denúncia que a Bancada Estadual de Parlamentares do Partido dos Trabalhadores em Rondônia quer ver apurada. E é para tratar do assunto e indagar as autoridades sobre que providências estão sendo tomadas no Estado para conter a escalada de violência que uma audiência pública com o Secretário de Segurança está sendo convocada pelos Parlamentares.

Nosso desejo sincero é o de que as ações concretas de fato estejam sendo tomadas, como diz o companheiro Tião Viana – permita-me assim chamá-lo. Também entendemos que o problema só será solucionado com vontade política e ação conjunta. Pois a violência está explodindo não apenas em Porto Velho, mas em todo o Estado, com tentáculos na indústria de grilagem, nas invasões de terras indígenas e em situações em que se confronta o combate à corrupção. Somente até abril, três vereadores foram assassinados em Rondônia. E o PT enfrenta a fúria dos que entendem ser o patrimônio público extensão do

patrimônio privado. Por não darem trégua à corrupção, há hoje quatro de nossos vereadores ameaçados.

Quero firmemente acreditar que o Governo de meu Estado passe a considerar prioridade o combate à violência. Uma luz ainda pálida surge agora, com a presença de delegados no Estado do Acre a fim de conhecer a experiência que o Senador Tião Viana acaba de nos relatar.

Gostaria de conceder um aparte ao nobre Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Gostaria de cumprimentá-la pelo pronunciamento brilhante pronunciamento em defesa do Estado de Rondônia. Realmente a segurança no nosso Estado é uma calamidade pública. É lamentável que Rondônia, um estado novo, ainda com a população de 1,5 milhão de habitantes, tenha uma escalada tão forte na violência. Mas há um dado que nos chama a atenção. O 1º Secretário da Casa, que preside neste momento a sessão, Senador Romeu Tuma, conhece muito bem essa situação. Se analisarmos os presos que estão em Rondônia hoje, na sua maioria não são rondonienses. Nada contra os outros Estados, mas a maior parte dos presos que lá estão, que promovem as fugas periodicamente nos nossos presídios, são pessoas que vieram de outros Estados. Então, essa é uma situação que deve ser revista. É claro que a Polícia de Rondônia tem que ser mais rigorosa, porque, há dias, em Ji-Paraná, o juiz da vara criminal chamou o delegado da cidade e o comandante da Polícia Militar e disse: "Ou vocês contêm a violência na cidade e diminuem os crimes que estão ocorrendo, ou não vão ficar na cidade." Essa medida diminuiu em mais de 70% a criminalidade, então o que está faltando é uma mão firme, uma mão-de-ferro na segurança de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com licença, Senador Valdir Raupp. Gostaria de prorrogar a sessão por cinco minutos, para que V. Ex^a conclua o seu aparte e permita o término do discurso, por favor.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente. É justo, porque o pronunciamento que a Senadora Fátima Cleide está fazendo é de grande importância para o nosso Estado e para o País. Senadora Fátima Cleide, como eu falava, outra experiência errada foi a tentativa de fusão das duas Polícias, que o governador anterior, José Bianco, tentou fazer nomeando um secretário da defesa. Essa medida não funcionou. Alias, piorou a situação das polícias de Rondônia. Porque nem a Polícia Civil obedecia e obedecia o comando do secretário da Defesa

e nem a Polícia Militar. Então, na verdade, hoje não há comando na Polícia Militar e na Polícia Civil do Estado de Rondônia. Muito obrigado.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada, Senador Vaudir Raupp.

Quero ainda enfatizar a urgência para o aparelhamento das instituições de segurança, a ação eliminadora das forças corruptivas na estrutura policial e o estabelecimento de parceria com o Governo Federal.

E colaborar com tudo isso o Governo do Presidente Lula se propõe, tenho certeza. As portas estão abertas, tanto que já foram firmados acordos com nove Estados para a adoção do Sistema Unificado de Segurança Pública – Susp.

O secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, absolutamente firme e convicto da necessidade de priorizar o combate ao crime, a mim reafirmou o compromisso de colaborar com o Governo de Rondônia para deslanchar ações que promovam uma nova ordem institucional nas estruturas policiais do Estado, assim como tem sido feito no Espírito Santo.

É meu desejo e certamente da população de Rondônia, que há muito se sente desprotegida diante da inexistência de políticas de segurança pública e assiste a toda ordem de desmandos no aparelhamento policial, que as nossas autoridades locais não fechem a porta e ajam em sintonia com os interesses maiores do sofrido povo de meu Estado. Afinal, não se pode mais admitir o que aconteceu em passado recente, com a devolução sistemática de recursos por falta de clareza política e metas para a segurança pública. Isso não é simples negligência, é crime! É crime a inapetência do comando da segurança, que deve ter condução firme, sem tréguas para a marginalidade, mas também alicerçada nos direitos humanos.

Por isso, muito nos preocupa a declaração de nosso Governador na revista **IstoÉ** a respeito de sua solução para a violência.

O Governo de Rondônia não pode se esquecer de que o aprofundamento da miséria e o elevado índice de desemprego causado pela política neoliberal tucana são combustível para o recrudescimento da violência.

Desse modo, além de procurar dotar o Estado de excelência policial com equipamentos e rede de informações que possam suprir as carências hoje verificadas, é preciso dar enfoque para o social. E isso é verdadeiramente feito por governos que se engajem na construção de políticas públicas dirigidas aos pobres. São os pobres os que mais precisam da prote-

ção e políticas públicas em meu Estado. E no capítulo da segurança pública, nossa elite, inclusive a elite que se instala em postos-chaves na máquina pública, cada vez mais constrói muralhas particulares de proteção, tornando ainda mais excluídos os pobres que vivem à sua volta.

Quero, neste momento, fazer um veemente apelo a Bancada de Rondônia: vamos enfrentar a violência, vamos combatê-la em nosso Estado, com todos os instrumentos e meios de que dispusermos. Sabemos que o crime organizado também mora em Rondônia, que a violência urbana “está sem freios”, que a grilagem de terras patrocina mortes diárias e que a corrupção manda calar os que se atrevem a desmontá-la.

Srs. Parlamentares, o Acre, o Amapá, com a CPI do Narcotráfico, sangraram sua alma, mas extirparam da sociedade gente nefasta, corrupta, que tanto prejudicou o seu povo. Ainda há muito a ser feito, mas um grande e corajoso passo já foi dado. Rondônia precisa desse tratamento de choque, precisa seguir os exemplos de nossos amigos da Região Norte. Precisa ter coragem e determinação.

Parlamentares honestos e autoridades sérias e cônscias do seu papel precisam se aliar ao Governo Federal na cruzada contra a violência, contra o crime organizado. Não é tarefa fácil, certamente não é. Admiti-la também não é. Mas é preciso começar já, sob pena de continuarmos a assistir nossos jovens e nossas mulheres rondonienses serem assassinados a todo instante, nessa onda de violência insana que afeta a juventude, bem mais que a todos, banalizando a vida, soterrando a esperança.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado, SRA. Senadora Fátima Cleide.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 429, DE 2003

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional requer seja encaminhado à Sua Excelência o Senhor Ministro das Relações Exteriores Embaixador Celso Amorim, o pedido de informações contido no Ofício nº 154/03-CRE, em anexo acerca da íntegra das propostas apresentadas pelo Governo bra-

sileiro e pelo Governo dos Estados Unidos no âmbito do processo de negociação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, ao mesmo tempo em que informamos ter sido o referido ofício aprovado por unanimidade na sessão de 5 de junho de 2003 da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Sala das Sessões, 9 de junho de 2003. – **Eduardo Suplicy**, Presidente – **João Alberto Souza** – **Lúcia Vânia** – **Heloísa Helena** – **Pedro Simon** – **Arthur Virgílio** – **João Capiberibe** – **Luiz Otávio** – **José Agripino** – **Hélio Costa** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Antero Paes de Barros**.

OF. nº 154/03 – CRE

Brasília, 22 de maio de 2003

Exmº Sr.

Embaixador Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

Senhor Ministro,

Considerando as negociações envolvendo a criação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA;

Considerando o disposto no inciso I do artigo 49 da Constituição Federal;

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

Considerando as atribuições da Comissão de Relações Exteriores – CRE que conforme reza o artigo 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal:

Art. 103. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional compete emitir parecer sobre:

I – proposições referentes aos atos e relações internacionais (Const., art. 49, I) e ao Ministério das Relações Exteriores;

Requeiro seja remetido a essa Comissão cópia da íntegra das propostas apresentadas pelo governo brasileiro e pelo governo dos Estados Unidos no âmbito do processo de negociação da ALCA.

Certo de sua atenção, aproveito para renovar protestos de consideração. – **Eduardo Suplicy**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão.

O Sr. Senador Valdir Raupp enviou discurso à Mesa para ser publicado, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem registro taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, apresentei neste plenário, no último dia 7 de maio de 2003, o Projeto de Lei nº 166, que dispõe sobre os serviços postais, para o fim de dar tratamento especial à distribuição de material didático às escolas. A referida matéria pretende alterar a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os serviços especificados.

Em meus primeiros momentos de atuação parlamentar nesta Casa, devo dizer que tal proposição decorreu de preocupação a respeito de notícias veiculadas pela mídia nacional sobre taxas elevadas que estão sendo cobradas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) para o porte dessas remessas específicas.

É importante ressaltar que, segundo o noticiário nacional, as taxas cobradas estão inclusive criando dificuldades para o Ministério da Educação, notadamente no que se refere à gestão dos recursos orçamentários destinados a esse fim.

Na justificativa do meu projeto, fiz alusão a uma declaração atribuída ao Ministro da Educação, Professor Cristovam Cavalcanti Buarque, veiculada pela imprensa e que se refere diretamente ao assunto. Segundo o Ministro, até o ano passado, o Ministério da Educação gastava 300% a menos com a distribuição dos livros didáticos.

Além de representar um reajuste sem qualquer lógica, a ECT ignora que o serviço que presta é de alta relevância para o País, de grande alcance social, porque se trata, acima de tudo, da educação de nossas crianças, e prioritário para o nosso desenvolvimento. Diante dessa realidade, entendo que o Governo Federal deve acionar todos os meios de que dispõe para impedir que tal quantia seja realmente elevada nesses patamares.

Por outro lado, a ECT também ignora que, recentemente, por determinação da Presidência da República, com o objetivo de equilibrar as contas públicas do País, quase todos os Ministérios, inclusive o da Educação, sofreram cortes substanciais em suas dotações orçamentárias e terão de racionalizar ao máximo a execução de suas metas estabelecidas para este ano. Portanto, a pasta da Educação terá de fazer

um grande esforço para adquirir cerca de 111 milhões de livros didáticos e distribuí-los a 32 milhões de alunos em todo o território nacional.

Segundo fontes de que dispomos, o Ministério conta com cerca de 551 milhões de reais, o que representa mais ou menos apenas uns 5 reais para a aquisição e distribuição de cada livro. Como podemos verificar, o Ministério da Educação terá realmente de apertar os cintos, para poder cumprir a meta de distribuição dos livros didáticos este ano.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, foi justamente essa realidade preocupante que me motivou a apresentar uma proposição legislativa constitucionalmente correta, capaz de impor limitações tarifárias à ECT, a fim de evitar que outras iniciativas contrárias ao bom senso sejam assumidas em outras ocasiões pela empresa.

Na preparação da proposta, o cuidado maior foi o de não ferir os princípios constitucionais, ou seja, interferir na competência privativa do Presidente da República, que é quem tem o poder constitucional de dispor sobre a organização e funcionamento da administração federal. Assim, seguindo esse caminho, com a apresentação de nossa matéria, conseguimos envolver o Legislativo em questão tão delicada, evitando qualquer interferência na gestão de entidade de administração indireta, o que seria formalmente contrário aos preceitos maiores que regem o funcionamento e definem a independência dos poderes constituídos da Nação.

Pelos motivos acima expostos, o Projeto de Lei que tenho a honra de patrocinar nesta Casa, tem como objetivo central a alteração da Lei de Serviços Postais, Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978. Cabe-nos agora acompanhar e apressar a tramitação da matéria nos canais formais desta Casa e lutar pela sua aprovação no mais breve espaço de tempo.

Convém relembrar ainda, eminentes Senadoras e Senadores, que se trata de matéria da maior relevância para o País e da maior importância para esta Casa, porque contribui para ampliar ainda mais o papel do Legislativo no aperfeiçoamento da sociedade brasileira. Espero que outras iniciativas semelhantes surjam neste plenário, porque só servirão para fortalecer o Parlamento brasileiro.

Muito obrigado. – **Valdir Raupp.**

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores

que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, 10 do corrente, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 17, DE 2003

(Proveniente da Medida Provisória nº 114, de 2003)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2003, que dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 114, de 2003, tendo

Pareceres proferidos

– no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado João Grandão (PT – MS), 1º pronunciamento: preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária; e, quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória, nos termos de Projeto de Lei de Conversão, e contrário às emendas apresentadas perante aquela Comissão; 2º pronunciamento: reformulando seu parecer anterior, promovendo alterações no Projeto de Lei de Conversão; e

– sob nº 599, de 2003, de Plenário, Relatora revisora: Senadora Ideli Salvatti, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de admissibilidade relevância e urgência, e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 114, de 2003, convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2003.

– 2 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 115, DE 2003

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 115, de 2003, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente, da Defe-

sa, e da Integração Nacional, no valor de doze milhões de reais, para os fins que especifica, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Deputado José Borba (PMDB-PR), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária; e, quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória, e contrário às emendas apresentadas perante aquela Comissão.

Relator Revisor: Senador Sibá Machado

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 37 minutos.)

(OS 14038/03)

**ATA DA 71^ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA
EM 05 DE JUNHO DE 2003**

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 076, de 06 de junho de 2003)

RETIFICAÇÃO

1) À página nº 14384, 2^a coluna, referente ao Ofício lido pelo Sr 1º Secretário do Senado Federal, Senador Romeu Tuma, Of. Nº 128/200,

Onde se lê:

Of. Nº 128/200

Brasília, 4 de junho de 2003

Leia-se:

Of. Nº 128/2003

Brasília, 4 de junho de 2003

AGENDA CUMPRIDA PELO

**PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
SENADOR JOSÉ SARNEY**

9-6-2003

Segunda-feira

9h30 – Abertura do “I Encontro de Mulheres Parlamentares dos Países de Língua Portuguesa e II Encontro Nacional de Deputadas Estaduais”
Auditório Petrônio Portela – Senado Federal

12h – Abertura da Exposição “Marinha – um passado de glória presente na memória”
Salão Negro do Congresso Nacional

13h – Almoço oferecido aos membros do I Encontro de Mulheres Parlamentares dos Países de Língua Portuguesa e II Encontro Nacional de Deputadas Estaduais
Residência Oficial do Senado Federal

15h30 – Sub-Procurador da República, Claudio Lemos Fonteles
Presidência do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
(*) N.º 3496, DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato nº 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante nos Processos nºs 009215/03-4 e 010468/03-0,

RESOLVE dispensar a servidora THERESA MARTHA DE SÁ TEIXEIRA, matrícula 2410, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete da Liderança do PL, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do mesmo Órgão, a partir de 14 de março de 2003.

Senado Federal, 12 de maio de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

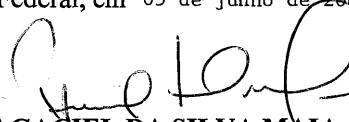
(*) Republicado por haver saído com incorreções.

ATO DO DIRETOR-GERAL
(*) N.º 3902 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 01085003-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PEDRO HENRIQUE BRAGA E SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Valdir Raupp.

Senado Federal, em 05 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

(*) Republicado por haver saído com incorreções.

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3938 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011029/03-0 e 011094/03-6,

R E S O L V E exonerar **GISELLE RIBEIRO**, matrícula n.º 34.358, do cargo de Assessor Técnico da Comissão de Assuntos Sociais e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Romero Jucá.

Senado Federal, em 9 de junho de 2003.



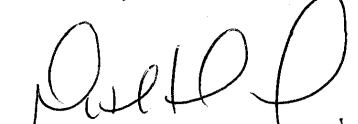
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3939 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Artigo 10, § 3º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011038/03-9,

R E S O L V E exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA CECÍLIA BRANT GONTIJO**, matrícula n.º 34.189, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 06 de junho de 2003.

Senado Federal, em 9 de junho de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3940 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 010582/03-7,

RESOLVE designar a servidora ANA MARIA DOMINGUES DOS SANTOS, matrícula 2027, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PL, a partir de 20 de maio de 2003.

Senado Federal, 9 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3941 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 010665/03-0,

RESOLVE dispensar o servidor ALTAIR GONÇALVES SOARES, matrícula 5207, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Juvêncio da Fonseca, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 02 de junho de 2003.

Senado Federal, 9 de junho de 2003.



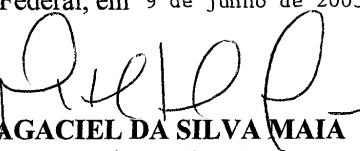
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3942, DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011031/03-4**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **NERIONE NUNES CARDOSO**, matrícula n.º 30.088 do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Romero Jucá, a partir de 06 de junho de 2003.

Senado Federal, em 9 de junho de 2003.

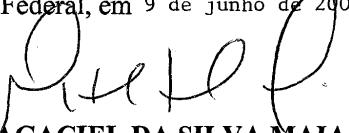

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3943 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011034/03-3**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOÃO SANDOLIN** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Romero Jucá.

Senado Federal, em 9 de junho de 2003.

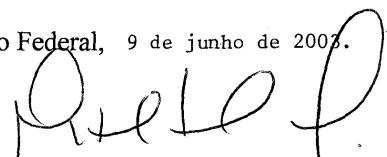

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3944 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011032/03-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIANA GOMES PINHEIRO**, matrícula n.º 32307, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Romero Jucá, a partir de 06 de junho de 2003.

Senado Federal, 9 de junho de 2003.



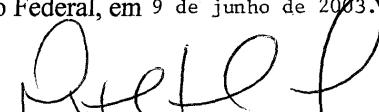
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3945 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011033/03-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **BRUNO ZACAREWICZ** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Romero Jucá.

Senado Federal, em 9 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3946 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011028/03-3**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARINA DE HOLANDA MENEZES JUCÁ** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Romero Jucá.

Senado Federal, em 9 de junho de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3947 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011030/03-8**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, **ESTEVAM ASSUNÇÃO E SILVA**, matrícula n.º 32.346 do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Romero Jucá, a partir de 06 de junho de 2003.

Senado Federal, em 9 de junho de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3948, DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011018/03-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DANIELLE RODRIGUES DE ARAÚJO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 9 de junho de 2003.

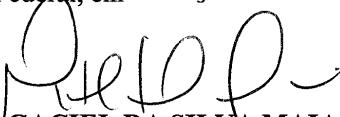

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3949, DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011023/03-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANA NICOLAU DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PFL.

Senado Federal, em 9 de junho de 2003.

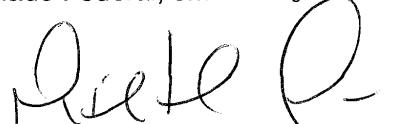

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3950 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008905/03-7**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 3443, de 2003, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2746, de 06/05/2003, que nomeou **RONALDO CAMILLO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PSDB, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 9 de junho de 2003.

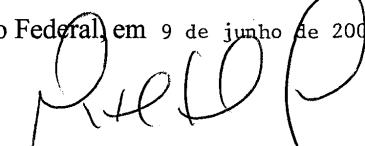

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3951 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **011039/03-5**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RONALDO CAMILLO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PSDB.

Senado Federal, em 9 de junho de 2003.

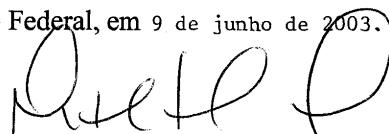

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3952 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011015/03-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ARMANDO MORAES DA FONSECA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 9 de junho de 2003.



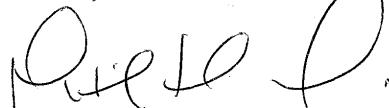
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3953 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011014/03-2,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CLÁUDIA MARIA VIEIRA ROHAN** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 9 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3954, de 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e em cumprimento ao disposto no artigo 30 da Resolução n.º 42, de 1993,

Resolve:

Art. 1º - Aos servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal que cumpriram o interstício e demais requisitos do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal (Resolução n.º 42/93) e do Ato n.º 5/95 da Comissão Diretora do Senado Federal, é concedida a promoção de um padrão no mesmo nível, por mérito ou antiguidade, na forma do anexo deste Ato.

Art. 2º - As promoções a que se refere o artigo anterior terão efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2003.

Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Senado Federal, 9 de junho de 2003.



Agaciel da Silva Maia

Diretor-Geral

ANEXO DO ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 3954, de 2003

Servidores promovidos por MÉRITO, a partir de 1º de janeiro de 2003, em razão de terem obtido conceito "suficiente" na Avaliação Anual de Desempenho do ano de 2003, referente ao interstício com início em 01/01/2002 e término em 31/12/2002:

Mat.	Nome	Promoção	
		De	Para
3336	ERNESTO JOSÉ DE SOUZA GOES	M29	M30
3692	VARENKA BORGES PEIRO CORREIA	S44	S45
3707	JADSON FERNANDO RAMOS OLIVEIRA	M28	M29
3792	FRANCISCA DAS CHAGAS OLIVEIRA	M29	M30
3805	RUTH MARIA FROTA MENDONÇA	M27	M28
3826	MYRIAM RIBEIRO MACHADO	M29	M30
3862	MARIO HERMES S. VIGGIANO	M29	M30

Relação dos Servidores promovidos por ANTIGUIDADE, a partir de 01 de janeiro de 2003, em razão de terem obtido conceito "insuficiente" na Avaliação Anual de Desempenho do ano de 2002, referente ao interstício com inicio em 01/01/2001 e término em 31/12/2001:

Mat.	Nome	Promoção	
		De	Para
2202	ANTONIO MARIANO DUTRA	M25	M26
3501	RACHEL FERNANDES	M25	M26
3547	FRANCISCO FERREIRA SILVA FILHO	M26	M27
3668	HELEN GARCIA BAPTISTA	M25	M26

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3955 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 002110/03-2,

RESOLVE dispensar o servidor RAIMUNDO JOSÉ SOARES, matrícula 2437, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Presidência, a partir de 04 de fevereiro 2003, e lotá-lo no Gabinete do Senador João Capiberibe, a partir da mesma data.

Senado Federal, 9 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3956 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato nº 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo nº 011089/03-2,

RESOLVE dispensar o servidor WESLEY GONÇALVES DE BRITO, matrícula 3499, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Tião Viana, a partir de 06 de junho de 2003.

Senado Federal, 9 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3957 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e pelo Ato nº 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, e tendo em vista o constante no Processo nº 011035/03-0,

RESOLVE dispensar a servidora VALÉRIA RODRIGUES MOTTA, matrícula 4647, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Tião Viana, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do mesmo Órgão, a partir de 06 de junho de 2003.

Senado Federal, 9 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3958 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 010930/03-5,

RESOLVE dispensar o servidor LUIZ CARLOS MUNHOZ MEIRA, matrícula 2645, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Jurídico, Símbolo FC-6, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Almeida Lima, a partir de 04 de junho de 2003.

Senado Federal, 9 de junho de 2003.



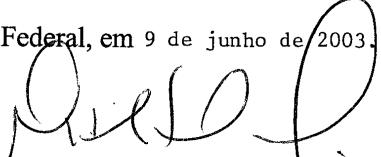
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3959 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 0010831/03-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROBSON MAIA DA FONSECA** para exercer o cargo, em comissão, de Motorista do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador João Batista Motta.

Senado Federal, em 9 de junho de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA

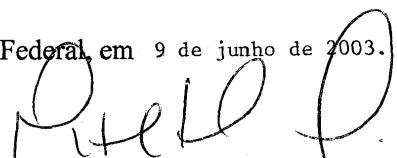
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3960 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 010983/03-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ALESSANDRA MARIA DIAS DE CASTRO GUERRA E OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Motorista do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Leomar Quintanilha.

Senado Federal, em 9 de junho de 2003.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3961 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 011024/03-8,

RESOLVE designar o servidor WALDECYR CARMO DE AMORIM, matrícula 2836, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 06 de junho de 2003.

Senado Federal, 9 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3962 , DE 2003

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 011021/03-9,

RESOLVE dispensar a servidora ROSELENE FONTENELE REIS, matrícula 3063, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Senadora Fátima Cleide, a partir de 06 de junho de 2003.

Senado Federal, 9 de junho de 2003.

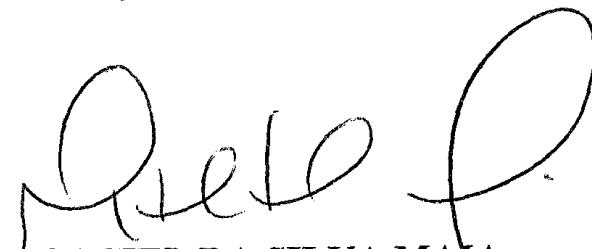

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3963 , DE 2003**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 010670/03-3,

RESOLVE dispensar o servidor JOSÉ MARIA DE MOURA DA SILVA, matrícula 5059, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Alvaro Dias, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Marcelo Crivella, a partir de 02 de junho de 2003.

Senado Federal, 9 de junho de 2003.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52 ª LEGISLATURA)

PFL -	BAHIA	PFL -	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB -	Mão Santa
PFL -	Antonio Carlos Magalhães	PTB -	RIO GRANDE DO NORTE
PFL -	César Borges	PMDB -	Fernando Bezerra
PT -	RIO DE JANEIRO	PFL -	Garibaldi Alves Filho
PL -	Roberto Saturnino	PT -	José Agripino
PMDB -	Marcelo Crivella	PFL -	SANTA CATARINA
PMDB -	Sérgio Cabral	PT -	Jorge Bornhausen
PMDB -	MARANHÃO	PSDB -	Ideli Salvatti
PMDB -	João Alberto Souza	PT -	Leonel Pavan
PFL -	Edison Lobão	PMDB -	ALAGOAS
PFL -	Roseana Sarney	PSDB -	Heloísa Helena
PMDB -	PARÁ	PT -	Renan Calheiros
PMDB -	Luiz Otávio	PMDB -	Teotônio Vilela Filho
PT -	Ana Júlia Carepa	PSDB -	SERGIPE
PTB -	Duciomar Costa	PFL -	Renildo Santana
PFL -	PERNAMBUCO	PDT -	Almeida Lima
PFL -	José Jorge	PSB -	Antonio Carlos Valadares
PSDB -	Marco Maciel	PMDB -	AMAZONAS
PSDB -	Sérgio Guerra	PSDB -	Gilberto Mestrinho
PT -	SÃO PAULO	PDT -	Arthur Virgílio
PT -	Eduardo Suplicy	PT -	Jefferson Peres
PT -	Aloizio Mercadante	PSDB -	PARANÁ
PFL -	Romeu Tuma	PT -	Alvaro Dias
PL -	MINAS GERAIS	PDT -	Flávio Arns
PSDB -	Aelton Freitas	PT -	Osmar Dias
PSDB -	Eduardo Azeredo	PSB -	ACRE
PMDB -	Hélio Costa	PT -	Tião Viana
PFL -	GOIÁS	PT -	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB -	Íris de Araújo	PT -	Sibá Machado
PFL -	Demóstenes Torres	PMDB -	MATO GROSSO DO SUL
PSDB -	Lúcia Vânia	PT -	Juvêncio da Fonseca
PSDB -	MATO GROSSO	PMDB -	Delcídio Amaral
PSDB -	Antero Paes de Barros	PT -	Ramez Tebet
PFL -	Jonas Pinheiro	PMDB -	DISTRITO FEDERAL
PT -	Serys Slhessarenko	PT -	Valmir Amaral
PMDB -	RIO GRANDE DO SUL	PFL -	Eurípedes Camargo
PMDB -	Pedro Simon	PSDB -	Paulo Octávio
PT -	Paulo Paim	PFL -	TOCANTINS
PTB -	Sérgio Zambiasi	PFL -	Eduardo Siqueira Campos
PSDB -	CEARÁ	PFL -	João Ribeiro
PSDB -	Reginaldo Duarte	PMDB -	Leomar Quintanilha
PPS -	Patrícia Saboya Gomes	PT -	AMAPÁ
PSDB -	Tasso Jereissati	PSB -	José Sarney
PMDB -	PARAÍBA	PMDB -	João Capiberibe
PMDB -	Ney Suassuna	PT -	Papaléo Paes
PFL -	Efraim Morais	PMDB -	RONDÔNIA
PMDB -	José Maranhão	PT -	Amir Lando
PPS -	ESPÍRITO SANTO	PMDB -	Fátima Cleide
PMDB -	João Batista Motta	PT -	Valdir Raupp
PL -	Gerson Camata	PMDB -	RORAIMA
PMDB -	Magno Malta	PPS -	Mozarildo Cavalcanti
PMDB -	PIAUÍ	PDT -	Augusto Botelho
PMDB -	Alberto Silva	PMDB -	Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)****Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)****Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Shessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Romero Jucá
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário n º 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senador Romero Jucá (PSDB-RR)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes (PTB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
Papaléo Paes	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes	7. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Morais
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Romero Jucá	1. Eduardo Azeredo
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. (vago) ¹
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. Leonel Pavan
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

¹ O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery

Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário n º 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3114605 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

Atualizado em 28/04./2003

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Papaléo Paes	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Juvêncio da Fonseca	4. João Alberto Souza
Papeléo Paes	5. Íris de Araújo
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. José Jorge
Renildo Santana	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Arthur Virgílio Neto	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
Romero Jucá	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E – Mail: gildete@senado.gov.br
 Atualizada em 13/05/2003

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. Marcelo Crivella
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	7. (vago)
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário n º 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

Atualizada em 10/04/2003

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ideli Salvatti	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Gilberto Mestrinho
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Morais	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
João Batista Motta	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário n º 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3113915 Fax: 3111060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.
 Atualizada em 28/04/2003

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: (aguardando eleição)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
PMDB	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. (vago)
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Morais	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Lúcia Vânia
(vago) ¹	2. Romero Jucá
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Peres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

¹ O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.

Secretaria: Maria Dulce V. de Queirós Campos
 Telefone 3113915 Fax: 3111060
 E – Mail: mariadul@senado.br .

Atualizada em 26/03/2003

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário n º 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. (vago)
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. Romero Jucá
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

E – Mail: cantony@senado.gov.br.

Atualizada em 14/05/2003

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.06.1999
3ª Eleição Geral: 27.06.2001
4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JUVÉNCIO DA FONSECA²

Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Renildo Santana ⁴	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
(Vago)'			1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
PTB¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
PSB¹, PL¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. Marcelo Crivella (PL)	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 08.05.2003)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo**, constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleitos em 18.03.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleitos na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria**, constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4552

sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1^a Designação: 16.11.1995
2^a Designação: 30.06.1999
3^a Designação: 27.06.2001
4^a Designação (a ser realizada)

PROCURADORES

Senadores	UF	Ramal
PMDB		
PFL		
PT		
PSDB		
PDT/PTB/PSB/PL/PPS		

Atualizada em 17 de fevereiro de 2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação geral: 03.12.2001
2^a Designação geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Sihessarenko⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior⁴

PMDB	UF	RAMAL
Senadora Íris de Araújo¹	GO	3148
PFL⁶		
Senadora Roseana Sarney¹	MA	3070
PT⁵		
Senadora Serys Sihessarenko¹	MT	2291
PSDB⁶		
Senadora Lúcia Vânia¹	GO	2038
PDT		
Senador Augusto Botelho³	RR	2041
PTB⁵		
Senador Papaléo Paes¹⁻⁵	AP	3253
PSB⁵		
Senador Geraldo Mesquita Júnior²	AC	1078
PL⁵		
Senador Magno Malta¹	ES	4164
PPS		
Senadora Patrícia Saboya Gomes¹	CE	2301

Atualizada em 7.5.2003

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1^a Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Na Sessão do SF de 7.5.2003, o Senador **Papaléo Paes** comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em maio de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL)⁽²⁾	
IDELEI SALVATTI (PT/SC)	1. MARCELO CRIVELLA (PL/RJ)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
OSMAR DIAS (PDT/PR)	JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PPS⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS/ES)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O Bloco de Apoio ao Governo foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
FEU ROSA (PSDB/ES)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
WELINTON FAGUNDES (PL/MT)	1. NEUCIMAR FRAGA (PL/ES)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. EDSON EZEQUIEL (PSB/RJ)
PPS⁽¹⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Nota:

⁽¹⁾ vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/24 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)**

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPLICY¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	LÍDER DA MAIORIA <i>(aguardando definição)</i>
LÍDER DA MINORIA Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	LÍDER DA MINORIA Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Deputada ZULAIÉ COBRA (PSDB-SP)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador EDUARDO SUPLICY (PT ² -SP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

**ug = 020002
gestão = 02902**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X - Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49**

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803 - Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 100 PÁGINAS